



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU,
1994-2006.**

RICARDINO JACINTO DUMAS TEIXEIRA

**Recife
2008**

RICARDINO JACINTO DUMAS TEIXEIRA

SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU, 1994-2006.

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Remo Mutzenberg

Recife
2008

Teixeira, Ricardino Jacinto Dumas

Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006 / Ricardino Jacinto Dumas Teixeira. – Recife : O Autor, 2008.

132 folhas : il., quadro, tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

Inclui: bibliografia e anexos

1. Sociedade Civil. 2. Representação. 3. Liderança. 4. Grupos étnicos. 5. Identidade social. 6. Movimentos sociais. 7. Democracia. 8. Democratização – Guiné-Bissau. I. Título.

**316
301**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2008/50**

Ata da Sessão de Arguição de Dissertação de RICARDINO JACINTO DUMAS TEIXEIRA, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

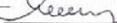
Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de RICARDINO JACINTO DUMAS TEIXEIRA, intitulada “SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU, 1994-2006”**. A Banca Examinadora foi composta pelos Professores: **Dr. Remo Mutzenberg – Presidente/orientador; Dra. Silke Weber – Titular Interna - PPGS; Dr. Roberto Ramos Santos - Titular Externo - UFRR**. Dando início aos trabalhos o **Dr. Remo Mutzenberg** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar o **Dr. Remo Mutzenberg**, presidente da mesa e orientador do candidato solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 18 de abril de 2008.



Zuleika Elias



Dr. Remo Mutzenberg



Dra. Silke Weber



Dr. Roberto Ramos Santos



Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

AGRDECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de colaborações e sugestões de pessoas e algumas instituições, sem as quais não teria sido possível realizá-la.

Agradeço ao Profº. Dr. Remo Mutzemberg, pela dedicação, confiança e persistência com o qual orientou a minha dissertação na Universidade Federal de Pernambuco.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, entre eles Remon, Veríssimo, Rogério, Osvaldo, Nelson, Ivan, Lira, Aristóteles, Vanesa e Walfrido, pelos momentos de alegrias que tivemos durante a realização dos créditos.

Estendo o meu agradecimento aos professores e funcionárias do PPGS, pelo carinho e acolhimento durante o curso.

Ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico (CNPq.), agradeço a bolsa de mestrado, sem a qual não teria sido possível a realização dos meus estudos em Recife. Foi de grande auspício também a colaboração financeira recebida do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)

Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Jornal Nô Pintcha, Jornal Kansaré, Diário de Bissau, Universidade Amílcar Cabral (UAC), Universidade Colinas de Boé (UCB), às organizações da sociedade civil e da sociedade política que colaboraram com a pesquisa, agradeço a solidariedade e a disponibilidade na prestação das informações e acesso aos arquivos das instituições.

Por último, o apoio imprescindível da minha família, em particular a minha esposa, Geneviene Melaco, o meu filho, Claudino Melaco Teixeira e minhas irmãs Margarete e Leonilde, e de algumas pessoas que me incentivaram a prosseguir nos estudos, como o Embaixador Arthur Vivacquo Meyer, Geraldo Martins, Rui Jorge Semedo, Eulino Mendes e Maria das Graças Viana, meu muito obrigado.

SUMÁRIO

Introdução	12
CAPÍTULO I	
GUINÉ-BISSAU: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	16
1. LUTA ARMADA E A FORMAÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO SOB COMANDO DO PAIGC	18
2. CONFLITOS POLÍTICOS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	22
CAPITULO II	
O SIGNIFICADO DA DEMOCRACIA: LIBERALIZAÇÃO, TRANSIÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO	28
1. MINIMALISMO DEMOCRÁTICO	29
2. COLETIVISMO DEMOCRÁTICO	33
3. DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA DEMOCRACIA	36
CAPITULO III	
SOCIEDADE CIVIL: UMA ANÁLISE DA LITERATURA INTERNACIONAL	40
1. DEBATE SOBRE A SOCIEDADE CIVIL NA LITERATURA NACIONAL	47

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA SOCIEDADE CIVIL E DA PRESENÇA DE GRUPOS SOCIAIS EM GUINÉ-BISSAU	52
CONCEPSÕES DE LÍDERES DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE A DEMOCRACIA	58
1.1. Sociedade Civil e Liberalização Política	60
1.2. Sociedade Civil e Transição Democrática	68
1.3. Sociedade Civil e Conflitos Étnicos	75
Considerações Finais	86
Anexos	95

RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Votação para a Presidência da República – Guiné-Bissau, 1994	23
Tabela 2. Dados Regionais do 2º Turno de Eleições Presidenciais, 1994	80
Quadro 1. Dados Regionais do 2º Turno de Eleições Presidenciais, 1994	26

RESUMO

Esta dissertação busca responder a pergunta sobre a concepção que lideranças têm sobre o processo de democratização de Guiné-Bissau, em particular em relação à concepção de sociedade civil e democracia. Leva em consideração as marcas da herança colonialista portuguesa mantida em outras formas pelo autoritarismo do PAIGC. Considera, ainda, o contexto historicamente marcado por grupos étnicos, num quadro multicultural, buscando articular um conceito da sociedade civil que contemple esses grupos, ampliando o debate sobre a sociedade civil que, no saber teórico-científico, está tradicionalmente referenciado a categorias como mercado, Estado e associações “formais” dos movimentos sociais populares. O caso de Guiné-Bissau proporciona um entendimento ou insuficiência do conceito de sociedade civil, a partir do qual outras formas de organização têm lugar, a exemplo daquela encontrada nas comunidades étnicas e entre os grupos de Mandjuandade, um movimento de expressão cultural, política e pedagógica de congregação de diferentes etnias e grupos sociais. A análise se apóia em entrevistas com lideranças de organizações da sociedade civil, além de documentos, relatórios, pronunciamentos.

Palavras Chaves: sociedade civil, liberalização política, transição democrática, identidade e democracia.

ABSTRACT

This study aims to answer the following question: How do Civil Society, historically embedded in the Portuguese colonialist heritage, kept, among other ways by the PAIGC authoritarianism, establish its political and institutional autonomy, in a context characterized by social and ethnical conflicts in the struggle for hegemony? This dissertation tried to identify the social representations that urban and rural organizations of Civil Society have about democracy. Traditionally, the theoretical-scientific knowledge analyses the notion of Civil Society in the context of occidental countries, referring to categories such as market, state and “formal” associations of popular social movements. Rarely it reflects the Civil Society logic in historical contexts where there is a strong presence of ethnical and multicultural groups. For that reason, the articulation of a new concept of Civil Society, which takes up such groups, amplifies the debate for the understanding of new organizational and identitarian dynamics that are emerging in the contemporary world. The Guinea-Bissau case makes for another understanding about social and political representations that are (re)emerging within society, specially those found among Mandjuandade groups, a cultural, political and pedagogical expression movement that congregates different ethnicities and social groups. The presence of these groups makes possible the constitution of a nodal point of ethnical differences among shared demands that, at the same time, creates a governable equivalence, being respectful about of the autonomy of each ethnical group.

Key Words: civil society, political liberation, democratic transition, identity and democracy.

Introdução

A presente dissertação visa analisar o processo de transição democrática em Guiné-Bissau. Discute, fundamentalmente, manifestações da sociedade civil nesse processo, entre 1994 e 2006, buscando perceber como é que uma sociedade civil, historicamente marcada pela herança colonialista portuguesa e a ditadura imposta pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), institui a sua autonomia institucional e muda o seu relacionamento com instituições oficiais do Estado.

Para compreender os fatores que facilitaram a institucionalização dos atores sociais em Guiné-Bissau, procurou-se identificar as concepções sobre a democracia dos líderes da sociedade civil que atuam politicamente e socialmente junto às organizações urbanas e rurais, contextualizando-as a partir do processo da democratização.

A África, historicamente, tem sido um continente de conflitos institucionais misturados com questões étnicas. A origem dos conflitos fronteiriços pode ser encontrada no período de 1884 e 1885, na seqüência da Conferência de Berlim que dividiu as fronteiras africanas entre as potências colonizadoras (sendo as principais Grã-Bretanha, França, Portugal e Alemanha), quando se ocorreu a ocupação de territórios africanos e ao estabelecimento de zonas de controle e exploração econômica para cada uma delas.

Quando o processo de descolonização e da independência dos países africanos começou, em fins dos anos 1950, algumas dessas questões étnicas voltaram à tona, cujos contornos ainda hoje testemunhamos em episódios tristes como os massacres entre Tutsis e os Hutus¹ (MACUANE, 2000).

Por outro lado, cenários de guerras étnicas e os processos de transições políticas em África, de regimes autoritários para democráticos, não produziram os efeitos desejados. Pelo contrário, assistiu-se a uma tendência de instalação de regimes autoritários de inspiração marxista-leninistas, o que muitas das vezes significou a repressão de qualquer forma de contestação ou visão contrária aos regimes instalados, a exemplo do que ocorreu na Angola, em São Tomé, em Moçambique, no Zaire, na Libéria e em Guiné-Bissau. Guerras civis e golpes de Estado passaram a fazer parte do dia-a-dia da agenda política desses países, contribuindo para criação de um ambiente social e político cada vez mais difícil e instável.

No âmbito social, ainda hoje se verifica fluxo maciço de refugiados, dada à instabilidade interna de muitos países, resultado de um quadro de crise econômica e política. No campo político, com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, vários países com uma longa experiência de partido único e ditaduras personalistas, desencadearam processos de reformas políticas no início dos anos 1970 e na década de 1990, o que foi chamado por Huntington (1994) de democratização de “**terceira onda**”, ou seja, as transições de regimes autoritários para democráticos que se deram na seqüência da Revolução dos Cravos de 25 de

¹ Tutsis e os Hutus são duas etnias majoritárias de Ruanda e travaram guerras de cunho étnico que levou genocídio de muitos ruandeses.

abril de 1974, em Portugal. Esse acontecimento, para Huntington e demais teóricos que discutem de alguma forma as mudanças de regimes políticos, teria facilitado as transições democráticas nos países da África, Sul da Europa e Sul da América Latina.

Após um longo período de instituições autoritárias, iniciou-se o processo de democratização e reforma do Estado. Muitas dessas reformas culminaram com a realização de eleições multipartidárias como forma de resolver os conflitos sociais, étnicos, políticos e crises econômicas pela via institucional, nas quais os resultados, em grande medida, não geraram democracias consolidadas.

No campo da educação, o sistema de regimes autoritários em África visava contribuir para a criação de um homem novo, orientado para os propósitos do partido e capaz de ver a colonização de forma crítica, de modo que houvesse um compromisso com os valores nacionalistas. O sistema de ensino era visto pelo partido único como um instrumento ideológico para a formação das massas a fim de mudar a estrutura herdada do colonialismo (AZEVEDO e RODRIGUES, 1977).

No aspecto econômico, a dinâmica da exclusão da economia global é muito mais visível nos países africanos. Isto porque o Fundo Monetário Internacional (FMI), através de instituições como Bretton Woods, impõe “reformas macroeconômicas” aos países em desenvolvimento, como condição para a renegociação de suas dívidas externas (CASTELLS, 1999; HALL, 2003; CHOSSUDOVSKI, 1999; AGUITON e AMIN, 2002).

Pode-se afirmar, *grosso modo*, que as promessas da liberalização política e econômica parecem apenas um fetiche para resolução dos problemas sociais, étnicos e políticos em África, dando pouco resultado e representando uma real ameaça para a consolidação democrática no Continente.

No caso guineense, o multipartidarismo, instituído no início da década de 1994, também não correspondeu às expectativas dos sucessivos governos civis, quer na “institucionalização” de instituições democráticas e resolução dos conflitos sociais permeados por disputas étnicas, quer na “reestruturação” da economia nacional e, sobretudo, na diminuição da pobreza. O país vem enfrentando, ao longo da sua história social e política, vários sobressaltos que se consubstanciam em disputas étnicas e sucessivos golpes de Estado.

Nos treze anos da experiência democrática (1994 a 2007), o país viveu vários golpes de Estado, o que resultou no fato de que nenhum presidente ou governo democraticamente eleito terminou o seu mandato. Entretanto a experiência de luta pela democratização em curso é rica em ensinamentos e pode servir de modelo a partir do qual se pode analisar até que ponto as promessas da democracia liberal hegemônica desconsiderou as especificidades étnicas e regionais do país, tornando o caminho da democracia e a chance do seu sucesso cada vez mais difícil. Isto porque persistem enclaves étnicos não resolvidos no atual modelo de governo.

Grande parte da rica experiência democrática de Guiné-Bissau permanece ainda por conhecer. Daí o propósito de estudar a transição democrática em Guiné-Bissau: para saber como uma sociedade civil, marcada pela experiência colonial e autoritária do PAIGC, assim como disputas étnicas e regionais, conseguiu ou não, no início dos anos 1990 com a democratização da sociedade, estabelecer uma separação mais clara do que significa Estado e sociedade civil, mantendo a sua

autonomia política e institucional. Não estaria comprometida a vitalidade e a autonomia política e organizacional da sociedade civil na defesa dos seus interesses, já que era sobre ela que, em última instância, repousava o poder autoritário instituído pelo partido PAIGC? E, até que ponto essa cultura autoritária não influenciou a própria sociedade civil?

Ao analisarmos o processo de transição democrática em Guiné-Bissau, pretendemos contribuir para o conhecimento da história social, econômica e política do país, numa das suas áreas ainda não muito explorada na literatura: a sociedade civil. Não existem estudos especializados sobre o tema, apesar dos esforços feitos nesse sentido por alguns autores².

A dissertação também pode mostrar as supostas transformações que estariam ocorrendo na vida social e política guineense. Espero que possa levantar novas discussões que visem aprofundar e enriquecer a literatura sobre a sociedade civil e democratização, podendo abrir espaço para realização de novos estudos na área de sociologia política.

Finalmente, é importante lembrar que a abrangência deste estudo não incorpora as mudanças mais recentes da política do país. O período pesquisado termina em 2007, ano da pesquisa de campo, embora sempre que necessário abordaremos algumas mudanças recentes que estejam ligadas às questões levantadas na dissertação que, de alguma maneira, contribuirá nas respostas a essas questões.

A dissertação está dividida em quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo discute os antecedentes históricos de Guiné-Bissau e apresenta uma retrospectiva dos principais acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais e serão mostrados os antagonismos étnicos e disputas de poder entre os principais atores políticos durante a transição do autoritarismo para a democracia.

O segundo capítulo trata do significado que a noção da democracia vem adquirindo no decorrer da história. Nesse contexto, discutindo o minimalismo institucional e o coletivismo social sobre o sentido da democracia, tratamos das condições institucionais, sociais ou fatores econômicos e culturais relacionados ao sucesso ou insucesso de uma consolidação democrática, particularmente no continente africano e na Guiné-Bissau. Essas duas abordagens teóricas sobre a democracia são relevantes para a compreensão dos temas aqui debatidos.

O terceiro capítulo trata do conceito da sociedade civil. Retomamos as principais categorias desenvolvidas por autores mais representativos sobre esse conceito e buscamos mostrar a vitalidade do conceito da sociedade civil em contextos históricos distintos da Europa Ocidental e de como este conceito aparece na literatura sobre o processo de democratização em Guiné-Bissau.

No último capítulo, analisamos, a partir do material coletado na pesquisa de campo, o processo de emergência de organizações da sociedade civil, suas relações com o Estado (partido-Estado) e as mudanças ocorridas no processo de

² Cardoso (1991), Koudawo (1996) e Mendy (1996) analisaram o processo da democratização de Guiné-Bissau enfatizando, fundamentalmente, os fatores ligados ao contexto internacional favorável à expansão da democracia pelo mundo; contradições no PAIGC entre cabo-verdianos e guineenses quanto à divisão de cargos políticos no governo e a relação civil militar. Sobre a sociedade civil pode ser destacado o ensaio de Koudawo (2001); as análises de Havik sobre o espaço social movimentos políticos na Guiné-Bissau.

democratização. Buscamos, assim, responder a questão de como organizações da sociedade civil, marcadas pela herança colonialista portuguesa e pelo regime autoritário de partido único, conseguiu e de que forma conseguiu se articular na busca de sua autonomia política e organizacional no período da institucionalização da democracia.

CAPÍTULO I

GUINÉ-BISSAU: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.

O objetivo deste capítulo é examinar, em retrospectiva, as condições sociais, políticas e econômicas na qual se deu o processo de transição democrática em Guiné-Bissau. Far-se-á uma análise dos principais acontecimentos que marcaram a transição democrática e serão abordados os conflitos políticos e as clivagens étnicas nos diversos níveis durante e após a liberalização do regime autoritário para a democracia. O propósito é investigar até que ponto a herança colonial e a ideologia autoritária imposta pelo PAIGC teriam ou não influenciado a emergência da sociedade civil no país.

Para contextualizar e avaliar corretamente a participação ou não da sociedade civil no processo de transição democrática em Guiné-Bissau, algumas informações sobre o país se fazem necessárias.

Ex-colônia de Portugal, a Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental da África e faz fronteira ao Norte com o Senegal e ao Sudeste com a Guiné-Conacri, duas ex-colônias da França e ao Oeste e ao Sul com Oceano Atlântico. O país possui uma extensão territorial de 36.125km² e tem uma longa história de relacionamento com Cabo Verde, outra ex-colônia de Portugal. Sua população, 1.800.000 habitantes, é composta de 26 grupos étnicos, cada qual preservando o seu repertório lingüístico e identidade própria (SANTOS, 1994, p.28). Do total da população, 30% são da etnia Balanta, 20% da etnia Fula, 14% da etnia Manjacos, 13% da etnia Mandinga, 7% da etnia Papeis e os outros 16% são de grupos menores como a etnia Brames ou Mancanhas, Beafadas, Bijagós entre outras (IPAD, 2007).

O domínio português começou na região no século XVI, quando colonos estabeleceram uma vila às margens do rio Cacheu. A economia na época restringia-se ao tráfico de escravos, produção e comercialização de amendoim. Segundo o entendimento de Mendy (1993, p.07), a economia colonial na época era basicamente camponesa, apesar das tentativas levadas a cabo pelo governo de Portugal em criar uma economia de plantação voltada ao mercado externo.

Em 1687, os portugueses criaram um posto comercial em Bissau, cujos interesses foram disputados entre franceses e britânico; estes últimos tiveram, por curto período de tempo, um assentamento em Bolama³. Até o final da Segunda Guerra Mundial, as empresas portuguesas já tinham dominado completamente o comércio em Guiné-Bissau, acabando com o monopólio dos comerciantes franceses e britânicos. O domínio comercial dos portugueses em Guiné-Bissau foi conseguido principalmente através de métodos coercitivos e autoritários. Entre eles, destacam-se o cultivo forçado do amendoim, do arroz, do algodão e a entrega obrigatória das colheitas e das melhores terras, além dos habitantes serem forçados a vender sua força de trabalho por preços insignificantes e obrigados a plantar produtos que não tinham nenhuma relação com suas vidas.

³ Bolama foi a primeira capital da Guiné-Bissau e constitui a parte insular do país que são os arquipélagos dos Bijagós.

Os camponeses, segundo Amin (2003), estiveram entre os setores mais explorados da população africana durante o processo da colonização europeia no continente:

Essas sociedades, cuja base econômica e social é essencialmente camponesa, forneceram, maciçamente, os produtos de que o mercado europeu tinha necessidade, tanto para a indústria - cobre, ferro, ouro e alumínio - quanto para a agricultura - madeira, café, cacau, banana e algodão (AMIN, 2003, p.105).

No caso guineense, a relação de exploração de trabalho e dos recursos naturais, que prevaleceram durante esse período encontrou, como não podiam deixar de acontecer, resistências por parte dos camponeses nacionais que, confrontados com baixos preços dos produtos, marginalização e trabalho escravo, manifestaram os seus descontentamentos adotando, entre outras estratégias de luta, regresso à agricultura de subsistência para satisfazer as reais necessidades da comunidade, à migração ou à participação no comércio clandestino nas fronteiras com Senegal e Guiné-Conacri, dois países vizinhos onde os mercados ofereciam melhores condições em termos de preços das mercadorias (MENDY, 1993).

A desastrosa política colonialista também se fazia presente no setor da educação, tanto para os “civilizados”, na sua maioria cabo-verdianos que gozavam de um estatuto “especial” e serviram, durante muito tempo, de intermediários entre portugueses e guineenses, quanto para as indígenas, nativos que resistiram ao domínio de Portugal e se encontravam além do alcance jurídico e administrativo das autoridades coloniais. Apoiada pelas missões católicas, a educação colonial, quer dos “civilizados” quer dos nativos, tinha como objetivo criar e expandir um reservatório de colaboradores nacionais capazes, com um mínimo de educação e conhecimento, de manter intactos os interesses colonialistas em Guiné-Bissau.

Segundo avaliação de Mendy (1993), o sistema do ensino colonial - como normalmente acontece nos países colonizados - limitava-se apenas a atos de leitura e não facilitava o desenvolvimento da consciência crítica que permitiria aos indivíduos perceberem as contradições sociais, políticas e econômicas da sociedade. “*Eram escolas para ensinar os indígenas a escrever e a ler, mas não para se tornarem “doutores”*” (MENDY, 1993, p.06).⁴

Nesse processo de dominação, algumas etnias, ao serem submetidos aos interesses colonialistas, foram escolarizadas para facilitar certas tarefas administrativas, enquanto outras foram excluídas ou renunciaram à escolarização colonial de seus membros e, por conseqüente, viam a etnia escolarizada como estando a serviço dos interesses colonialistas.

Em 1879, o país constituiu-se oficialmente e juridicamente em colônia de Portugal, com disputas fronteiriças com a França que dominava o Senegal. Mas somente a partir de 1935, os portugueses passam a exercer o poder e o controle efetivo sobre todo o território de Guiné Bissau⁴. Em 1952, a Guiné-Bissau deixou de ser uma colônia e converteu-se em “província de ultramar”, instituída pela

⁴ Antes deste período, uma vasta área do país, sobretudo os arquipélagos dos Bijágos, ainda estava sob controle dos habitantes das ilhas.

revisão de 1951 que visava reforçar a unidade nacional nos territórios de domínio português em África (SILVA, 1997, p. 27; HAVIK, 1999, p. 116).

1. LUTA ARMADA E FORMAÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO SOB COMANDO DO PAIGC.

Em 1953 a administração portuguesa promoveu um massacre no Porto de Bissau contra os trabalhadores, que exigiam melhores condições de trabalho. Este fato resultou, em 1956, no surgimento de um movimento nacionalista, liderado pelo PAIGC, fundado no exílio pelo guineense de origem cabo-verdiana, Amílcar Cabral⁵. O partido contou com apoio, a partir de 1960, da República da Guiné-Conacri e dos demais países comunistas, entre eles, a Rússia, Cuba e Checoslováquia, tanto na formação de quadros quanto no fornecimento de material bélico para guerrilha.

Após três séculos de exploração mercantil ao longo do litoral da antiga Guiné-Portuguesa (atual Guiné-Bissau), os combatentes do PAIGC ofereceram fortes resistências ao colonialismo português com derrotas e baixas (PEREIRA, 2002, p.25). No manifesto, que sistematizou os princípios e as estratégias do PAIGC, Amílcar Cabral defendia o seguinte:

Os princípios básicos do nosso partido é **unidade e luta**. [...] todos sabem que isso constitui o fundamento, a base, o princípio da nossa luta tomada no seu aspecto fundamentalmente político. [...] qualquer que sejam as diferenças, **étnica ou regional**, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Assim, a questão da unidade é tomada no seu sentido dinâmico, de movimento (CABRAL, 1988, p. 117).

Além de assumir o compromisso político em estabelecer a unidade entre os diferentes grupos étnicos e regionais da Guiné-Bissau (sem a qual não seria possível a independência e a construção de um Estado Nacional), o movimento de libertação, de modo geral, estabeleceu os princípios básicos do partido em seis pontos fundamentais:

- a) Destruição do colonialismo e a independência imediata do território nacional e eliminação total de toda forma de exploração do homem pelo homem;
- b) Desenvolvimento da consciência política, cultural, moral, patriótica e o espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência nacional, justiça e defesa dos princípios da **democracia revolucionária**;

⁵ Essa aproximação entre Cabo Verde e Guiné-Bissau se explica, em parte, pelo fato que em Lisboa os estudantes guineenses e cabo-verdianos, entre os quais Amílcar Cabral, reuniam-se na Casa dos Estudantes do Império e no Centro de Estudos Africanos, onde mais tarde surgiram as idéias nacionalistas para a independência dos dois países. Depois de estudos e perseguições da polícia secreta portuguesa, Cabral decidiu retornar a Guiné-Bissau para dar continuidade ao seu projeto político. Naquele contexto Cabral participou do primeiro recenseamento agrícola do país, o que possibilitou a sua aproximação com a pobreza dos trabalhadores rurais que mais tarde serviram de base para a luta de libertação.

- c) Elevação dos sentimentos humanistas, de solidariedade, de respeito e de dedicação com a pessoa humana;
- d) Destruição das influências negativas da cultura colonial, bem como dos males por ela acarretada;
- e) Desenvolvimento de uma cultura popular e dos valores nacionais do país e a construção de um **novo homem**, com a plena consciência da ideologia do partido;
- f) Basear o trabalho revolucionário nas massas populares mobilizá-las, organizá-las e dirigi-las da melhor forma possível para o desenvolvimento eficaz da luta.

Com base nesses princípios delineados, o PAIGC prepara-se para o confronto armado contra os portugueses. Em novembro de 1963, o partido inicia a luta após uma ampla mobilização e conscientização das massas na zona rural do país. Nessa região, o PAIGC detinha um maior controle e influência entre a população. As forças coloniais portuguesas no período totalizavam vinte e cinco mil homens e mesmo com as deficiências das baterias antiaéreas, os guerrilheiros conseguiram com êxito derrubar os colonizadores no início da década de 1970 (CABRAL, 1988).

Vale ressaltar que o PAIGC realizou, em julho de 1961, uma Conferência de Organizações Nacionalistas de Guiné e Cabo-Verde, em Dacar, com membros e militantes do partido, para debater as contradições internas de caráter político, militar, econômico e social do partido, assim como delinear estratégias e táticas da luta armada. Nessa Conferência foram deliberadas medidas necessárias para minimizar os conflitos e disputas internas de poder, o que facilitou a recomposição interna do PAIGC. Quatro anos mais tarde, em fevereiro de 1964, o partido libertou a região Sul do país e realizou o seu 1º Congresso Ordinário em Cassacá, cujo objetivo foi o de preparar a descolonização.

Em 1973, o PAIGC proclamou, de forma unilateral, a independência e reclama uma República e busca o reconhecimento internacional. Em 10 de setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas em África a alcançar a independência. O Brasil⁶ foi à primeira nação a reconhecer oficialmente a independência de Guiné-Bissau.

⁶ Nesse processo de independência nacional, a colaboração de intelectuais brasileiros, entre eles, Paulo Freire, Ladislau Dowbor e Milton Santos tiveram um papel importante. Observe, por outro lado que em nível do ensino superior, o governo brasileiro, através do Ministério de Educação (MEC) e Ministério das Relações Exteriores (MRE) abre anualmente vagas nas Universidades Públicas Brasileiras para estudantes da Guiné-Bissau e demais países da África, no quadro do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e da Pós-Graduação (PEC-PG). Por não ser um país colonizador, como Portugal e França, o Brasil tem procurado exercer a sua influência política e comercial no Continente, especialmente nos países africanos de língua portuguesa.

Grosso modo, a independência de Guiné-Bissau, apesar da luta e coragem dos combatentes do PAIGC, não deve ser vista como um fato isolado. A “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países Colonizados”, aprovada em 14 de dezembro de 1960, concedia, pelo menos em termos formais e retóricos, a independência aos povos da África, pois o domínio estrangeiro no Continente significava a negação dos direitos fundamentais do homem (BOBBIO, 2004, p.55). Acrescenta-se a isso, a luta de movimentos sociais em Guiné-Bissau que, mesmo confrontados com a repressão colonial, exigiam do governo fascista de Portugal o fim da repressão, da apreensão arbitrária acompanhada de matanças e outras formas de ataque a sua liberdade, autonomia e a identidade coletiva dos movimentos. A Revolução dos Cravos em Portugal, que derrubou o governo de Marcelo Caetano, em 25 de abril de 1974, em resposta ao descontentamento dos oficiais com a derrota nas ex-colônias portuguesas - principalmente na Guiné-Bissau - foi o fim de uma ditadura e o começo de um amplo movimento de democratização, contestação e enfrentamento entre diversas forças políticas que o regime salazarista havia reprimido, tanto em Guiné-Bissau quanto em Portugal.

Após a independência da Guiné-Bissau, em 1974, o primeiro governo do Primeiro-Ministro Francisco Mendes, ex-ministro do Conselho da Guerra, e do Presidente Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral), herdou um país devastado pela política do colonizador (exploração em massa dos recursos) e pela guerra civil de libertação. Paralelamente a isso, o PAIGC passou a controlar toda a vida social, política e econômica do país, instituído no artigo 4º da Constituição da República de 1973, que definia o PAIGC como a única força política e o dirigente máximo da sociedade e do Estado.

O PAIGC propunha no seu programa de governo, entre outros objetivos, criar uma nova classe política e formar chefes políticos (na sua maioria, velhos combatentes do partido) para o governo. Através do controle social e política, perseguição e vigilância, acompanhada de repressão e eliminação de adversários políticos, o PAIGC desenvolveu estratégia de “totalização da sociedade” e controle das esferas que não estavam controladas pelo partido⁷. O discurso da “unanimidade”, conforme Mendy (1991) foi uma das formas que o partido encontrou na época para impor a sua ideologia, de maneira que o seu desempenho se explicava pela sua capacidade de construir o “consenso” a partir do terror e da propaganda (TEIXEIRA, 2005).

Ao assumir o controle econômico, político e social, como acontece nos regimes de partido único, o PAIGC enfrentou sérias dificuldades na implementação do seu programa menor de governo, relativo ao desenvolvimento econômico e melhorias das condições de vida dos cidadãos, mostrando-se incapaz para enfrentar a nova realidade. A produção de arroz, o principal produto de consumo no período, não atingiu a quantidade mínima para a população e passou a ser importado. O país produzia poucos gêneros alimentícios e importava quase tudo para abastecer o mercado interno, já que não possuía grandes indústrias, tornando o caminho do desenvolvimento econômico e da **democracia**

⁷ Essa tentativa de totalização do espaço público e da sociedade não se restringiu apenas ao PAIGC e aos países da África, mas a todos os governos autoritários dos países do Leste Europeu e da América Latina.

revolucionária cada vez mais difícil. Apesar das afinidades e influências ideológicas de Lenine nos princípios gerais do PAIGC e no pensamento político do seu líder, Amílcar Cabral, o termo “socialismo” nunca foi utilizado nos discursos e programas políticos do partido. O conceito da democracia revolucionária, na explicação de Mendy (1991), tinha basicamente a ver com a responsabilidade política do PAIGC perante as populações rurais que, como foi mostrado, serviu de base para a luta de libertação. Vale ressaltar que desde a independência, a União Soviética mantinha uma política de apoio ao PAIGC que não teve continuidade com o fim do bloco soviético. Com o fim dos recursos vindos da antiga URSS, o partido não conseguiu manter o consumo interno e a infra-estrutura básica para a população em todos os setores da vida nacional.

No campo da educação, o partido defendia um sistema de ensino baseado nos valores nacionalistas e humanistas, de modo a permitir o desenvolvimento político e integral do indivíduo, no qual, a colaboração de intelectuais brasileiros, entre eles, Paulo Freire, Milton Santos e Ladislau Dowbor, tiveram um papel importante nos princípios dos anos de 1970.

A política adotada pelo PAIGC, pautada na ideologia marxista-leninista e na economia centralizada, também repercutiu em outros sectores da sociedade. A degradação da vida da população, a miséria aumentou devido à falta de investimento na agricultura⁸ e na educação. De forma geral, pode-se dizer que a miséria cresceu significativamente durante o regime do PAIGC, ampliado de clivagens étnicas e sociais e luta pelo poder entre diferentes líderes políticos oriundos de distintos grupos étnicos e regionais.

O primeiro presidente indicado pelo PAIGC, Luís Cabral, em 1974, foi deposto através de um golpe de Estado, em 1980. Este golpe foi liderado pelo comandante de guerra, João Bernardo Vieira, que havia dirigido a luta contra os portugueses no Sul do país. O golpe foi interpretado pelos velhos combatentes guineense do PAIGC como uma forma de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos. Vale salientar que uma ala dos cabo-verdianos controlava a chefia do aparelho estatal e foram os principais colaboradores dos portugueses durante o processo de colonização de Guiné-Bissau⁹. O golpe de 1980 sela a separação

⁸ É bom lembrar que a estratégia de desenvolvimento econômico adotado pelo governo do PAIGC enfatizava que, sendo a agricultura um setor chave da economia, devia merecer a prioridade do governo, já que a industrialização e o desenvolvimento nacional dependiam dela. De acordo com o líder fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, a prioridade na agricultura significava mais do que um simples cultivo: significa ter presente o que o povo pode fazer, pode realmente executar. É uma questão, sobretudo, da democracia popular, de escolas do povo, clínicas do povo e solidariedade entre os cidadãos (Fernandes, 1993). Todas essas medidas exigiam, como ficou demonstrado acima, um sistema de economia centralizada com forte presença do Estado, seja enquanto produtor e distribuidor, seja enquanto regulador e planejador do sistema econômico do país como um todo.

⁹ A supremacia burocrática dos cabo-verdianos se explica, em parte, pelo alto índice de alfabetização no arquipélago, onde os habitantes eram classificados pelos portugueses como “civilizados” e usufruíam, pelo menos em termos formais, dos mesmos estatutos que os dos portugueses. Só para ter uma idéia, em 1950, Cabo Verde apresentava uma taxa de analfabetismo em torno de 78%, enquanto em Guiné-Bissau essa porcentagem atinge 99%; em Moçambique era de 98% e 97% em Angola (Mendy, 1993). Este privilégio contribuiu em grande parte para boicotar o esforço levado a cabo pelo PAIGC, o de unidade entre os dois países pelas diferenças culturais entre os dois povos e demonstra também o grau das contradições e luta pelo poder entre os velhos combates cabo-verdianos e guineenses, que culminou na deposição do presidente Luís Cabral.

política entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, acabando com o sonho da unificação dos dois países. As relações entre esses dois países foram rompidas e reatadas cinco anos depois, em 1985¹⁰.

É importante frisar que, além dos conflitos de cunho étnico e regional, o golpe de Estado de 1980 também trouxe à tona os conflitos ideológicos entre a ala **moderada** do PAIGC, que defendia uma reforma interna do partido – na sua maioria, jovens que haviam acabado de retornar dos estudos em países como Portugal, França e Estados Unidos, onde os valores da democracia eram amplamente aceitos e difundidos – e a ala de **linha-dura**, formada, na sua maioria, por velhos combatentes guineenses que defendiam uma política conservadora em defesa de seus interesses e privilégios.

2. CONFLITOS POLÍTICOS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O conflito político no interior do PAIGC, quanto à forma de governar o país e a divisão do poder, facilitou a emergência, ainda incipiente, de novas organizações políticas da sociedade civil que defendiam a abertura do regime autoritário e a adoção do sistema multipartidário, acabando com o monopólio político do PAIGC nos finais dos anos 1980.

Em 1990, iniciou-se o processo de liberalização do regime, reforçado pelo surgimento de novas forças políticas em 1991, no qual concorreram 15 partidos políticos¹¹. Em 1994, o país realizou, em dois turnos, a sua primeira eleição democrática. Nesse pleito, o PAIGC obteve a maioria dos assentos na Assembleia Nacional (62%) e elegeu o presidente, João Bernaldo Vieira, via eleição direta com 64,2% dos votos. Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), ficou na segunda posição, com 31% dos votos. Vejamos a tabela abaixo:

¹⁰ No entendimento do cientista político guineense, Therno Djaló (2000), o golpe de Estado de 1980, apesar de apresentar como argumento o interesse nacional, a real motivação é exclusivamente particular.

¹¹ Até o momento da coleta dos dados, julho de 2007, o país apresentava um total de 32 forças políticas. Muitas delas são pouco institucionalizadas, sem grande identificação com a sociedade. Não passa o que Lijphar (2003) denominou de “coalizões de partidos” cuja base, na maioria dos casos, é exclusivamente étnica e sempre procuram representar, pelo menos simbolicamente, os interesses dos seus grupos como forma de chegar ao poder ou garantir a reeleição. Outra estratégia adotada pelos partidos é a luta pelos recursos financeiros. Isto porque a lei eleitoral do país, no seu artigo 28, obriga o Estado financiar a campanha eleitoral dos partidos de oposição como a forma de garantir a “igualdade de condições”. (Comissão Nacional de Eleição - Lei Eleitoral, sd). Isso fez com que a criação de um partido político se tornasse um negócio rentável para aqueles que vivem da política.

Tabela 1 - Votação para a Presidência da República – Guiné-Bissau, 1994 (%).

Candidatos (Partidos)	1º Turno	2º Turno
João Bernaldo Vieira (PAIGC)	46,2	64,2
Kumba Yalá (PRS)	21,9	31,0
Domingos Fernandes (RGB-MB)	17,4	
Outros	14,5	
	(100%)	(95,2) ¹²

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (1994).

Após três anos no poder como Presidente eleito, Vieira foi deposto por um novo golpe de Estado, desta vez, por Ansumane Mané. Este fora combatente do PAIGC na luta contra o colonialismo português e desempenhou o cargo de Chefe de Estado Maior do Exército no governo de Vieira, quando foi acusado por este de tráfico de armas para a guerrilha de Casamansa, uma região fronteiriça do Senegal que desde os tempos coloniais luta pela sua autodeterminação e independência do Senegal, quando o Senegal ainda estava sob domínio da França (GONÇALVES, 2006). Ansumane Mané e a Junta Militar exigiram a renúncia de Presidente Vieira, que renunciou e pediu exílio político a Portugal¹³. Malan Bacai Sanha assume o governo de transição, no mesmo ano.

A derrubada de Vieira contou com o apoio dos militares de etnia Balanta que representava na época 24% da população e era a principal colaboradora de Amílcar Cabral durante toda a luta contra o domínio de Portugal. Excluídos do poder no governo de Vieira, reforçado pelo assassinato de dois dos seus principais líderes políticos, Viriato Pã e Paulo Correia, em 1985, os Balantas deram um vasto apoio a Ansumane Mané na derrubada do presidente.

Durante este conflito, que ocorreu em 1998, foram mortas duas personalidades próximas ao presidente Vieira: Rachid Saek, chefe de segurança de Estado e o Embaixador Spain. Nesse levante militar, que durou mais de dez meses, as Forças Armadas nacionais dividiram-se em dois grupos. De um lado, estavam os da Junta Militar que derrubaram o presidente Vieira, com apoio de Portugal e, do outro, os partidários de Vieira com o apoio dos soldados da França, Senegal e Guiné-Conacri.

O governo de Portugal apoiou o golpe de Estado visando recuperar o seu prestígio político e econômico em Guiné-Bissau, no que concerne à língua e ao papel de interlocutor do país na Europa, assim como salvaguardar os interesses das empresas portuguesas frente a aproximação de Guiné-Bissau da França, que apoiava o presidente Vieira. Por outro lado, o apoio da França ao Presidente Vieira visava ampliar seu interesse político e econômico na região da África Ocidental, reforçando a adesão da Guiné-Bissau à União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), na qual a França era o maior patrocinador da moeda Franco CFA, moeda corrente oficial de 14 países: Camarões, Costa do Marfim,

¹² O percentual de votos no 2º turno não totaliza 100%, o que reflete a dificuldade da Comissão Nacional de Eleições na organização dos seus dados.

¹³ A solicitação de exílio pelo presidente Vieira se explica, em grande parte, por ser uma das representações diplomáticas que preferiu permanecer no país ao mesmo tempo em que a diplomacia portuguesa desenvolvia uma política paralela de apoio a Junta Militar como forma de preservar seus interesses e reforçar o seu prestígio frente aproximação da França.

Burkina Faso, Gabão, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Benim, Congo, Mali, República Centro Africana, Togo, Níger, Guiné-Conacri e Senegal.

A Guiné-Conacri apoiou a manutenção de Vieira no poder alegando a existência de um suposto acordo militar assinado pelos dois países, que estabelecia apoio mútuo e o envio de soldados em casos de invasão ou ocupação estrangeira. Outra razão deste apoio foi o incentivo militar que o PAIGC recebeu do Sekou Touré, líder do Partido Democrático da Guiné (PDG) durante a luta de libertação, que permitiu a construção de uma base de guerrilha em Conacri, somado ao apoio do então presidente Lasana Conté ao governo de Vieira.

Já o objetivo do Senegal era buscar o apoio do Presidente Vieira na resolução do conflito de Casamansa, como já foi dito, que reivindicava sua independência do governo senegalês há décadas.

Vale salientar também que a Casamansa apoiou a Junta Militar com envio de soldados, que temia um suposto ataque das tropas do Senegal, apoiado pela Guiné-Bissau, caso o presidente Vieira permanecesse no poder. Para restabelecimento da democracia, a Junta Militar negociou, sob a mediação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e dos demais países africanos da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CDEAO), um plano de acordo em que o cessar fogo permitiu a restauração da normalidade.

Dada a fragilidade política do país e dos partidos políticos, a sociedade civil começou a ganhar a vitalidade que, na maioria dos casos, vai além dos partidos políticos. Isso se deveu ao fato de que, durante os sucessivos golpes de Estado, os partidos políticos, de modo geral, interessados em assumir o poder a todo custo não repudiaram a violência e o assalto ao poder pela força, salvaguardando o processo de transição em curso. Durante o golpe de Estado, os partidos políticos de oposição deram vasto apoio aos militares na derrubada do governo, com o objetivo de maximizar suas possibilidades eleitorais nas eleições seguintes. As suas reações ao golpe sempre foram verbais, sem um engajamento na resolução do conflito e na retomada da normalidade.

Kumba Yalá do Partido da Renovação Social (PRS), candidato derrotado ao governo em 1994, por exemplo, participou ativamente do golpe e os próprios membros do PAIGC, descontentes com a política de Vieira, ajudaram a boicotar o processo democrático, participando de propagandas políticas a favor dos militares.

A Junta Militar, que foi vitoriosa no conflito, assumiu o controle do Estado com o objetivo de preparar o país para as eleições seguintes. Mas as eleições gerais foram muitas vezes adiadas, com os militares procurando mostrar à sociedade e à comunidade internacional que eram melhores no poder, capazes de oferecer aos cidadãos melhores condições de vida. Outro argumento utilizado pelos militares era que a corrupção no país torvava-se menor do que a encontrada no governo civil. Os militares se mantiveram no poder até 1999, quando foi eleito um novo governo civil, em que saiu vitorioso Kumba Yalá.

A política de golpe de Estado em Guiné-Bissau fez-se novamente presente em 14 de setembro de 2003, quando Yalá foi deposto da Presidência da República pelo Chefe do Estado Maior, Veríssimo Seabra, sob a acusação de corrupção do governo de Kumba Yalá, uso arbitrário do poder e promoção de intrigas entre os grupos étnicos como forma de se manter no poder. Pode-se dizer que a derrubada de Yalá explica-se, em parte, pelo conflito de competência entre

o poder civil e o poder militar, somando as disputas étnicas no interior das Forças Armadas.

Os golpes de Estado e disputas étnicas durante a democratização dividiram, desta vez, as Forças Armadas nacionais em três grupos étnicos que lutam pelo poder. De um lado, os homens fiéis ao Brigadeiro Mané, na sua maioria oriunda da etnia *Mandinga* e *Biafada* de religião muçulmana, somando os de Veríssimo Seabra da etnia *Pepel* e, de outro, os homens que depositavam sua confiança no novo Presidente eleito, Kumba Yalá, em sua grande maioria soldados da etnia *Balanta*, que temiam que pudessem ser novamente marginalizados e excluídos na distribuição de cargos no governo, como aconteceu nos sucessivos governos sob comando de Vieira. A disputa militar misturada com questões étnicas dava-se praticamente em todos os órgãos do Estado. Os militares assumiram posições estratégicas nos sucessivos governos civis, o que dificultava a ruptura com o passado autoritário do governo do PAIGC.

Em 2004, a Guiné-Bissau viveu a sua terceira experiência democrática com a realização de eleições legislativas. Nesta eleição do parlamento, foi eleito o candidato do PAIGC, Carlos Junior, para as funções do Primeiro-Ministro, tendo como Presidente da República Henrique Rosa, apoiado pela Igreja Católica e empossado pelas chefias militares após a derrubada do presidente Yalá em 2003.

Em 06 de outubro de 2004, Veríssimo Seabra, que foi o autor do golpe contra o governo de Yalá, foi assassinado por um grupo de militares que participaram do programa de paz da ONU, na Libéria, acusado de corrupção e promoção arbitrária no interior das Forças Armadas. Na explicação do sociólogo guineense, Hugo Monteiro (2004), o assassinato de Seabra não passa de um ajuste de contas nas Forças Armadas pela deposição do Presidente Yalá. Em seu lugar, foi escolhido, para a chefia das Forças Armadas, o Brigadeiro Tagme Waie, tendo como coadjuvante, o Capitão da Marinha Nacional, Bubo Natchut, ambas da etnia *Balanta*.

Em 2005, a Guiné-Bissau enfrentou a sua quarta experiência democrática com a realização de eleições presidenciais que reconduziu Vieira à presidência da República graças à aliança estratégica do PRS (Partido da Renovação Social) e PUSD (Partido Unido Social Democrático). Excluídos do poder durante o governo de Carlos Gomes Junior do PAIGC, somada à insatisfação da classe castrense que não se identificava com a política da profissionalização das Forças Armadas e da segurança pública, defendida nos bastidores pelo então governo, o PRS e PUSD assinaram um pacto governativo que facilitou a destituição do Primeiro-Ministro, democraticamente eleito, Carlos Gomes Junior, pelo Presidente Vieira¹⁴.

Percebe-se, ainda, que as disputas étnicas em Guiné-Bissau tinham uma dimensão simbólica que demonstrava, de alguma maneira, a hegemonia de um determinado grupo étnico sobre outro. A colocação nas patentes militar dos dois

¹⁴ A destituição do governo de Carlos Gomes Junior pelo Presidente Vieira provocou uma batalha jurídica: o executivo alegou ser ilegítimo num Estado de Direito destituir o governo democraticamente eleito pelo voto popular, razão pela qual o decreto presidencial fere os princípios básicos da Constituição; já o Presidente defendia a legitimidade constitucional destituir o executivo por incompatibilidade governativa. Durante essa briga de legitimidade que durou mais de um mês, o novo governo de base alargada entre PUSD e PRS sob a liderança do Primeiro-Ministro Aristides Gomes convidou um constitucionalista português para ajudar respaldar o argumento do Presidente.

ramos de arroz, principal produto de consumo nacional, cujos produtores majoritariamente são oriundos da etnia Balanta, foi entendida como uma demonstração de força dos Balantas dentro das Forças Armadas sob proteção do PRS, então governo. Este fato ficou conhecido como “**balantização**” do poder, que consistia na atribuição de cargos chave no governo, tendo como critério básico a afinidade étnica e regional entre os Balantas. Instalou-se no país, de acordo com Fernando Ká (2004), a “**unidade étnica**” em detrimento da “**unidade nacional**”. Mas, como será possível nesse contexto de lutas de demandas étnicas distintas uma da outra, articular uma unidade se a mesma pressupõe também que as diferenças precisam ser representadas, sem a qual o pluralismo democrático e o reforço da cidadania ativa não seriam possíveis?

Ainda sobre a representação das demandas étnicas, sabe-se que não foram apenas os líderes Balantas, ligados ao PRS, que tiraram ou tentaram tirar proveito étnico-eleitoral durante a transição democrática. Outras organizações políticas, como no caso da União Eleitoral, cujos líderes são majoritariamente da etnia Mandinga e Fula e algum setor da sociedade que buscam identificar-se com determinados segmentos, também procurou, sem sucesso, manter a supremacia eleitoral no processo democrático, apelando ao voto étnico nas suas regiões ou aldeias. Desprovidos da ideologia, de um projeto de nação para o país, muitos líderes partidários refugiaram-se no discurso étnico. Diante do crescente antagonismo étnico e luta pelo poder, o país viveu uma nova tentativa fracassada de golpe de Estado, programada para a data comemorativa ao dia da “reconciliação” nas Forças Armadas. Na seqüência desse acontecimento, foi assassinado o Comodoro Lamine Sanhá, da etnia Mandinga e homem de confiança do Brigadeiro Mané, o que acabou provocando confronto da sociedade civil com a polícia. O quadro, a seguir, sintetiza os golpes de Estado e os conflitos políticos em Guiné-Bissau.

Quadro 1- Conflitos políticos em Guiné-Bissau, 1974-2005.

Ord.	Ano	Acontecimento	Presidente
1	1974	Independência do domínio de Portugal	Luis Cabral
2	1980	Golpe de Estado contra o governo de Cabral	João Vieira
3	1994	Primeira Eleição democrática	João B. Vieira
4	1998	Derrubada de Vieira através de um golpe	Malan Sanhá
5	1999	Eleição de Kumba Yalá do PRS	Kumba Yalá
6	2003	Deposição de Kumba Yalá	Henrique Rosa
7	2005	Eleição de Vieira	João Vieira
Fonte: levantamento feito durante o trabalho de campo			

Outro aspecto que se evidenciou durante o processo da democratização em Guiné-Bissau é a liberalização econômica, com a abertura ao capital estrangeiro e sub-regional, no âmbito do Programa de Ajustes Fiscais e Macroeconômicos imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)¹⁵. Esta

¹⁵ A ineficiência do governo do PAIGC em administrar a situação econômica e social para a melhoria das condições de vida da população levou o partido a substituir o apoio popular pela ajuda internacional, provocando a indignação da população, sobretudo das comunidades rurais que mais sofreram as conseqüências dessas políticas da liberalização do mercado.

foi a condição para a renegociação da dívida externa do país e concessão de novos créditos que, nos finais dos anos 1980 e princípios dos anos 1990, tornou-se o único remédio para “sanar” a inflação e a debilidade das economias dos países “periféricos”, quer em África quer na América do Sul¹⁶. Razão pela qual a democracia tornou-se, conforme Choussudovski (1999, p. 53), o lema de livre mercado onde a manutenção de eleições periódicas nos continentes faz parte das condicionalidades imposta por instituições internacionais. Nesse contexto, em janeiro de 1997, a Guiné-Bissau ingressou na União Económica Monetária Oeste da África Ocidental (UEMOA), da qual também fazem parte Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Senegal, Mali, Níger e Togo, tornando-se assim o oitavo membro da organização. O *peso guineense*, antiga moeda nacional, foi substituído pelo Franco CFA, patrocinada pela França.

Pensar a democracia na atualidade é preciso ir além de uma abordagem meramente macroeconômica e a democracia passa a ser apresentada como uma questão que envolve a sociedade civil, a cultura, a política e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais coletivos. Nessa perspectiva, para responder a questão central que norteará este exame, a de analisar o papel ou não da sociedade civil no processo de democratização de Guiné-Bissau entre 1994 e 2006, buscamos de alguma maneira compreender quais as condições institucionais, sociais ou fatores econômicos e políticos que garantem o sucesso ou insucesso de uma consolidação democrática, e que significado vem adquirindo, no decorrer da história, o sentido da democracia e da sociedade civil, particularmente no continente africano e em especial em Guiné-Bissau.

¹⁶ Sobre os efeitos sociais, política e econômicas de “ajustes estruturais” defendidos pelo BM e FMI em Guiné-Bissau. Ver GOMES, Paulo; MAANEM, Bert Van; COSTA, Luís; SILVA, Vasco; DUARTE, Aquino e ARISTIDES, Gomes; MONTEIRO Hugo e MARTINS, Geraldo; GOMES, Paulo; FORTES, Olívio; CARDOSO, Carlos e IMBALI, Faustino AUGUSTO, Paulo e JAO, Adulai; FERNANDES, Raul; DIAS, Jacinto. In: o Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau (1996). Sobre suas conseqüências na América Latina. Ver Choussudovski (1999).

CAPITULO II

O SIGNIFICADO DA DEMOCRACIA: LIBERALIZAÇÃO, TRANSIÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO.

As experiências mais recentes de transições democráticas em África são exatamente as dos países que saíram dos regimes monopartidários na década de 1990, como foi o caso de Angola, que realizou suas primeiras eleições gerais em 1992, depois de uma longa guerra civil que durou mais de três décadas. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe tiveram seus governos democraticamente eleitos em 1991, após um longo período de ditadura personalista. Em Moçambique e Guiné-Bissau, a democracia deu-se um pouco mais tarde, em 1994 (MACUANE, 2000, p. 676).

Simultaneamente a esse processo de transformação de regimes políticos e da sociedade, que ocorreram inicialmente no Sul da Europa e Sul da América, nos finais da década de 1970 e início de 1980, vários autores vêm desenvolvendo estudos no sentido de detectar a multiplicidade de significados e sentidos que a democracia estava adquirindo em várias partes do mundo no decorrer da história.

O conceito de democracia, entendida como uma forma de organização política e de governo remonta à Grécia Antiga. Foram algumas correntes do pensamento grego que em primeira mão tentaram constituir um governo denominado de democrático. Nessa concepção, nos escritos de grandes filósofos políticos, a democracia, tal como a conhecemos hoje, não tinha o mesmo fundamento. Para os antigos, segundo Bobbio (2000, p.373), a idéia de democracia não se resumia ao processo eleitoral de exercício de voto, mesmo que não o excluísse.

A construção da democracia moderna, segundo Touraine (1996) iniciou-se a partir do século XVIII, na seqüência de alguns acontecimentos, como o **Bill of Rights** inglês, de fevereiro de 1689, e a **Revolução a Francesa** de 1789, com a sua *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

... tais atos fundadores são um coroamento do pensamento político liberal que, desde Hobbes a Rosseau e também em Locke, tinha afirmado o caráter fundador de criação voluntária do elo social que Hobbes chamou de **covenant**, Locke, **Truste**, e Rousseau, **contrato social** (TOURAINÉ, 1996, p. 111-112).

A idéia da democracia fundamenta-se na soberania popular, sem a qual, não seria possível a própria democracia, conforme argumenta Touraine. O autor prossegue em sua análise e faz uma distinção entre duas concepções de democracia: a inglesa e a francesa. Enquanto na Inglaterra, até meados do século XVIII, se impôs uma concepção de democracia baseada no **utilitarismo**, na França predomina uma visão de democracia dominada pela idéia da **soberania popular**. Conforme o autor,

...a democracia inglesa conservou uma dimensão aristocrática – combatida constantemente pela democracia francesa. Contra a concepção inglesa da democracia, dominada desde o final do século XVIII pelo pensamento utilitarista, a concepção francesa é dominada pela idéia da soberania e igualdade de todos diante do poder absoluto da monarquia, o que está de acordo com a matrix tosquiviliana (TOURAINÉ, 1996, p.123).

A democracia inglesa foi dominada pela aliança entre o povo e aristocracia contra o Rei (Estado), a francesa foi marcada pela aliança oposta contra a aristocracia. Segundo ainda Touraine (1996), a idéia da república e da soberania popular, que iam além do estado de direito que Montesquieu havia identificado antes com a monarquia para opô-la ao despotismo, ou aquela defendida por utilitaristas que colocam os indivíduos, suas liberdades e demandas no centro da atenção, se apóia em uma idéia racionalista e funcionalista da sociedade, já que era através da participação no corpo social que o indivíduo se forma, domina sua paixão e torna-se capaz de agir racionalmente na sociedade.

De modo geral, Touraine critica a fraqueza da perspectiva liberal utilitarista por ter centrado a sua análise na defesa dos interesses da burguesia em relação às realidades sociais, e o socialismo revolucionário por ter reduzido a democracia à expressão das classes operária e limitar a ingerência legítima da opinião coletiva.

No século XX, vários autores levantaram sérias dúvidas sobre a possibilidade de se colocar em prática a noção de democracia clássica de modo como vinha sendo entendida na Grécia Antiga, a partir da confrontação de duas tradições teóricas: por um lado, liberais e pluralistas e, por outro, a social-democracia. A primeira defende o método da democracia representativa. Nessa concepção, a democracia é um método de seleção de líderes para cargos públicos sem participação da população, considerada incapaz para o exercício de cargos no governo; já a segunda se apóia no princípio de que o verdadeiro governo democrático não é apenas um conjunto de garantias institucionais e seleção de líderes através de eleições livres. Segundo essa concepção, para instituir uma verdadeira democracia é preciso fazer a distinção entre o Estado, sociedade política e sociedade civil. Conforme Touraine (1996), essa distinção coloca em questão os princípios de limitação do poder do Estado, isto é, a distribuição do poder entre a sociedade civil e o Estado e o aumento do protagonismo dos movimentos sociais na política.

2. MINIMALISMO DEMOCRÁTICO

A concepção liberal e pluralista resulta da teoria formulada por Weber e Shumpeter, que desenvolveram uma teoria da democracia opondo-se ao modelo clássico num contexto marcado pelo advento de partidos de massa na sociedade industrial, no qual o sistema de produção e da economia tornou-se o problema central da época (BOTTOMORE, 1981).

A democracia direta, para Weber, só seria possível e viável em sociedades pequenas e relativamente simples. Tal requisito não é novo, os filósofos da Antiguidade já haviam feito esta consideração, tanto Aristóteles quanto Platão,

quando afirmam que a melhor democracia estaria em um Estado com uma população pequena composta de agricultores e pastores. Em sociedades complexas e diferenciadas, o governo direto do povo está fora de questão, sendo substituído pela democracia representativa, segundo Weber. Em sua opinião isso significa que o povo deve ser desprovido de qualquer forma de poder e controle sobre as decisões tomadas por líderes, já que a posse dos meios de administração tornava fácil estabelecer acordos políticos (BOTTOMORE, 1981).

O argumento defendido por Weber é apresentado mais sistematicamente e com algumas alterações, embora com o mesmo objetivo, por Shumpeter em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. A compreensão da essência da teoria de Shumpeter (1961) sobre o seu método democrático pode ser um bom caminho para a compreensão das obras mais atuais sobre a democracia, uma vez que a concepção hegemônica da democracia foi elaborada, em grande medida, dentro do parâmetro estabelecido por Shumpeter e baseou-se em sua definição da democracia. Shumpeter rejeita completamente a visão “clássica” de democracia¹⁷ e sugere em seu lugar o conceito da democracia entendido

... como um **método político**, isto é, um certo tipo de **arranjo institucional** para chegar a uma decisão política [legislativa ou administrativa] e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. É justamente este princípio que deveria caracterizar qualquer definição de democracia (SHUMPETER, 1961, p. 295).

Além de definir a democracia como um método de arranjos institucionais, Shumpeter (1961, p. 332-342) sintetizou, de modo geral, o seu conceito de democracia por meio de quatro princípios fundamentais: a) o eleitorado não deve formar o governo, mas sim eleger aqueles que vão representá-lo no Parlamento; b) o Parlamento que decide sobre questões de interesse nacional; c) os partidos políticos devem agir, de modo concertado, na luta competitiva no mercado do voto; e) porque a massa é incapaz de outra ação que não a de “*estouro da boiada*”.

Ao analisar a democracia do ponto de vista do mercado, onde qualquer indivíduo, pelo menos em teoria, é livre para competir pela liderança em eleições competitivas, Shumpeter (1961) pensava que a competição pela liderança é a característica distintiva do método democrático. Cabe a elite, de forma racional, fazer as deliberações e tomar, quando achar necessário, as decisões políticas mesmo contra vontade daqueles que lhes confiam o poder de representá-los no Parlamento. Como aponta Caroline Pateman (1992), na teoria shumpeteriana o único meio de participação dos cidadãos na política é o voto. A autora mostra, ainda, que Shumpeter não aceita nenhum tipo de mecanismos de controle político sobre as elites e considera qualquer ato nesse sentido contrário ao espírito do método democrático.

¹⁷ Sobretudo aquela vinculada a Ditadura do Proletariado, onde o poder político do capitalismo é sinônimo do poder econômico, e que eliminação total desse poder terminaria com a exploração do homem pelo homem e marcaria o início do governo do povo. Ver Shumpeter (1961 p. 287).

O interesse de Weber e Shumpeter era o de defender o funcionamento estável do sistema político democrático. Nenhum dos dois se mostrava preocupado com a ausência de controle popular sobre as deliberações das elites políticas. Para eles, o valor último da democracia representativa reside no fato de que ela torna possível a escolha dos governantes racionais e eficientes para o governo.

Essa concepção hegemônica da democracia como um meio para a seleção de líderes teve influência considerável, embora um pouco diferente, sobre o pensamento de Robert Dahl, que procurou entender as condições sobre as quais um regime político possa ser considerado democrático. De acordo com essa visão, a manutenção da democracia não depende de uma simples adesão às regras procedimentais, mas sim ela é fruto de cálculo de custos e benefícios feitos por opositores políticos em conflito:

... Não se deve esperar que opositores em conflito se tolerem mutuamente se um deles acredita que a tolerância do outro provocará sua própria destruição [...] A tolerância se reinará e se estenderá apenas entre grupos que não provocaram, mutuamente, danos graves. Assim os custos da tolerância podem ser reduzidos pelas garantias mútuas contra a destruição ou danos graves (DAHL, 2005)

A idéia central do autor é de que o pluralismo e a competição reduzem os obstáculos à participação política dos grupos minoritários, abrindo espaço para a contestação pública. Para Dahl a democracia sustenta-se a partir de um equilíbrio de força e passa a incorporar diversos interesses e reivindicações. Nessa concepção, a democracia envolve duas dimensões fundamentais: *contestação e participação*. Segundo Pateman (1992), Dahl, à semelhança do que acontece em Shumpeter, argumenta que não se poderia atribuir um peso maior à noção de “controle” porque este depende da disputa eleitoral dos líderes pelo voto da população, e a vantagem de um sistema democrático reside no fato de ser possível uma ampliação da influência de minorias nas decisões política.

Outro aspecto que Pateman aponta na teoria de Dahl são os pré-requisitos sociais para um sistema poliárquico. Um pré-requisito básico, diz Pateman, é o consenso e treinamento social que ocorre por meio da família, mas Pateman afirma que Dahl não conseguiu mostrar em que consiste esse treinamento, nem forneceu qualquer sugestão que tipo de treinamento pode ou não ser produzido por um determinado tipo de sistema de controle, e chama atenção ao caráter ambíguo e contraditório da idéia de participação na concepção pluralista da democracia:

... a participação constitui, no que diz respeito a maioria, a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. Por conseguinte, a idéia da participação é a de proteção de interesses privados [...] É na realização desse interesse privado como se ele fosse o interesse de toda a sociedade, que reside à justificação do método democrático (PATEMAN, 1992, p.25).

A democracia, assim concebida, repousa no **individualismo democrático**, onde as decisões coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à sociedade no seu todo, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem

parte, mas partindo da escolha dos indivíduos eleitos para essa finalidade (BOBBIO, 2000). Além disso, Bobbio identificou o pacto de não-agressão e de obediência de cada um contra todos os outros como o fundamento da democracia representativa. É fácil perceber, nessa abordagem de democracia, a influência da filosofia política de Thomas Hobbes sobre os minimalistas. Para Hobbes, a democracia, tal como a entendeu, tinha pouca relevância. Acreditando que o pacto de não-agressão e de obediência é o objetivo primordial do homem, e que a sociedade deve ser governada de maneira a impor uma ordem coercitiva às paixões perigosas e destruidoras dos indivíduos no estado natural - Hobbes concentra o poder absoluto no Soberano. Para os minimalistas a participação não tem um papel central no método democrático representativo. Como indica Pateman (1992, p. 14), tudo que se pode esperar desse modelo “*é que um número suficiente de cidadãos participa para manter o funcionamento dos arranjos institucionais*”.

Concordando em grande parte com os argumentos defendidos por Weber, Shumpeter (1961) e Dahl (2005), para autores como Huntington¹⁸ (1994), Przewoski, (1994), Przewoski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1997), a democracia é um regime onde os cargos no governo são preenchidos através de eleições competitivas e livres. Essa é uma definição minimalista¹⁹ da democracia que defende eleições periódicas, sufrágio inclusivo e o “direito” de qualquer um candidatar-se a cargos eletivos. Neste caso, as transições para a democracia são, portanto, jogos políticos estendidos a todos os cidadãos adultos na formação das instituições representativas através de eleições periódicas e competitivas.

O’Donnell, Schmitter e Lowenthal (1988) estudaram os aspectos que podem influir no processo de transição democrática, ressaltando a complexidade societal e as características próprias da cada sociedade. Neste caso, ao contrário das visões que privilegiam os fatores econômicos e externos, dependente da conjuntura internacional, acentua-se a dimensão interna da transição política para a democracia. Em outros termos, argumentam que qualquer que seja o caso, a transição democrática não se limita apenas a uma questão de desenvolvimento econômico, mas que são moldadas segundo suas características próprias.

Citando O’Donnell e Schmitter, Przeworski (1994) distingue quatro atores da transição: o linha-dura e os reformistas no interior do bloco autoritário, e os moderados e radicais, na oposição. No entanto, Przeworski (1994, p.135) critica esses autores por terem concentrado as suas análises nas estratégias dos

¹⁸ Para Huntington (1994), os fatores que estiveram na base da “terceira onda” de democratização foram: (a) a legitimidade do sistema autoritário num mundo onde os valores de democracia eram amplamente aceitos; (b) os cheques de petróleo de 1972 a 1980; (c) o crescimento econômico da década de 60 e (d) as mudanças na doutrina da Igreja Católica colocando-a contra os regimes autoritários e a expansão dos valores democráticos pelo mundo. Embora reconhecesse ser arbitrário especificar com precisão as datas das ondas, Huntington defende que elas são mais ou menos as seguintes: a primeira onda teve suas raízes nas revoluções americana e francesa entre 1828 a 1926; a segunda começou com a Segunda Guerra Mundial, entre 1943 a 1962; e a terceira, como vimos, começou com a “Revolução dos Cravos” de 1974, em Portugal.

¹⁹ Uma definição minimalista é quando todas as propriedades ou características de identidade não disponíveis a sua identificação são apresentadas como propriedades variáveis, hipotéticas, e não como propriedade de definição. Ver Sartori (1982, p. 84).

diferentes atores e, conseqüentemente, terem explicado os resultados como conseqüência dessas estratégias.

Concluindo, Przeworski (1994:131) argumenta que as transições, pela via da emancipação pactuada deixam resíduos institucionais, dentre os quais o mais importante é a autonomia das Forças Armadas. Para ele, Portugal, Grécia e Espanha são exemplos de democracias não tuteladas, pois conseguiram, com muito êxito, impor o controle civil sobre a classe castrense e, com isso, limitaram suas ações e prerrogativas nos assuntos políticos, o que parece não se confirmar para os países da África.

Procurou-se analisar até aqui à **concepção minimalista** da democracia, na qual, desde Shumpeter, a participação restringe-se à seleção de líderes através de eleições. Nessa concepção, a democracia se limita a livre escolha dos governantes, sem se preocupar com a forma como esses governantes atuam, e muito menos em defesa das condições sociais, econômicas e o exercício da cidadania plena em todas as esferas da sociedade. Essa perspectiva de democracia e do Estado aproxima-se do argumento segundo a qual a democracia representativa ou majoritária, quando combinada a partidos políticos hierárquicos e governos centralizados, pode servir como um meio para negar a influência de minorias na constituição de uma sociedade mais plural (HIRST, 1992, p. 14; LIJPHART, 2003, p.222), conforme mostraremos na análise seguinte.

2. COLETIVISMO DEMOCRÁTICO

Os defensores da democracia social argumentam que na concepção liberal da democracia o poder tem sido concentrado nas elites, ignorando a capacidade de sujeitos coletivos e da sociedade civil de participarem no exercício desse poder. Argumentam que a participação efetiva de sujeitos coletivos no governo irá desenvolver e aperfeiçoar a própria democracia além de um simples ato de votar. Para Bottomore (1981) a visão minimalista de democracia levou os cientistas políticos a reduzirem a democracia ao comportamento eleitoral, fruto de cálculo de atores políticos que lutam no mercado do voto através de eleições dos governantes. Para ele, a democracia pressupõe a luta de indivíduos pela construção das condições sociais pelos próprios atores coletivos; uma forma de democracia interna da própria sociedade, como indica o autor:

... a democracia é um “**movimento histórico**” que visa estender a área na qual os membros de uma sociedade podem governar a si mesmo, livre de qualquer regulamentação da vida coletiva (BOTTOMORE, 1981, p. 26).

É uma visão **coletivista da democracia**, onde os atores sociais coletivos são agentes que participam de decisões, fazem propostas políticas de interesse da sociedade e lutam para a diminuição da desigualdade social, política e econômica. O modelo da democracia coletivista enfatiza os movimentos sociais e, portanto, apóia-se na ampliação do espaço político conquistado pela sociedade civil, conforme Chauí (1990, p.140).

Quais seriam, com base nessa perspectiva, as condições necessárias para uma concepção coletivista da democracia? Seguindo-se McPherson, que defende a democracia participativa, Chauí (1990) propõe um conjunto de condições que, segundo ela, seriam características necessárias da democracia coletivista: a) diminuição da desigualdade social, econômica e política; b) desenvolvimento de sentimento coletivo, no qual os atores passam a se ver não mais como simples consumidores, mas como agentes produtores da sua própria história; e c) criar as condições pelos quais se viabiliza o aumento da participação política numa democracia participativa. Neste sentido, a concepção coletivista da democracia é mais do que uma democracia procedimental, ela pressupõe um alto grau de consenso e equidade a respeito das questões decisivas para o desenvolvimento social e econômico do país, dentro do quadro institucional vigente (WEFFORT, 1992).

As duas concepções da democracia – individualista e coletivista – aproximam-se aos dois modelos oferecidos por Lijphart (2003): **majoritário** e **consensual**. O primeiro é o governo de maioria, enquanto que o segundo parte de visão de que as minorias também precisam participar do processo de tomada de decisão. Assim, o desempenho do regime democrático é medido segundo a capacidade de suas instituições em incorporar grupos minoritários ao mundo político. Neste caso, os movimentos sociais, assumem um papel imprescindível na institucionalização da democracia e na redefinição de novos modos de organização e interação entre sociedade e Estado. Nesta perspectiva, a democracia não se restringe às regras procedimentais, ou princípios de eleições periódicas, nem tão pouco se limita às regras institucionais; é a força social e política que se esforça a todo custo para transformar o mundo político, de modo a corresponder aos anseios de sujeitos sociais (TOURAINÉ, 1996).

Alan Touraine, em o *Que é a Democracia* (1996), defende três dimensões da democracia:

...podemos falar de um sistema democrático cujos elementos constitucionais, legais e parlamentares colocam em ação os princípios de **limitação do poder do Estado** em nome dos direitos fundamentais; a **representatividade social dos atores** e a **cidadania política**. Assim a democracia pode ser definida como a mediação institucional entre o Estado e a sociedade civil (TOURAINÉ, 1996, p.103. Grifo nosso)

A primeira dimensão da democracia – respeito pelos direitos fundamentais - diz respeito à mediação entre o Estado e uma pluralidade de atores sociais ou coletivos; a segunda – cidadania - diz respeito ao reconhecimento desses atores como agentes que participam na construção da vida coletiva e na defesa de suas identidades, sejam elas étnicas, políticas, religiosas, econômicas ou culturais; e a terceira, a última - a representação da sociedade civil – consiste na limitação do poder do Estado. Trata-se, portanto, de uma democracia de afirmações de direitos sociais, políticos e econômicos dos indivíduos, a afirmação da cidadania e da participação política. Assim concebida, conforme Santos a democracia não surgiu num vácuo social e nem um conjunto de garantias formais que garantem a institucionalização do governo:

...a democracia não constitui uma simples obra de engenharia institucional ou mero acidente de leis naturais [...] A democracia constitui uma **nova gramática social e cultural** [...] e revela-se a **sociedade histórica** por excelência, sociedade que por sua forma acolhe e preserva a indeterminação em contraste com o totalitarismo que, identificando-se com a idéia da criação do homem novo, opunha-se contra essa indeterminação (SANTOS, 2005, p. 51).

Essa nova gramática democrática, que ganhou fôlego com os processos de transições de autoritarismo para a democracia iniciada no Sul da Europa nos anos de 70 e que chegou à América Latina nos períodos de 80, expandindo mais tarde seus valores para o continente africano, a partir dos anos de 1990, recolocou na agenda política desses países a questão da democracia participativa, contrapondo-se ao minimalismo representativo. Hoje, é quase uma unanimidade entre os proponentes da democracia social que a expansão democrática pelo mundo vem acompanhada pelos novos parâmetros da democracia, isto é, pelos projetos alternativos de democracia e da cidadania, nos quais a sociedade civil é obrigada a assumir as responsabilidades sociais evitadas agora pelo Estado neoliberal (AVRITZER, 2000). Fato que contribuiu para desenvolver, em vários países, uma ruptura com o modelo procedimental da democracia hegemônica para a consolidação de uma concepção fundada no bem comum. Como observa Santos:

... pensar a democracia como ruptura social implica em abordar os elementos culturais dessa mesma sociedade [...] essa reinvenção da democracia nos países do Sul da Europa, Sul da América Latina e África está intimamente ligado a “**terceira onda**” democrática pelo qual passaram esses países que permitiu uma disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, incorporação de novos atores e temas na agenda política (SANTOS, 2005, p. 55).

Essa ruptura recolocou, no debate sobre a democracia, a relação entre as regras procedimentais e engajamento de novos atores políticos em decorrência da grande participação e redefinição da relação entre Estado e sociedade civil nos processos de democratização em vários continentes. Portugal foi um dos primeiros países pelos quais se iniciou a chamada “terceira onda” de democratização, ainda nos anos de 1970, período que marcou definitivamente a participação da sociedade civil e dos cidadãos nos assuntos de interesses da comunidade. Nunes e Serra mostram como, durante a Revolução que derrubou o governo autoritário de Salazar, o SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), redefiniu a idéia de direitos e da moradia criando assim o chamado “**direito ao lugar**” (NUNES e SERRA, 2005, p. 266).

No caso do Brasil, entre as diversas formas de participação que surgiram com o movimento das “Diretas já”, a sociedade civil, até então marcada pelas políticas clientelísticas e patrimonialistas, desenvolveu a motivação pela participação redefinindo os contornos da cidadania através de um novo significado de democracia baseada na idéia do “**direito a ter direito**”. O que esteve e ainda está em disputa no processo brasileiro de democratização, segundo Alvarez (2000) são os parâmetros da democracia, suas fronteiras, seus participantes, suas instituições, seus processos, agendas e campo de ação. A mesma redefinição do

significado da democracia, da cidadania e da participação política também se faz presente no continente africano. Buhlungu (2005, p. 137), por exemplo, mostra a dinâmica das novas formas de articulação e da solidariedade que surgiram na África do Sul no final da década de 1980 e início da década de 1990 a partir da luta dos movimentos **anti-apartheid** em defesa de políticas inclusivas.

No caso da Guiné-Bissau, conforme apontam alguns autores, a tradição de resistência e experiências revolucionárias dos movimentos rurais e urbanos, data da época colonial. Motivada inicialmente pela natureza exploradora e opressiva imposta pelo sistema colonial português e pelo regime autoritário sob comando do PAIGC, a sociedade civil ampliou o seu engajamento político e participativo em todas as instâncias da sociedade, ajudando, assim, na institucionalização da democracia e nas mudanças importantes que afetam as vidas das populações (CARDOSO, 1996 e KOUDAWO, 2001).

Apesar de diferenças marcantes nas práticas associativistas e identitárias nos diversos movimentos da sociedade civil apresentado até aqui, o fato é que as necessidades comuns que nortearam seus engajamentos políticos, sociais ou culturais parecem ser os mesmos: luta contra o modelo hegemônico de democracia, instituir projetos alternativos que permitam uma concepção alternativa de cidadania, de democracia, de inclusão social e de participação política e econômica dos seus membros, o que foi denominado por Giddens (1996) da **democracia dialógica**, isto é, o sentimento de solidariedade entre os indivíduos baseados na ação reflexiva e coesão social.

Na atualidade, não se pode falar de democracia sem levar em consideração as questões da indeterminação do social e do político, que abre espaço para lutas hegemônicas e contra hegemônicas, conforme colocada pelos autores pós-estruturalistas. Esses autores desenvolveram um ataque contra a democracia populista centrada na totalização e objetivação do espaço político. As obras de Lefort (1991), Laclau e Mouffe (2004), Laclau (2005), Mutzenberg (2005), Burity (2005) e Pinto (2005) desenvolveram visões que colocam em discussão os limites das interpretações da realidade social baseadas em idéias da totalização do espaço político. Trata-se da idéia da **democracia agonística** de Mouffe (2000), na qual, o conflito e a busca de consenso entre oponentes políticos em disputas são características fundamentais do sistema democrático e pluralista da sociedade contemporânea (MOUFFE, 2000 e PINTO, 2005).

3. DIMENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA DEMOCRACIA.

É importante mencionar, nessas diversas perspectivas teóricas, que a consolidação da democracia dependerá de condições tanto políticas - liberalização e transição - quanto social - democratização, descentralização de poder e participação da sociedade civil. Nesse sentido, O'Donnell, Chimitter e Whitehead (1988), O'Donnell (2000), Santos (2005) e Przeworski (1989) mostram, de alguma maneira, a necessidade de articular a democracia política com a dimensão social da democracia. Essa articulação é útil para evitar a "falácia eleitoralista" como a condição indispensável da democracia.

Assim concebida, na perspectiva comum desses autores, o processo da democratização da sociedade passa a ser entendida como uma rearticulação e uma reconfiguração relacional entre a liberalização, a transição e a democratização.

A **liberalização** significa a luta dos movimentos sociais que força o alargamento das bases de um regime autoritário sem, necessariamente, mudar a sua estrutura.

... o projeto de liberalização significa a ampliação da base social do regime e o surgimento de grupos autônomos da sociedade civil independente do Estado, como os grupos de mulheres, os grupos estudantis, grupos religiosos, as organizações dos movimentos intelectuais e os sindicatos de trabalhadores (PRZEWORSKI, 1989, p.26).

O que normalmente acontece nessa primeira fase da abertura é luta da sociedade civil contra as barreiras impostas pelas instituições estatais autoritárias, declarando-se independentes do regime, defendendo seus interesses e projetos sociais, políticos, econômicos ou culturais. Assim, a liberalização, entendida como o início da representação e controle da sociedade civil sobre o regime autoritário, conforme Przeworski (1989)²⁰, constitui o início da incorporação de grupos que rejeitam o controle social e o caráter fechado das instituições estatais.

A **transição**, por sua vez, significa a passagem de um regime autoritário para democrático, mas essa passagem, como mostra Przeworski (1994) e Huntington (1994), não é linear. Houve vicissitude em muitas democracias. Vários regimes, ao instituírem a democracia voltaram ao autoritarismo. Ou seja, uma alternância de um regime para outro não gera, necessariamente, uma democracia consolidada. De modo geral, a transição democrática e a consolidação do novo regime chegam ao seu final quando a sociedade civil alcança êxito na capacidade de influenciar o Estado:

A transição para a democracia está completa quando se estabelece o controle civil sobre o regime estatal [...] Assim a questão central das transições é saber se elas conduzem a uma democracia consolidada (PRZEWORSKI, 1989, p. 21).

Já a **democratização**²¹ tende a ver com a democracia consolidada, com a participação da sociedade civil no mundo político, isto é, o exercício de cidadania ampla e igualitária, da democracia social e maior equidade entre os indivíduos,

²⁰ Segundo Przeworski (1989), a questão básica das transições é saber se elas conduzem a uma democracia consolidada, isto é, um sistema em que as forças políticas relevantes submetem os seus interesses à incerteza e aceitam os resultados do pleito, o que parece não confirmar no caso guineense. Durante o processo de transição do regime autoritário para o democrático, o desafio enfrentado por atores políticos foi o de chegar à democracia sem que a mesma seja exterminada no meio do caminho.

²¹ A combinação de liberalização, transição e democratização, segundo Huntington (1994), Przeworski (1994 e 1989) e Lins e Stepan (1987) é fundamental para o sucesso de um novo regime. Nessa ótica, Portugal, Espanha e Grécia são vistos na literatura internacional como casos típicos do sucesso da democratização de “terceira onda”, contrariamente aos países latino-americanos e africanos (o caso guineense é paradigmático), onde a institucionalização e mundialização dos valores democráticos ocidentais não levaram em consideração a complexidade étnica e regional e características próprias da sociedade.

que garante à sociedade civil os direitos sociais, econômicos e políticos, conforme Przeworski (1989):

... quanto maior for a percentagem da população nos assuntos de governo, maior é a chance da democratização do regime [...] Acrescenta: a combinação de direitos coletivos com os de minorias em uma sociedade, com os direitos dos indivíduos plenamente reconhecidos, é a maneira mais fácil de articular a dimensão política e dimensão social da democrática (PRZEWORSKI, 1989, p.26-27)

A combinação entre a liberalização e a transição democrática não leva, necessariamente, à consolidação do regime democrático, isto é, não garante, por exemplo, que as imensas desigualdades sociais, políticas e econômicas, que caracterizam a maior parte dos países da África, especialmente a Guiné-Bissau, terão solução imediata. O sucesso de novos regimes, de acordo com Moisés e Albuquerque (1989, p.14) dependerá da capacidade do governo de construir um modelo de sociedade capaz de mudar a qualidade de vida da maioria da população e de incluir as minorias na tomada de decisões.

Por isso O'Donnell, Chmitter e Whitehead (1988) fazem uma distinção entre democratização do governo e do regime. O primeiro diz respeito às instituições; já o segundo, a relação entre as instituições políticas e sociedade civil. Simplificando: a dimensão institucional da democracia refere-se ao modelo liberal e hegemônico que, segundo Santos (2005) baseia-se na privatização do bem público por uma elite, enquanto a social diz respeito à consolidação democrática e a pressão da sociedade civil sobre o Estado para o atendimento de reivindicações e demandas específicas, o que pode ter contribuído para o insucesso da transição democrática em Guiné-Bissau, onde as demandas das "minorias" muitas das vezes são desconsideradas ou excluídas pelo Estado.

Ainda sobre a transição de autoritarismo para democracia, Huntington (1994) destaca alguns aspectos (sobretudo econômico) que podem influir nesse processo. Para ele, as perspectivas de transição democrática são escassas em países de fraco desenvolvimento econômico. Nesta visão, os obstáculos ao desenvolvimento econômico são entraves para o sucesso de transição e consolidação democrática. Em análise semelhante, Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1997, p.128) argumentam que "*quanto mais uma economia cresce, maior é a sobrevivência da democracia*". Segundo esses autores, a fragilidade das democracias, decorre, em grande parte, das suas vulnerabilidades econômicas. Mas advertem: os fatores econômicos não são os únicos pontos indispensáveis para o sucesso da democracia. Fatores adicionais, como as condições internacionais e o aprendizado político, também influenciam no sucesso do novo regime.

No que concerne aos fatores institucionais, os autores concluem que quanto maior for a expansão da democracia pelo mundo, maior a probabilidade de uma democracia sobreviver num país específica. No que se refere ao aprendizado político, asseveram que a ausência de tradições democráticas dificulta a consolidação do novo regime (PRZEWORSKI; ALVAREZ; CHEIBUB e LIMONGI, 1997, p. 121-122).

No caso da África, Bratton e Walle (1997) acreditam que a herança institucional dos países africanos é que influencia as transições para a democracia no continente. Segundo esses autores, a democracia tem mais chance de sucesso em regimes com certa experiência de competição política. Assim, a intolerância e a falta de uma sociedade civil articulada são os motivos para o fracasso das transições em África, razões pelas quais as democracias têm pouca chance de sucesso no continente e onde se sobrepõe o poder militar.

O caso guineense parece enquadrar nos argumentos fornecidos por Bratton e Walle (1997), no entanto podemos nos perguntar se essas chances são maiores atualmente a partir de uma nova tradição que está se configurando nos anos recentes na sociedade guineense. Procuraremos compreender, no decorrer deste trabalho, como a sociedade civil guineense, historicamente marcado por autoritarismo, conseguiu garantir a sua autonomia, a sua coerência política e organizacional em relação ao Estado. E, por outro, como é que essa idéia de autonomia implicou na (re)definição da própria identidade da sociedade civil.

Como já se deixa indicar, os sucessivos golpes de Estado em Guiné-Bissau, constituem, também, numa fonte de potencialização e mobilização da sociedade civil. Isto porque, a crise dos regimes autoritários decorreu da perda da legitimidade e a luta de organizações autônomas representativas²² na gestão de novas formas de se praticar e conceber a política (PRZEWORSKI, 1989).

Ainda sobre a África, ao analisar as chances de sucesso da democracia no continente, Reynolds (1995) defende que as eleições pluralistas em África fomentam polarizações étnicas e regional por causa do seu aspecto soma zero²³. Segundo ele, como os grupos étnicos, na sua maioria, tendem a localizar-se em regiões específicas refletem a diversidade étnica. Argumenta, ainda, que, no sistema presidencialista africano, os presidentes tendem a ser pressionado pelas diferentes etnias e diversos interesses regionais e pode ter incentivos para oferecer privilégios aos seus grupos étnicos e regionais, como forma de chegar ao poder ou garantir a reeleição.

Neste sentido, ao tratar do papel de organizações da sociedade civil no processo da democratização em Guiné-Bissau, a presente dissertação pretende discutir e analisar os conflitos étnicos e regionais entre os grupos oponentes na luta pelo poder. Mas que significado adquire, neste contexto de disputas políticas que tem subjacentes questões étnicas, o sentido da sociedade civil? Como fica o conceito da sociedade civil em sociedades multiculturais ou multi-étnicas e complexas como o caso da Guiné-Bissau? De qual sociedade civil estamos nos referindo?

²² A maioria de estudiosos que discutem as razões da desintegração do comunismo no Leste Europeu afirmam que a decomposição do regime deveu-se a ausência de legitimidade do seu próprio poder, o que fez com que o bloco soviético tornou-se inaceitavelmente autoritário e economicamente ineficaz. Ver Giddens (1996, p. 122).

²³ Jogo político onde o candidato que ganha as eleições leva a maioria da representação e com isso exclui a participação dos perdedores na formação do governo e na tomada de decisões (Munck, 2000).

CAPÍTULO III

SOCIEDADE CIVIL: UMA ANÁLISE DA LITERATURA INTERNACIONAL.

De acordo com a literatura especializada, a sociedade civil ora é vista em oposição ao Estado e ao Mercado, ora é concebida numa perspectiva institucionalizada, articulada com o Estado e o Mercado, incluindo, assim, outros dispositivos que não podem ser produzidos nem pelo Mercado e nem pelo Estado. Antes de discutir como essas categorias se articulam ou não, será feita, uma retrospectiva das principais teorias que marcaram a formação e o desenvolvimento da noção de sociedade civil. O objetivo é revisar o debate no qual o conceito da sociedade civil deu os seus primeiros passos.

Como sabemos, a primeira interpretação do conceito da “sociedade civil” apareceu com Aristóteles, com o título de *koinonía politiké*, que foi traduzido para o *Latin* por *societas civilis*, entendida como comunidade de cidadãos livres e iguais. Falando em *koinonía politiké*, pensava-se na *polis* ateniense, onde os cidadãos eram chamados a tomar eles mesmos as decisões que lhes diziam respeito e não havia a distinção entre sociedade e Estado, ou seja, a “sociedade civil” significava o que a palavra designa literalmente: comunidade dos cidadãos, da qual, uma grande parte da população estava excluída. Os escravos, as mulheres, os menores de 18 anos e os estrangeiros não faziam parte da sociedade civil excluídos, portanto, da vida política na antiga Atenas.

Já a noção de “sociedade civil”, desenvolvida pelos pensadores modernos, entre eles Montesquieu, Paine e Ferguson, tinha um sentido próprio, segundo o qual “sociedade civil” correspondia à sociedade política. Conforme lembra Norberto Bobbio (1982) para esses contratualistas, ou jusnaturalistas,

... por sociedade civil entende-se a sociedade política, aquela sociedade que os indivíduos garantem por meio de **contrato social** os seus direitos e deveres através de leis públicas. Nesse sentido, a sociedade civil nasce por contraste a um estado primitivo de humanidade em que o homem vivia sem outras leis se não as naturais [...] Somente na sociedade civil existem as condições para a observância das leis da razão. (BOBBIO, 1982, p. 28).

Assim, a definição que os jusnaturalistas dão para a noção de sociedade civil, que eles apresentam como a sociedade política ou o Estado, contrapõe-se aos grupos ditos primitivos “sem Estado”. Nesta acepção sociedades étnicas ou tribais, exemplificadas com os povos indígenas norte-americanos, eram consideradas como estando numa fase mais primitiva da humanidade. Isto é, povos não civilizados. Para a superação deste estado primitivo, o contrato social torna-se, então, o único caminho a seguir e a justificativa mais credível para a necessidade da constituição de uma sociedade civilizada. Evidencia-se, nessa perspectiva, uma visão etnocêntrica, onde a formalização, através da escrita e do conhecimento racional, está intimamente ligada ao mito do progresso, cuja prova inquestionável residia no progresso da ciência, vista pelo positivismo e evolucionismo social como a condição *sine qua non* para o progresso da humanidade como um todo.

No século XIX, influenciado pelo republicanismo antigo, pela economia política e pelo pensamento iluminista, Hegel marca uma ruptura com relação à tradição jusnaturalistas, na medida em que, ao representar as esferas pré-estatais, abandona as análises que tendiam a reduzir as relações sociais e econômicas às esferas jurídicas, como faz a teoria de propriedade e do contrato social (PINHEIRO, 1994).

Tomando como base Aristóteles, Montesquieu e Ferguson, Hegel parte para uma crítica às teorias do direito natural, afirmando que o estado de natureza é também um estado social e que as regras do mercado são fundamentais para a estruturação da sociedade civil. Enquanto os indivíduos e instituições comportam-se na sociedade civil, segundo os seus interesses próprios, a superação dessas limitações seria alcançada na mediação entre a família e o Estado, por meio da sociedade civil, em que, entre outras atribuições, a sociedade civil teria um papel importante para o desenvolvimento de uma vida ética (ARATO e COHEN, 1994).

Assim que para Hegel, nem o Estado nem a família são capazes de esgotar a vida dos indivíduos nas sociedades modernas. Na interação entre ambos, surgem outros elementos, a saber: um “*sistema de necessidades*” ou da economia; uma “*administração da justiça*” que protege a propriedade e a liberdade do indivíduo e a *polícia (autoridade geral)* e a *corporação* que regula os dois momentos precedentes (Lourau, 1975, p. 38). Percebe-se, nessa abordagem, a relação de Hegel com seus predecessores: a heranças da doutrina da economia política escocesa no conceito de “sistema de necessidades”; a formulação lockeana da idéia de que a sociedade civil é formada por indivíduos que possuem direitos; e a herança iluminista segundo a qual o conceito de sociedade civil é um produto de uma época histórica distinta. Apesar dessas aparentes afinidades, a inovação de Hegel consiste no fato de reconhecer o papel desempenhado pelas organizações sociais como as corporações, associações e comunidades da sociedade civil na mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado (PINHEIRO 1994). Assim, para Hegel:

...a sociedade civil implica simultaneamente determinações individualistas e a procura de um **princípio ético**[...] que jamais poderia vir do Estado ou da família; a sociedade civil é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, segundo os princípios do Estado liberal [...]; é simultaneamente sociedade burguesa e Estado burguês [...] na qual concentra a crítica hegeliana da economia política e da ciência política, inspirada respectivamente nos princípios da liberdade natural e do Estado de direito (BOBBIO, 1982, p. 30).

Ao distinguir a sociedade civil do Estado liberal, Hegel quer efetivamente contrariar abordagens contratualistas que, ao identificar o Estado com a sociedade civil, não conseguiram aperceber-se da importância das associações independentes e do papel que indivíduos *conscientes* e *reflexivos* têm na construção da sociedade civil moderna. Qualquer que seja a explicação atribuída, nesse terceiro significado do conceito com relação à concepção jusnaturalista, parece razoável inferir que Hegel diferencia-se dos contratualistas na medida em que chama de sociedade civil a sociedade pré-política, a fase da sociedade

humana que os jusnaturalistas chamariam obviamente da sociedade natural, sem “sociedade civil”. As observações de Cohen e Arato reproduzem bem a influência de Hegel e o efeito inovador do seu conceito:

Hegel é o autor representativo da idéia de sociedade civil, dado o caráter sintético da sua teoria e por ter sido o primeiro e talvez a mais bem sucedido tentativa de apresentar o conceito de sociedade civil para dar conta da complexidade da sociedade moderna. Também teve o êxito em incorporar direitos dos indivíduos como agentes portadores de consciência moral (COHEN e ARATO, 2000, p.121).

Ao redefinir o pensamento moderno do século XVIII sobre o conceito da sociedade civil, Hegel conseguiu articular, num só esboço teórico e analítico, a liberdade pública do indivíduo e a sociedade civil como portadora da civilização material, assim como estabelecer a diferença entre sociedade civil e o Estado. Mas essa diferença, tal como pensada por Hegel, não parece apresentar a sociedade moderna de forma precisa. É justamente devido a essa insuficiência que Cohen e Arato o criticam afirmando que

... a teoria social de Hegel apresenta, por um lado, as sociedades modernas como o mundo da alienação e, ao mesmo tempo, da busca da sua integração, e, por outro, identifica essa busca no Estado moderno, mas não ficou claro se Hegel referia a um Estado possível, ou a um Estado desejável [...] o argumento de Hegel, portanto, não deixa de ser uma restrição a participação efetiva dos cidadãos nos assuntos do Estado (COHN e ARATO, 2000, p. 122-123).

Razão pela qual, a idéia de sociedade civil, em Hegel, enquanto terreno central da integração da sociedade tornou-se menos importante na reconstrução de laços de solidariedade baseada na organização autônoma da sociedade e no reconhecimento de formas associativas independentes. Sobre esse esquema hegeliano se pretende, mais uma vez, chamar a atenção para o seu significado de sociedade civil. Se analisarmos o seu conceito de sociedade civil, do ponto de vista da economia de mercado, onde os indivíduos, guiados pelos seus interesses, buscam satisfazer as suas necessidades mediante o trabalho nas sociedades modernas, as etnias, pelo menos em Guiné-Bissau, parecem configurar-se de forma distinta. Razões pelas quais, as especificidades que procuraremos destacar no conceito de sociedade civil que permeará o nosso trabalho, as categorias hegeliana não nos possibilitam chegar a uma visão ampliada de lutas políticas durante o processo de transição do regime autoritário para o democrático em Guiné-Bissau que não ocorrem necessariamente no interior de uma lógica da economia, organizada por meio de transações comerciais e trocas no mercado capitalista.

Uma quarta acepção da noção de “sociedade civil”, como desenvolvimento das relações econômicas que precede e determina o momento político, e, portanto, como antítese sociedade-Estado, ocorre com Marx. Apesar da influencia de Hegel sobre o seu pensamento político e sociológico, Marx foi quem deu a passagem do termo de sociedade civil como o momento estrutural, o momento

decisivo das relações econômicas. De acordo com o entendimento de Norberto Bobbio,

... a sociedade civil, para Marx, compreende todo o **conjunto da vida econômica e das relações materiais** dos indivíduos dentro da *sociedade* (grifo nosso), no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas [...]; relações que caracterizam, por sua vez, a estrutura de cada sociedade, isto é, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura política e jurídica [...]. Portanto, por sociedade civil, devemos entender “emancipação política da sociedade civil-burguesa” (BOBBIO, 1998, p.1209).

Sociedade civil, segundo essa concepção, não significa instituições intermediárias entre família e o Estado, mas se reduz à necessidade da burguesia e da sociedade capitalista vista a partir da contradição entre os proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Não é por acaso que na obra de Marx as lutas sociais, voltadas para a transformação das condições existentes na sociedade, passam, necessariamente, pela abolição do mercado e do Estado, já que eles não têm por fim o bem de toda sociedade, mas o bem daqueles que detém o poder. Grosso modo, a análise do conceito de sociedade civil desenvolvida por Marx ressalta, sobretudo, o seu momento estrutural. Esta ênfase foi vista por uma maioria como problemática para a compreensão da dinâmica do capitalismo moderno e pode ser considerado o ponto a partir do qual Gramsci introduz uma profunda inovação na tradição marxista. A noção sociedade civil adquire, em Gramsci, o seu quinto significado. Nesta acepção, se pode falar em sociedade civil como momento superestrutural, ou se quisermos, adotando a definição gramsciana:

... a sociedade civil é o **conjunto de organismos privados** [...] formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, sendo as principais o sistema escolar, as Igrejas, as associações profissionais e da cultura (GRAMSCI, 1991, p 32).

Se fossemos estabelecer um paralelo com a definição de Marx, diríamos que a sociedade civil compreende, para Gramsci, não mais todo o conjunto das relações materiais de produção que caracterizam as sociedades modernas, mas todo conjunto da vida espiritual e intelectual. Além de ser o primeiro teórico a perceber o lugar, por excelência, da organização da cultura, Gramsci vê a sociedade civil como uma das esferas do Estado em seu sentido ampliado, onde o que importa não é ruptura, mas complementaridade, na qual se desenvolvem conflitos e lutas políticas de várias ordens entre as forças que lutam para a conquista de poder. Em suma, para Gramsci, a sociedade civil compreende todo um conjunto de instituições através das quais os grupos dominantes exercem a sua hegemonia e onde se desenrola a própria luta pela hegemonia.

Outra questão que mereceu a observação dos apocalípticos e integrados²⁴ (no interior do pensamento marxista) é de saber se o marxismo de Gramsci consiste ou não na reavaliação de sociedade civil em relação ao Estado. Os integrados colocam uma semelhança: tanto em Gramsci como em Marx a sociedade civil – não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo do desenvolvimento histórico. Os apocalípticos, por sua vez, colocam uma diferença: chamam atenção para o fato de que a reavaliação da noção de sociedade civil não é o que liga Gramsci a Marx, mas o que os distingue e aproxima Gramsci de Hegel. Com base nessas duas constatações, que continuam merecendo atenção e debate, pró e contra, retratam a preocupação inicial do marxismo ocidental em aprofundar o pensamento social marxista pelo retorno às raízes filosóficas e demonstrar as continuidades e as rupturas no pensamento de Marx, por meio de reinterpretação de Hegel e certas obras da teoria social e da filosofia de autores não-marxistas, como as de Weber, Simmel, entre outros. (ARATO, 1994).

Não obstante a esse debate entre os estudiosos de Gramsci, o que interessa mencionar é que a noção de sociedade civil gramsciana não escapa das ambigüidades. Por um lado, a sociedade civil é o lugar da hegemonia e, por outro, tem o seu papel relativizado pela tarefa de transformação da infra-estrutura e pelo reduzido significado da política na sociedade pós-industrial. Assim, a expressão sociedade civil foi empregada por Gramsci como um nível intermediário entre os grupos primários e as normas racionalizadas do Estado. Assim entendida, o papel preponderante nesse processo cabe aos partidos²⁵, que têm na sociedade civil uma centralidade social determinante (COHEN e ARATO, 2000).

A recuperação histórica do conceito de sociedade civil, no cenário teórico e político nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, ocorreu graças à influência de autores pós-marxistas que criticavam o autoritarismo socialista e acabaram por derrubar os pressupostos básicos de Marx, recolocando no seu lugar uma nova estratégia dualista, radical, reformista ou revolucionária, de transformação de ditadura tanto no Sul da Europa, Sul da América quanto na África (COHEN e ARATO, 2000).

Essa nova estratégia, que já vinha sendo articulada por Marx, baseia-se na organização autônoma da sociedade, na reconstrução de laços sociais fora da alçada do Estado autoritário e na construção de uma esfera pública independente de toda forma de comunicação oficial, estatal ou controlada pelos partidos políticos.

²⁴ A escolha do termo apocalíptico e integrado serve para diferenciar as contribuições e discordâncias que se deram entre teóricos marxistas ortodoxos e moderados: os ortodoxos (ou apocalípticos) acreditavam, por exemplo, que o trabalho é a categoria sociológica fundamental e talvez a única para entender a dinâmica do capitalismo. Os moderados (ou integrados) defendem, por sua vez, uma concepção diferente, segundo a qual a categoria trabalho ou economia, embora importantes não explica, por si só, de forma coerente e precisa a estrutura e o funcionamento da sociedade capitalista.

²⁵ Gramsci vê o partido num sentido genérico. Qualquer organização social, por exemplo, pode ser um partido político. Nesse caso, o partido pode ser visto como expressão de um grupo social, uma arena de interesses e lutas políticas, e, conseqüentemente, da busca do consentimento e do equilíbrio na luta hegemônica (GRAMSCI, 1991, p.22).

Ao analisarmos rapidamente as duas perspectivas da noção de sociedade civil em Marx e Gramsci e sua recuperação histórica, na década de 70, recorreremos, em seguida, ao modelo oferecido por Habermas para entender as sociedades contemporâneas, cuja obra *Teoria da Ação Comunicativa*, que marcou o sexto significado do conceito até aqui demonstrado, serviu de fundamento teórico para a reformulação do conceito habermasiano posteriormente desenvolvida por Cohen e Arato.

Em sua obra *Teoria da Ação comunicativa*, um dos objetivos de Habermas consiste em demonstrar que a crítica que Horkheimer e Adorno fizeram na *Dialética do Esclarecimento* é teoricamente pouco produtivo e demasiadamente parcial no estudo da modernidade. O grande desafio de Habermas consiste em contextualizar o conceito de racionalização além da interpretação que a teoria crítica e o próprio Weber haviam defendido para dar conta dos processos de racionalização nas sociedades contemporâneas. O processo de modernização, para Weber, havia se caracterizado pela dominação da razão instrumental (típica da ciência e da tecnologia) sobre outras esferas sociais. Nas palavras de Habermas:

... Max Weber interpreta as ordens estatais da sociedade ocidentais modernas como desdobramento da dominação racional [...] Para fundamentar essa “racionalidade”, Weber não se podia apelar para a razão prática no sentido de Kant ou de Aristóteles [...]. Sob esta premissa, Weber introduziu uma [...] análise positivista da sociedade (HABERMAS, 1997, p. 193).

Habermas não aceita a idéia que a racionalidade fique reduzida à racionalidade instrumental científica, que dominaria as esferas do direito (racionalidade prática) e da arte (racionalidade comunicativa). Para Habermas, a racionalidade comunicativa (típica do mundo da vida), cuja base encontra-se na linguagem, se expressaria na busca de entendimento entre indivíduos ou grupos de indivíduos. Já a racionalidade prática-sistemática residiria na esfera econômica (mercado) e política (Estado), que no sistema capitalista acabou dominando e “colonizando” o mundo da vida. Portanto, a distinção entre as duas racionalidades permitiu a Habermas desenvolver sua teoria onde conseguiu situar o seu conceito de sociedade civil:

...a sociedade civil consiste num **núcleo institucional** formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas ancoradas nas estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. Assim concebida, a sociedade civil exclui o domínio do aparelho burocrático do Estado e do mercado e inclui, no núcleo institucional, apenas aquelas instituições voluntárias que constituem a base social das esferas públicas autônomas. (HABERMAS, 1997, p.99).

Nessa concepção existe um dualismo habermasiano, no qual a sociedade civil passa a se constituir por intermédio de duas lógicas distintas: uma dada pelo mundo da vida, e outra dada pelo sistema econômico-político, e uma contraposição a Gramsci, que pensa a sociedade civil como uma das esferas principais do Estado.

Ao considerar o mundo da vida, como fundamental para a análise da potencialidade de sociedade civil, Habermas nos oferece os instrumentos teóricos capazes de mostrar que a dissolução das formas tradicionais de solidariedade e de autoridade não leva automaticamente à emergência de uma autoridade unidimensional - como ainda acontecia no determinismo econômico de Marx - ou da tradição liberal da sociedade burguesa - que Hegel chegou a analisar como sistema de necessidades de indivíduos agindo estrategicamente na economia do mercado. Pelo contrário, o mundo da vida e a sociedade civil constituem a pré-condição institucional e cultural para o surgimento de identidades coletivas com capacidades de ação. Essa é uma condição imprescindível, sem a qual, argumenta Habermas, não seria possível redefinir as identidades, reinterpretar normas e desenvolver formas associativas igualitárias e democráticas, que proporcionariam as condições e possibilidades para uma democracia radical. (HABERMAS, 1997, p. 103).

Por democracia radical, a teoria habermasiana reconhece a capacidade de sujeitos sociais (sociedade civil) de interferir na esfera pública de forma autônoma na formação de opiniões públicas, definirem questões, trazer contribuições para resoluções de problemas, interpretar valores de modo distinto, denunciar argumentos que não vão ao encontro dos interesses coletivos, a fim de ganhar novos espaços na forma de direitos mais amplos. Noutras palavras,

... os conceitos de “esfera pública política” e “sociedade civil” não representam apenas postulados normativos, pois têm referências empíricas [...]. A democracia radical proposta pela teoria do discurso, pretende-se demonstrar que a sociedade civil pode, em certas circunstâncias, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar os parlamentos e os tribunais, obrigando o sistema político (Estado) a modificar o rumo da sua política. (HABERMAS, 1997, p. 106).

Contrariamente às visões apocalípticas da sociologia da comunicação de massa (defendida por Adorno e Horkheimer), quanto às possibilidades oferecidas pelas esferas públicas que viam os movimentos sociais e as iniciativas de sujeitos privados e de sociedade civil como sensíveis e fracos para orientar processos de decisões no mundo político, na sociedade contemporânea complexa, a esfera pública forma uma estrutura intermediária entre o sistema político e a sociedade civil oriunda do mundo da vida.

Cohen e Arato (2000), desenvolvendo a teoria habermasiana sobre a sociedade civil, ampliam o debate, articulando a sociedade civil com o Estado e o mercado, sem desconsiderar outros mecanismos intermediários que vão além dessas duas instituições. Segundo eles, somente uma sociedade civil, a qual não se identifica com o Estado, com a economia e nem com outros sistemas será capaz de manter a sua própria existência e autonomia. E concluem: Habermas só consegue pensar em táticas defensivas do mundo da vida em relação ao sistema (COHEN e ARATO, 2000). Sob essa perspectiva de análise, esses autores redefiniram a noção de sociedade civil habermasiana que, até então, vinha sendo analisada numa concepção dualista, opondo-se Estado e mercado, por um lado, e mundo da vida e sociedade civil, por outro.

Os argumentos defendidos por Gramsci (1991), Habermas (1997), Cohen e Arato (2000), conforme visto anteriormente, são reflexos de um contexto sócio-cultural e político do Ocidente e, como tal, não refletem, necessariamente, a utilização da categoria sociedade civil, pelo menos no sentido que a conferimos neste trabalho, ou no sentido que muitas vezes pode ser empregada e entendida nas práticas sociais dos grupos étnicos.

1. DEBATE DA SOCIEDADE CIVIL NA LITERATURA NACIONAL.

Antes de falar da organização de sociedade civil em Guiné-Bissau e suas formas de articulação faz necessário apresentar as contribuições e considerações dos autores oriundos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)²⁶. Mesmo tendo começado sua atividade literária e editorial um pouco mais tarde, a partir da década de 1980, se comparada com ex-colônias portuguesas como o caso de Cabo-Verde e São-Tomé e Príncipe, duas ilhas que não conheceram lutas armadas em seus territórios, cujo grau de educação e consolidação da administração burocrática era bem superior as demais ex-colônias recém-independentes, o INEP conseguiu produzir vasta literatura abordando diversos temas de interesse nacional como a construção do Estado-nação, o desenvolvimento de temas como autoritarismo, tornando-se, a partir dos anos 80, o maior centro de pesquisa em ciências sociais da África portuguesa (LOPES, 2005, p. 03).

As contribuições de autores ousados como Lopes (1987), Santos (1989), Imbali (1989), Jau (1989), Cardoso (1989) foram de grande importância para a institucionalização das ciências sociais no país. Acrescenta-se a esses esforços, conforme Lopes (2005) trabalhos de autores estrangeiros que se interessaram em conhecer a história política do país, entre eles, Allen Isaac, Joseph Miller, Lars Rudebeck e Basil Davidson.

Nos anos 1990, com o advento da democratização da sociedade, os pesquisadores voltaram a sua atenção ao estudo e análise sobre a democracia e os efeitos sociais e econômicos gerados pela abertura econômica e política imposta pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) como a condição para a liberalização de novos créditos. Nesse período, as contribuições de Cardoso (1996), Augel (1991), Mendy, (1996), Koudawo, (1996, 2001), Gomes (1996), Silva (1996), Duarte (1996), Monteiro e Martins (1996), Cardoso e Imbali (1996) são ilustrativos²⁷.

Já os primeiros estudos que surgiram em Guiné-Bissau sobre a sociedade civil enquadram-se nos esforços dos sucessivos governos em elevar o desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do país, o que acabou despertando o interesse de alguns pesquisadores para o tema. Se analisarmos essa literatura percebe-se uma grande preocupação dos pesquisadores em

²⁶ O Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas (INEP) foi fundado em 1984 por Carlos Lopes, Carlos Cardoso, Diana Handem e Absulai Silá.

²⁷ As contribuições desses autores não são homogêneas, existem diferenças de interpretações, principalmente no que se referem os conteúdos, as práticas e as formas de articulações encontradas pelos movimentos sociais.

investigar a sociedade civil levando-se em consideração, em primeiro lugar, o contexto social, político e econômico na qual se insere. Isso porque, já concordando com Chabal (1992), a ênfase na relação entre a política e a sociedade pode ser um bom caminho para entender a estrutura, os conflitos e as mudanças políticas que marcaram diferentes períodos da história social e política em África.

No caso da Guiné-Bissau podemos destacar três períodos que marcaram a relação entre Estado e sociedade civil, assim como a dinâmica histórica do conceito: o primeiro período vai de 1911 a 1915, com o surgimento de **Liga Guineense**²⁸, uma das primeiras organizações de sociedade civil, segundo princípios “ocidentais” de vida associativa, formada por pequenos comerciantes e proprietários. Ancorada no sistema administrativo colonial, a noção de sociedade civil, nesse período, estava ainda atrelada ao processo de emancipação econômica e comercial do país.

O segundo vai de 1950 a 1956, quando surgiram os movimentos independentistas e nacionalistas da sociedade civil, onde também faziam parte alguns militantes do PAIGC e outros movimentos políticos²⁹. O objetivo desses movimentos foi o de acabar com a dominação colonial, melhorar as condições de vida dos povos da Guiné e Cabo-Verde, assim como aplicar os princípios da democracia revolucionária, propostos pelo líder do PAIGC, Amílcar Cabral. Nessa época, quando se pensava na sociedade civil e no seu conceito, tinha-se em mente um movimento rural de camponeses, cuja estrutura organiza-se em forma de cooperativas que, em suas fases iniciais, não possuíam nenhum instrumento jurídico formal que regulamentasse suas atividades, mas, contudo, existia uma estrutura nas quais os direitos e as obrigações eram respeitadas por todos que nele participavam, onde cada família recebia uma parte necessária da terra apenas para a sua subsistência.

As práticas associativas que decorriam dessas cooperativas não visava apenas garantir a subsistência dos seus membros, mas lutar para a implementação de um novo projeto político de desenvolvimento econômico e social, que levasse em consideração, primeiramente, o nível do desenvolvimento da própria comunidade, contrapondo-se ao modelo autoritário imposto pelo regime colonial que, não só negava suas formas de solidariedade, nas quais buscavam a independência do país, mas também se opunha contra suas identidades vistas pelos colonizadores como caótica, irracional e primitiva.

²⁸ Também surgiram nesse período a Liga Africana e a Junta de Direitos da África nos anos de 1912 a 1919. (HAVIK, 1999).

²⁹ Além do PAIGC surgiram outros movimentos que não tiveram continuidade, entre eles, a **FLING** (Frente de Libertação Nacional da Guiné), de François Kankoila Mendy, a **ULG** (União para a Libertação da Guiné), de Ibrahim Djaló, a **UNGP** (União Nacional da Guiné Portuguesa), de Benjamim Pinto Bull, e o **PSG** (Partido Socialista da Guiné), de Rafael Barbosa, que mais tarde filiou-se ao PAIGC por falta de estrutura e quadros. Entre os fatores que provocaram a fragmentação e o divisionismo entre esses movimentos destacam-se: a) divergência quanto a ligação entre a luta anti-colonial Guineense e Cabo-Verdiano e b) os caminhos políticos que deveriam ser seguidos entre o nacionalismo e posições pan-africanistas defendida em Gana, na Conferência dos Povos Africanos sob liderança de *Kwame N’Krumah*, em 1958, na qual foi defendida a criação de um Parlamento africano e de uma moeda única para uma sonhada “**Estados Unidos da África**”. O evento aconteceu um ano após seis países europeus terem firmado o acordo que criou o Mercado Europeu Comum, embrião da atual Comunidade Européia.

Posteriormente, as mudanças advindas da política global, no início dos anos 1980, e com processo de democratização da sociedade, em princípios dos anos 1990, vieram alterar a noção de sociedade civil no país. Começou-se a questionar o caráter novo do conceito e da identidade dos movimentos. Também iniciou o interesse, tanto por parte da sociedade quanto por parte dos estudiosos guineenses, quanto à necessidade de articular novas categorias de análise que pudessem dar conta das mudanças identitárias e ações coletivas dos movimentos populares que surgiam e ressurgiam, nesse período.

Neste contexto, vale destacar os movimentos da sociedade civil que insurgiram contra os empecilhos criados pela herança colonial portuguesa e a ditadura do PAIGC, especialmente aqueles que reuniam diversos grupos de **Mandjuandade**³⁰ e Djidiu, uma velha tradição que expressa, ainda hoje, o *modus vivendi* peculiar da vida cotidiana em Guiné-Bissau (BULL, 1989; HAVIK, 1999; e KOUDAWO, 1996 e 2001).

A primeira Mandjuandade tem mais de cem anos de existência. Hoje, cada vez surgem outros grupos de Mandjuandade, sobretudo, nas grandes cidades como a Bissau, Bolama e Cacheu, que com o tempo vem ganhando características novas sem perder as formas originárias de solidariedade e da sua identidade cultural.

Considerando-se o Mandjuandade e o Djidiu, como uma forma de resistência que a sociedade civil encontrou para manter a sua autonomia e vínculo de solidariedade e identidade do grupo, pretendo chamar a atenção sobre duas coisas: a primeira é de que as duas categorias ampliam a compreensão da noção de sociedade civil em Guiné-Bissau, pela ênfase atribuída à participação política dos Mandjundades e dos Djidiu, como instâncias da integração da vida associativa nacional; a segunda observação a fazer é justamente salientar de como as duas categorias chamam a atenção para busca de especificidades e novas formas de luta encontrada pela sociedade civil em Guiné-Bissau.

Essa busca de especificidades de sociedade civil, não ocorre num vácuo social, mas resultam, como já foi dito no início, na nova forma de organização política da sociedade, num momento em que a sociedade política, isto é, o Estado e os partidos políticos vêm perdendo cada vez mais o espaço que outrora mantinha em detrimento de sociedade civil; momento em que a dinâmica de exclusão na nova economia global é muito mais visível nos países africanos; onde as disputas políticas e a desagregação étnica fazem-se presentes nas relações inter-étnicas e nas relações sociais como um todo.

³⁰ O termo Mandjuandade vem da palavra Mandjua, que consiste em pessoas da mesma faixa etária, reunidas para a confraternização, danças e outras manifestações tradicionais com o objetivo de estreitar laços de solidariedade (Bull, 1989, p. 171). A Mandjuandade tem mais de 100 anos e, no decorrer dos anos, surgiram outras mandjuandades, sobretudo, em Bissau, Bolama e Mansoa. Na sua estrutura interna, a Mandjundade abrange um Rei, uma Rainha, um Meirinho ou Merinha, um Cordeiro e um Djidiu. Todos possuem funções dentro do grupo. Assim, uma Rainha ou um Rei são chefes do grupo e, em caso de rituais, festas de aniversários ou casamento, determinam o montante a ser pago pelos soldados (elementos do grupo), para realizações de eventos. O Cordeiro é mensageiro da comunidade. Já os soldados, embora não terem uma função específica no interior do grupo e, sempre que necessário, são convocados para qualquer atividade que o Cordeiro não se dispõe a fazer.

Portanto a questão de saber se esses grupos e categorias podem ou não integrar uma sociedade civil, uma vez que não estão subordinadas as regras do “Estado”, do mercado capitalista e da divisão do trabalho, nos termos do paradigma Ocidental, não há dúvida de que, mesmo não havendo uma sistematização de valores e visão do mundo no molde do conhecimento “racional” pautada na escrita, existe, nesses grupos, uma forma associativa e de solidariedade peculiar, em que a herança cultural recebida dos antepassados é continuamente difundida, readaptada e confrontada com a dinâmica de paradigmas até aqui discutido sobre a noção de sociedade civil. É preciso encontrar um conceito de sociedade civil que reconheça outras características associativas de integração e de mobilizações políticas, institucionalizadas ou não, tornando, assim, reconhecíveis outros valores culturais locais ou “tradicionais”.

Nesse sentido, as noções de sociedade civil desenvolvida por Gramsci (1991) e Cohen e Arato (2000) ampliam, em parte, essa possibilidade, na medida em que abre o caminho para confrontos e disputas políticas e ideológicas no espaço público. Ao analisarem a sociedade civil como arena de lutas constantes, esses autores ressaltam diversos agentes de sociedade civil, unidos a partir de uma base comum de valores, da coesão social, da solidariedade e visões do mundo que são construídos na vivência prática dos movimentos, sem desconsiderar os conflitos, as tendências e os interesses difusos inerentes aos próprios movimentos que às vezes, de acordo com Giddens (1996), são conduzidos por demagogos, que podem criar ou tentar criar uma identidade emocional com o movimento de sociedade civil contrário ao processo da democratização³¹.

Como quer que seja, ainda que o argumento de Giddens possa, de alguma forma, contribuir com a discussão sobre os dilemas enfrentados por movimentos sociais no decorrer dos anos, o nosso interesse básico, que norteará este exame da transição democrática em Guiné-Bissau, é outra. Busca-se entender, fundamentalmente, as práticas articulatórias e as formas de solidariedades que a sociedade civil guineense encontrou para manter ou tentar manter a sua autonomia política e organizacional no processo da democratização.

Procurou-se analisar, ao longo deste capítulo, os diversos significados desenvolvidos por mais importantes teóricos da sociedade civil. Iniciou-se o estudo dos conceitos desenvolvidos, inicialmente, por Aristóteles e contratualistas, criticados por Hegel e Marx, posteriormente ampliados, cada um a sua maneira, por Gramsci, Habermas, Cohen e Arato. Grosso modo, as categorias que esses teóricos empregam para interpretar o sentido da sociedade civil em oposição (ou articulada) com o mercado, o Estado capitalista e outras organizações políticas e culturais da sociedade moderna ou pós-moderna, por refletirem quase sempre o contexto histórico do Ocidente, são muitas das vezes imprecisas e não refletem,

³¹ Gostaríamos de fazer dois comentários sobre a observação de Giddens (1996), que acreditamos importantes e nos interessam para entendimento de lutas no interior de sociedade civil: Primeiro, o autor deixou a entender o caráter plural e heterogêneo de visões e projetos dentro da sociedade civil, e segundo, demonstrou que a mesma nem sempre se configurou da mesma maneira e nem pelas mesmas razões no decorrer da história. Esses dois dilemas podem atrapalhar os princípios democratizantes e a autonomia institucional da sociedade civil.

necessariamente, a noção e a dinâmica da sociedade civil em outros contextos históricos.

Os Mandjundades e Djidius, como instâncias *informais* de coesão social e de solidariedade, chama a atenção para uma das formas de luta e da articulação política que a sociedade civil, como veremos adiante, encontrou para manter a sua autonomia organizacional e política no processo da democratização da Guiné-Bissau. Da mesma forma a estes grupos, é fundamental considerar a presença e a ação de grupos étnicos, com sua cultura, organização social e estruturas de poder e coordenação no campo da sociedade civil, portanto, na luta hegemônica. E apesar da aparente hegemonia neoliberal, diferentes organizações e grupos de sociedade civil em Guiné-Bissau resistem e articulam novas alternativas de luta política, cultural e econômica, atuando ativamente nas diversas instancias da vida coletiva, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA SOCIEDADE CIVIL E PRESENÇA DE GRUPOS SOCIAIS EM GUINÉ-BISSAU

Tomando como base o objetivo central do estudo, as visões de agentes sociais sobre o papel da sociedade civil na institucionalização da democracia em Guiné-Bissau, buscamos compreender como uma sociedade civil, fortemente marcada por perseguição e apreensões arbitrárias, consegue ultrapassar os empecilhos autoritários para manter a sua autonomia política e institucional na visão dos agentes sociais da mesma. Outra característica importante de sociedade civil guineense, que é objeto de investigação de campo, é o pluralismo no contexto das disputas étnicas e regionais durante a transição democrática. Nesse sentido, foram selecionados líderes de sociedade civil e de partidos políticos como interlocutores da pesquisa de campo.

1. PESQUISA E CAMINHOS PARA A ANÁLISE.

A **primeira** parte do trabalho da pesquisa de campo consistiu num levantamento bibliográfico de fontes secundárias em relação à produção teórica existente sobre a vida social, política e econômica do país. A primeira instituição pública contatada foi o INEP, entidade de pesquisa que desenvolveu diversos trabalhos no campo das ciências sociais. Nele, consultamos questões que vão desde a transição democrática, construção do Estado em África, a sociedade civil aos conflitos étnicos. O nosso interesse foi o de aprofundar o conhecimento sobre o tema, rever a história social e política do país; apreciar diferentes concepções existentes sobre a sociedade civil e a maneira como o tema vem sendo discutido na literatura nacional.

Num segundo momento, buscamos obter dados e informações por meio da participação em reuniões organizadas pelo Movimento Nacional da sociedade civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento e pelo Conselho para o Desenvolvimento de Pesquisa em Ciências Sociais em África (ONU), realizadas entre os dias 26 e 27 de junho de 2007, na qual tomaram parte líderes da sociedade civil, universitários e membros do governo. Um dos temas mais marcantes desta reunião foi a análise da proposta feita à sociedade civil pelo novo Primeiro-Ministro, Martinho Indafa Cabi, isto é, a proposta de encaminhar um nome para compor o novo governo de coalizão partidária entre o PAIGC, o PRS e o PUSD. Além deste fato, os líderes de sociedade civil, do governo e os estudantes foram chamados para debaterem as causas internas e externas do conflito político em África, bem como os mecanismos de prevenção e as medidas necessárias para o exercício pleno da cidadania. Nesse encontro foram feitas as seguintes apresentações: Reconstrução do Estado e Luta pela Cidadania, apresentado por Vigário da Diocese de Bissau, Domingos Cá; Como Manter a Vitalidade da sociedade civil em Situações de Conflitos, elaborado por Helder

Vaz³²; Constrire l'Etat, libérer le citoyen et mettre fin aux conflits, foi à contribuição de Katy Cissé Wone, ex-secretaria executiva da Comissão Nacional de Luta contra AIDS no Senegal; Reformar o Estado para uma Sociedade Inclusiva sintetizado por Eng. Carlos Schawrtz, Secretário Executivo do Movimento Associativo Rural Ação para o Desenvolvimento; Desafios da construção do Estado em África: Conflitos, Cidadania e Desenvolvimento foi abordado por Francisco Fadul³³; Democratisation and Development de Rudebeck, pesquisador e professor de ciência política da Universidade Uppsala (Suíça). Além destes, foram apresentados ainda os trabalhos: Estado, Cidadão e as Infra-estruturas; a Relação entre Cívicos e Militares; manutenção internacional da paz e reforma do Estado. Chantal Uwimana, Diretor de Programas TrustAfrica – Fundação Africana de Promoção da Paz, da Prosperidade Económica e Justiça Social -, analisou o papel da sociedade civil na Reconstrução Pós-Conflito em África e, por último, a reflexão sobre a recomposição do espaço político angolano no pós-conflito: que lições para a Guiné-Bissau?

Destas comunicações foram selecionadas apenas três (03) para a análise, a saber: Apresentação de Helder Vaz “como manter a vitalidade da sociedade civil em situações de conflitos”, a comunicação de Francisco Fadul “desafios da construção do Estado em África: conflitos, cidadania e desenvolvimento” e a apresentação de Delfim da Silva “Reformas económicas, direitos de cidadania e construção do Estado em Guiné-Bissau”. O critério para a seleção de documentos levou em consideração a aproximação com o tema, tanto no que se refere à participação da sociedade civil na prevenção de conflitos em África, quanto na consolidação da democracia.

Além desse material foram coletados artigos e notícias em dois (02) periódicos privados, Diário de Bissau e o Jornal Kansaré e 01 (um) estatal, Jornal Nô Pintcha.

Após análise e sistematização da literatura e dos dados levantados, procuramos contatar instituições e líderes de organizações da sociedade civil que desenvolvem atividades sociais nas zonas rurais e urbanas do país. Foram contactadas 01 (uma) organização rural, o Movimento Associativo Rural Ação para o Desenvolvimento (AD) que, a partir dos anos de 1990, expandiu suas ações para em diversas regiões do país, e 10 (dez) urbanas: O Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD), fundado na sequência do conflito militar de 1998. Sua missão consiste em contribuir para a promoção da cultura da paz e participação política dos cidadãos no processo da democratização; a Igreja Católica (IC) que, paralelamente a sua vocação histórica de evangelização, realiza ações sociais em diversas regiões do país; o Grupo de

³² Helder Vaz foi membro do Partido da Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá. Em 1999 desempenhou o cargo de ministro da economia no governo de Yalá, e, em 2005, candidatou-se ao cargo de Primeiro-Ministro. Concentrou sua comunicação nos mecanismos de prevenção e mediação pós-conflito pelos atores sociais da sociedade civil.

³³ Observa-se que Francisco Fadul foi ex-conselheiro político do líder da Junta Militar, Ansumane Mane, no conflito militar de 1998. Assim como demais líderes políticos da oposição que colaboraram com os militares nesse conflito, Fadul beneficiou-se da confiança da classe castrense para o cargo de Primeiro-Ministro.

Mandjuandade (GM), um movimento em defesa da cultura local e formas tradicionais de solidariedade, com mais de cem anos de existência.

Também foram contatadas a Associação Urbana dos Comerciantes do Mercado de Bandin (ACMB), que surgiu no início da década de 1990 e congrega, atualmente, “retalhistas” e comerciantes da capital; a Liga dos Direitos Humanos (LGDH), fundada em outubro de 1991, no processo da transição democrática; a Organização Amigos das Crianças (AMIC); a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), instituída pela iniciativa do PAIGC, em 1961; a Organização de Desenvolvimento Comunitário e Sustentável (PROMOCONSULT), criado em 1996, cujo objetivo é o de apoiar as comunidades urbanas no conhecimento técnico e teórico sobre diversas formas de auto-organização e de solidariedade e, por último, a Comissão Nacional de Eleição (CNE), uma instituição pública responsável pela sensibilização e organização dos processos eleitorais (Ver Anexo I).

Esta pluralidade de movimentos demonstram as preocupações e engajamentos com diversas questões de interesse nacional: a participação democrática, o desenvolvimento humano, a valorização da cultura local, melhoria das condições de vida, aumento do emprego e engajamento político na construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

Para o objetivo deste trabalho, centrou-se na análise de 03 (três) destas organizações urbanas de sociedade civil: a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento e o Movimento de Mandjuandade, que surgiram num determinado contexto histórico, cujas articulações e demandas combinam formas específicas de ações coletivas reivindicatórias.

Os critérios considerados para a escolha dos três movimentos levaram em consideração três períodos importantes: a década de 1960, quando o Movimento dos Trabalhadores, com apoio do PAIGC criou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG); em 1990, quando a sociedade civil encontrou nas formas tradicionais de Grupo de Mandjuandade, um formato para manifestar suas práticas reivindicatórias; e, 2003, quando surgiu o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, no quadro de instabilidade e de crise política motivada pelos sucessivos golpes de Estado.

Em particular essas três organizações, além de estabelecerem relações de solidariedade, de identidade, e desenvolverem ações coletivas, têm sido espaços de debates sobre a democracia para diversas representações sociais e com papel de destaque ao desenvolvimento da sociedade civil guineense, particularmente na conquistas de novos espaços e luta pela melhoria de condições sociais e políticas dos seus membros.

Também foram entrevistados líderes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), do Partido da Renovação Social (PRS). A decisão para a escolha desses partidos deve-se ao fato de deterem influência e poder político sobre o funcionamento do Estado e da sociedade. Trata-se dos dois maiores partidos que, no momento da pesquisa de campo, tinham a maioria da representação parlamentar na casa legislativa e o PAIGC estava no governo. (Ver Anexo III)

Num terceiro momento do trabalho de campo, realizamos um levantamento de documentos oficiais nos arquivos de entidades da sociedade civil (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné e o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento) e instituições estatais e não-governamentais. Entre esta documentação estão:

- Relatório de Eleições Presidenciais e Legislativas de 1999;
- Boletim Oficial de Eleição Legislativa de 2004;
- Estudo sobre o Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau (Monteiro, 1996);
- Organisation et de Developpement Ecomique de 2005;
- Organisation for Economic, Cooperation and Develoment;
- Algumas Questões a Propósito da Reconciliação Nacional na Guiné-Bissau de 2005;
- Relatório do 2º Congresso da Liga Guineense dos Direitos Humanos de 1998;
- Diretório Nacional de Organizações Voluntárias Privadas e Não-Governamentais Funcionando na Guiné-Bissau;
- Relatório do 1º Congresso da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau de 1991;
- Estatuto da Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar de 2007;
- Movimento Associativo Rural em Guiné-Bissau de 1993 e
- Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 1997.

Desses documentos, selecionamos aqueles que pudessem contribuir diretamente para entendimento das principais questões levantadas na pesquisa, quais sejam: o Relatório do 1º Congresso da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné de 1991, Diretório Nacional de Organizações Voluntárias Privadas e Não-Governamentais Funcionando na Guiné-Bissau, O Relatório de Eleições Presidenciais e Legislativas de 1999 e o Boletim Oficial de Eleição Legislativa de 2004.

Em termos de relevância, o trabalho analisou quatro (04) entrevistas de líderes de organizações urbanas de sociedade civil. O MNSCPDD (Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento), cujo Vice-Presidente possui escolarização de nível superior; a UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, na pessoa do secretário-geral da organização; o CFIC (Coordenador dos Franciscanos da Igreja Católica) da Diocese de Guiné-Bissau; e uma entrevista com a porta-voz de GM (Grupos de Mandjuandade) que atuam tanto na área urbana como na zona rural), além de três (03) documentos oficiais. SOLIDAMI: ONG, Mulheres e Desenvolvimento; o Movimento Associativo Rural na Guiné-Bissau: evolução e situação atual; I Congresso do UNTG; e Plano de Desenvolvimento Estratégico 2007-2010, do Movimento da sociedade civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD).

Dos documentos selecionados e das entrevistas resultou o **corpus** de acordo com o tema, que serviu de base para análise. Buscamos, no contexto de cada entrevista e textos os conteúdos subjacentes em cada material, para analisar suas equivalências e diferenças.

Para tratamento do material, optamos pela **Análise de Conteúdo**, a fim de compreender as concepções que os agentes das organizações têm sobre a sociedade civil (no seu sentido mais amplo) e sobre democracia e democratização. A escolha desse método, como indica Bardin (1977), justifica-se em estudos que pretendem descrições objetivas, sistemáticas e qualitativas do conteúdo manifesto relativo às condições estruturais e as contradições sociais inerentes às tradições de uma dada sociedade a fim de interpretá-las contextualmente. Centramos a análise das concepções em contextualização específica que, conforme Melucci,

Corresponde, em termos da **sociologia do conhecimento**, a uma mudança na pesquisa social no que se refere à teoria e à prática, uma mudança epistemológica e metodológica que combinam novas formas de fazer pesquisa na contemporaneidade. [...]. Nessa descontinuidade da pesquisa reflexiva com as velhas práticas hegemônicas, positivistas e naturalistas, a articulação entre observação e intervenção assume o centro da virada epistemológica nas ciências sociais contemporâneas (MELUCCI, 2005 p. 25 - 42).

Tomamos por base a relação entre a teoria e prática como a forma de entender as mudanças e práticas sociais dos sujeitos coletivos. A pesquisa qualitativa busca captar o sentido produzido dentro de um sistema de relações. Trata-se, portanto, em considerar a investigação qualitativa não como uma simples exploração de dados, mas como um **jogo relacional** de sentidos e práticas sociais (MELUCCI, 2005), ou, então, aquilo que Pagés, Bonetti, Gaulejac e Descendre (1987, p.196) chamam de **estruturas das relações**, que une cada elemento de discurso a todos os outros.

A maneira pela qual a metodologia reflexiva encara a pesquisa qualitativa, na atualidade, constituiu no nosso trabalho de campo, o fio condutor que norteou a pesquisa com os atores sociais de sociedade civil em Guiné-Bissau, pela aproximação, pela confiança e interação mútua que o pesquisador estabeleceu com o campo. Essa interação, no que se refere às ciências sociais, aponta para uma virada epistemológica e discursiva (MELUCCI, 2005, p. 22-32).

Cabe observar, ainda, que após diálogo com atores sociais de sociedade civil, sobre os objetivos da pesquisa, além das questões acima expostas, alguns líderes, sobretudo políticos, queriam falar sobre outros assuntos de seu interesse. Esta situação levou-nos adotar outra estratégia, a de flexibilizar o nosso roteiro de questões para que os entrevistados se sentissem à vontade para colocar suas experiências pessoais, suas conquistas e dilemas enfrentados, sem perder o nosso propósito central. Isso facilitou a emergência de outras questões, anteriormente não observadas, à medida que as entrevistas avançavam.

Essa estratégia, que se mostrou bastante enriquecedora em termos metodológicos, ampliou a nossa flexibilidade sobre o objeto de estudo, uma vez que os entrevistados também faziam perguntas sobre alguns fatos e acontecimentos que os interessavam. Queriam saber, por exemplo, a trajetória de vida do pesquisador e sua origem socioeconômica. “*Você é filho de quem?*”, indagou a depurada do PAIGC, Teadora Gomes. Além disso, queriam saber se o pesquisador teve ou não experiências na militância política nos movimentos

sociais populares. “*Você pertence a qual movimento?*”, perguntou o Líder do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, Mamadu Queita. Após responder esses questionamentos, os interlocutores mostraram-se flexíveis em prestar maiores informações sobre o tema. As entrevistas decorreram em locais escolhidos pelos entrevistados.

O que torna a técnica de entrevista um instrumento privilegiado para a coleta de informações, conforme Melucci (2005) é o fato da **fala** ser reveladora de condições estruturais, das práticas e das representações sociais e individuais historicamente construídas. Para o processo de análise do material foram consideradas as seguintes categorias analíticas: sociedade civil e liberalização política; sociedade civil e transição democrática; sociedade civil e conflitos étnicos; e sociedade civil e democracia. Entende-se por análise de dados, na pesquisa qualitativa, o processo de organização sistemático de transcrições de entrevistas que envolvem a delimitação da unidade de análise, a descoberta de aspectos importantes e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros (BOGDAN e BINGLEN, 1994).

Partindo desses aspectos da interatividade com atores sociais da pesquisa, buscamos captar, durante o trabalho de campo, a concepção dos líderes de organizações de sociedade civil sobre a transição democrática que também implicou numa visão de democracia. O trabalho de campo, de acordo com Bogdan e Biklen (1994) corresponde, em termos empíricos e teóricos, a abrangência do objeto da investigação e deve ser pensado de forma articulada com os referenciais teóricos e epistemológicos que envolvem as técnicas e questões centrais que as teorias trazem ou podem trazer sobre os problemas concretos.

De acordo com os objetivos da pesquisa, a análise de documentos e a pesquisa de campo, as entrevistas foram norteadas pelas seguintes questões:

- a) *Como se deu o processo de transição política em Guiné-Bissau?*
- b) *Como o PAIGC agiu nesse processo em relação à sociedade civil?*
- c) *Como a sociedade civil se articulou para manter a sua autonomia política e organizacional no processo de democratização?*
- d) *Visão da sociedade civil sobre a democracia no país?*
- e) *Qual é a visão dos partidos políticos e grupos étnicos sobre o Estado e a democracia?*

As respostas a essas questões foram obtidas a partir das informações e depoimentos dos líderes e membros de entidades de sociedade civil guineense - interlocutores da pesquisa, bem como de documentos - que serviram de base para a análise. Com base nas questões e respostas, procuramos identificar as informações sobre as formas de organização interna, da articulação e institucionalização das entidades de sociedade civil em vista da manutenção da sua autonomia identitária e política durante o processo da democratização em Guiné-Bissau.

No tratamento do material seguimos os procedimentos utilizados por Pagés, Bonetti, Gaulejac e Descendre (1987, p.196). Estes procedimentos permitiram a sistematização dos dados, na medida em que, a partir das entrevistas, dos documentos e das anotações de campo, confrontamos diversos níveis de

discursos e das visões dos entrevistados sobre sociedade civil e sobre democracia.

O primeiro passo consistiu na análise de **fragmentos discursivos** dos textos e das entrevistas, de acordo com o tema e unidade de análise. Buscamos comparar as informações do campo micro e macro, agrupando-as e confrontando-as para identificar as contradições, os sentidos e as concepções dos líderes de sociedade civil sobre a democracia. Na comparação qualitativa, de acordo com Rebughini (2005, p.238), busca-se colocar em evidencia as peculiaridades existentes entre os fenômenos sociais ou individuais nos seus respectivos contextos, mas também o contexto no qual as identidades coletivas dos movimentos de sociedade civil estão inseridas, de forma institucionalizada ou não.

O segundo passo procurou identificar o **sistema de relações** que os campos mantêm entre si. Aqui, buscamos captar, a partir das categorias de análises, os discursos e as representações sociais sobre a democracia dos líderes de organizações da sociedade civil, bem como suas equivalências e contradições.

Já o terceiro, o último, **sintetizamos** as formas de articulação, da mediação e mobilização, além das visões de agentes sobre a sociedade civil que pudessem identificar mecanismos para manter a sua autonomia institucional em relação ao poder estatal.

Tomando por base o *corpus* e os caminhos propostos, passamos à análise, organizada nos seguintes pontos. O primeiro ponto se refere ao processo da liberalização do regime, o segundo, ao processo da democratização da sociedade, e o terceiro, o último, examina a sociedade civil e conflitos étnicos. Será mostrado o peso das lutas étnicas e eleitorais nos processos de democratização em Guiné-Bissau.

2. CONCEPÇÕES DE LÍDERES DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE DEMOCRACIA.

Será discutida aqui a visão que agentes da sociedade civil têm sobre o processo da institucionalização da democracia em Guiné-Bissau. Pretende-se analisar as visões de líderes de sociedade civil sobre a liberalização política e democratização, bem como lutas políticas para ampliação do espaço público e a melhoria de condições socioeconômica dos atores sociais da sociedade civil.

Iniciamos a nossa análise a partir da afirmação de que há uma intensa oposição entre a sociedade civil e o Estado, mas também complementaridade. De acordo com Touraine

se [o poder se] inclinar para o Estado, torna-se autoritário; se inclinar para o lado da sociedade civil torna-se democrático, mas corre o risco de perder a ligação com o Estado, provocando uma reação antidemocrática [...] Por isso, a democracia só sobreviverá quando os autores sociais e políticos estiverem ligados uns aos outros; quando a representatividade dos cidadãos estiver garantida, com a condição de que essa representatividade esteja associada à limitação do poder, à cidadania, à luta pela melhoria das condições sociais dos indivíduos, mas também quando essa representatividade aceita os conflitos, as

contestações e as visões contrárias que tornam a sociedade cada vez mais consciente de suas orientações (TOURAINÉ, 1996 p.92).

Considerando esse argumento, desenvolvido por Touraine, para todos os entrevistados não houve um equilíbrio de poder entre a sociedade civil e a sociedade política durante o período da emergência da democracia. Isto porque, a representatividade do regime, até então hegemônico e centrado no partido, nunca esteve associada à cidadania, à luta para melhores condições dos sujeitos sociais, embora os movimentos de sociedade civil demonstrassem o interesse no processo eleitoral, que se avizinhava, como maneira para contribuir no desenvolvimento humano e da cidadania. Mecanismos estes capazes de garantir uma democracia participativa ou de base. Conforme afirma um dos nossos entrevistados:

“Dada à fragilidade política do país, a sociedade civil acaba por ganhar um certo destaque em determinados momentos do processo democrático. Mas, pela resistência do regime em manter o seu controle político sobre as organizações de massas, a sociedade civil teve um papel limitado durante o multipartidarismo. Isso foi uma dificuldade tanta que a questão política foi relegada praticamente para os partidos políticos”. (MNSCPDD)

Mesmo tendo demonstrado o interesse para uma maior representação e participação no mundo político, as organizações da sociedade civil enfrentaram limites com a estrutura centralizadora do Estado autoritário. Esses limites, que ainda não foram totalmente superados, e, muitas das vezes, inibem o avanço da democratização, podem ser vistos como consequência da herança autoritária do Estado colonial e mantido de outra forma pelo governo do PAIGC durante a liberalização política, na qual o partido dirigiu todo o processo da abertura para a democracia por muitos anos. Isso teve implicação, num primeiro momento, no êxito do regime na resistência às exigências multiplicadoras de ações de diversos grupos sociais de sociedade civil que poderiam desafiar o caráter corporativo e hegemônico da sociedade política, introduzindo mudanças profundas no interior do Estado. Resta saber, no entanto, quais foram às estratégias adotadas pelo PAIGC para manter a sua supremacia na liberalização política para a democracia? E outra, até que ponto a natureza do regime repressivo e opressivo do partido único PAIGC estabeleceu limites aos movimentos sociais e definiu os contornos finais do processo da liberalização política para a democracia?

2.1. SOCIEDADE CIVIL E LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA

De acordo com Huntington (1994), a liberalização política para a democracia, num determinado país, pode ser influenciada seja pelo governo, seja pelas instituições e atores externos a ele. Em Guiné-Bissau, os fatores internos e externos ajudaram a impulsionar a emergência da democracia no país, mas por razões distintas dos contextos analisados por Huntington (1994)³⁴. Enquanto para Huntington, o desenvolvimento econômico e a industrialização nos anos de 1970 tiveram um efeito positivo para a “terceira onda” da democratização, em Guiné-Bissau foi o agravamento da crise econômica, o aumento do desemprego, a falta de produtos alimentícios básicos e o aumento da dívida externa que obrigou o PAIGC aderir ao processo de liberalização econômica e política imposta pelas instituições internacionais que impuseram a democracia, como forma de governo, em África no início dos anos de 1980 (MENDY, 1996; CARDOSO, 1996; HAVIK, 1999 e KOUDAWO, 2001).

Esses motivos inserem-se nas visões dos nossos entrevistados, quando indagamos sobre as razões que teriam provocado a abertura política no país. O depoimento, abaixo transcrito, do líder do Promoconsult e membro do partido PRS reforça o peso do ambiente internacional no processo da democratização de Guiné-Bissau:

“As motivações para o processo democrático na Guiné Bissau não foi um processo interno, mas a pressão externa com a queda do Muro de Berlim. Muitos países africanos começaram a introduzir o modelo democrático europeu porque os financiamentos eram condicionados a abertura democrática. Se você precisa de dinheiro tens que ter um comportamento democrático e construir os pilares da democracia. Por exemplo, ter um Parlamento eleito e facilitar a entrada de outros partidos políticos na disputa pelo poder por meio de eleições multipartidárias, onde o partido ganhador é que deve formar o governo. Então, nesse contexto, essa onda da democratização dos países africanos e a globalização e a Internet, à Guiné-Bissau não podia fugir a regra. Por isso que até hoje o país não conseguiu ter o seu modelo democrático viável, porque não foi uma vontade nossa. É por isso, também, que existem sobressaltos” (Promoconsult).

Nessa ótica, o solapamento do Bloco Soviético e o fim da Guerra Fria, entre Estados Unidos e antiga União Soviética, foram às palavras que aparecem mais nos depoimentos dos entrevistados. O fato da Guiné-Bissau viver, naquele período, uma séria crise socioeconômica, com uma elevada dívida externa contraída pelo governo do PAIGC junto às instituições internacionais ligadas ao desenvolvimento (BM) e finanças (FMI), implicou que, para renegociar a dívida externa³⁵ e conseguir novos créditos junto ao FMI, este exigiu do governo a democratização. O fato da dívida externa, contraída pelo governo do PAIGC não ter diminuído a pobreza na zona urbana, tampouco melhora das condições de vida

³⁴ Huntington (1994) analisou os processos da democratização que se deram no início da década de 1970 e finais dos anos de 1980, nos países do Sul da Europa e Sul da América Latina. Concluiu-se que, sem o crescimento econômico, esses países dificilmente teriam governos democraticamente eleitos.

³⁵ O país, em 1983, contraiu uma dívida de 150 milhões de dólares que subiu para 423 em 1988. (Pinto, Paulo e Duarte, 1994).

na zona rural e, os fatores externos, ligados à conjuntura internacional, por si só, não explicam de forma precisa o motivo pelo qual a sociedade civil teve, inicialmente, um papel limitado no processo da liberalização. Este limite foi marcado também pelo contexto de fortalecimento e expansão de políticas neoliberais de economia de mercado e defesa de um maior fluxo de capital externo pelo mundo, identificados pelos analistas nacionais da escola do INEP (Cardoso e Mendy, 1996; Koudawo, 2001; Gomes, Faustino e Fernandes, 1996) como uma das fases do programa de “ajustamento estrutural”.

Porém, se for verdade que a queda do bloco soviético e pressões internacionais influenciaram, de alguma maneira, a liberalização política no país, não deixa de ser verdade também que a ausência de sociedade civil no apoio inicial à abertura deveu-se à monopolização política e a manutenção de mecanismos repressivos e coercitivos pelo governo do PAIGC, que garantiu ao partido, durante vários anos, diversas formas de exclusão de liberdades da cidadania e da participação da sociedade nos assuntos do Estado.

Entre diversas estratégias que garantiram a base social do regime, através das quais procurou se sedimentar por meio de inviabilização e destruição de ações adversas aos seus interesses, e com isso expandir o seu discurso coletivo totalizador, segundo os entrevistados, destacam-se: a criação, em 1974/1975, de duas organizações de jovens, a JACC (Juventude Africana Amílcar Cabral) e os PAD (Pioneiros Abel Djassi – nome de guerra de Amílcar Cabral). Em 1981, o PAIGC decidiu criar, ainda, a UDEMU (União Democrática de Mulheres), com sede em Bissau, que se somou as outras organizações de massa ligadas à educação, entre eles, internatos e escolas pilotos de tempo integral para desenvolver nos jovens a consciência crítica sobre os males sociais e econômicos provocados pelo colonialismo. Com isto, o partido buscou o consenso e articulação com a sociedade.

Outro mecanismo foi a abolição de formas tradicionais do exercício de poder (regulados) nas aldeias com a criação de comitês locais pelo partido. Desta forma, o governo criou a condição para uma aliança entre o Estado e comunidades tradicionais, fazendo uma ponte entre o Estado e a sociedade civil. Os Comitês iam revelar-se determinantes na transformação do PAIGC de um movimento de libertação num partido de Estado (Havik, 1999, p. 136). Como assinalado no capítulo 2, página 22 seguinte, os grupos étnicos e suas formas de autoridade tradicional constituiriam-se tanto como fonte de apoio e legitimação do governo quanto aos sucessivos golpes de Estado, como mecanismo para demarcar espaço e influência étnico e regional. Essas interferências se expressaram também na manutenção da UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné), que desenvolvia suas atividades desde 1958, período da sua criação, mobilizando esforços para apoiar e difundir os princípios gerais da “democracia revolucionária” cujos aspectos ideológicos

não foram facilmente abandonados, mesmo quando outras questões, nomeadamente econômica, que também constituíram a sua essência, deixaram de existir. Na maioria das vezes serviu como um instrumento político de controle de poder pelo partido. Isso porque, mesmo fora do contexto histórico da luta que levou a sua fundação, a idéia da “democracia revolucionária”

funcionou até o período da liberalização política, em 1990 (KOUAWO, 2001, p. 132-1333).

A idéia da democracia revolucionária e da construção da unidade nacional, como condição para o desenvolvimento (entendido como modernização) por parte do governo do PAIGC, o movimento sindical UNTG não era mais do que uma continuação das ações do partido junto às bases populares. Como consequência dessa estratégia, desenvolveu-se um modelo sindical que, ignorando as contradições e visões adversárias, buscou a sua legitimidade na submissão ao regime do partido único do qual recebe desde demandas internas até recursos para o seu funcionamento. É nesse contexto que vários líderes dirigentes sindicais, das organizações das mulheres e de jovens, impulsionados pela ideologia da democracia popular revolucionária, foram indicados pelo PAIGC para liderarem as organizações sociais de massa ou para assumirem mandatos políticos nos ministérios a fim de defender o programa do governo. Segundo um dos nossos entrevistados,

“A relação entre alguns dirigentes de organizações de sociedade civil com o partido PAIGC continua presente na Guiné-Bissau. Talvez por isso a nossa sociedade civil enfrenta, ainda, algumas dificuldades em compreender o seu papel na consolidação da democracia [...]. Daí, também, que não poderia existir a hostilidade ou autonomia entre a sociedade civil e o Estado, porque nem todos os líderes da sociedade civil, que assumiram cargos nas organizações sociais, conseguiram manter a neutralidade com a política partidária” (Promoconsult).

Essa fala traz, mais uma vez, a questão já levantada na literatura: a relação entre a sociedade civil, o Estado e a sociedade política e o problema da representação³⁶ e participação de movimentos sociais na política.

Em nível econômico, outra estratégia adotada pelo governo do PAIGC (semelhante àquelas acima assinadas, que caracteriza a forma de fazer política do partido único PAIGC) foi a extinção de estabelecimentos comerciais de iniciativas particulares em favor dos Armazéns do Povo (AP) que monopolizava as trocas comerciais e abastecia a população com os produtos alimentícios de primeira necessidade como arroz, milho, feijão etc, que eram a base alimentar da população, assim como algumas organizações de base ligadas às atividades de

³⁶ Isto é, a relação entre representados e representantes e a capacidade dos representantes tomarem decisões pelos representados. A análise da representação política, como um processo que coloca em discussão os limites da interpretação do espaço político baseado em análise da homogeneização do social é consenso entre vários autores. Laclau e Mouffe (2004), Laclau (2005), Mutzemberg (2005), Burity (2005) e Pinto (2005), desenvolveram uma linha de investigação que questiona as teorias clássicas de representação política, segundo a qual a vontade da maioria é algo constituído antes da representação, e não o contrário como pretendia autores como Shumpeter, Downs e Rawls, em suas teorias de democracia. Até que ponto esse modelo integrador da representação política influenciou ou não a cultura política de organizações de Sociedade Civil na sua relação com o governo do PAIGC? A confirmação ou não dessa relação na construção de espaços democráticos em Guiné-Bissau, será retomada num estudo posterior, buscando entender até que ponto o modelo da democracia liberal ao mesmo tempo em que defende a socialização de poder e exercício do voto monopoliza o espaço público restringe a participação popular e expansão dos direitos civis dos sujeitos.

produção: Projetos Integrados de Desenvolvimento Econômico do governo que começariam a surgir em diversas regiões do país a partir de 1985 para, entre outras atribuições, “*facilitar o desenvolvimento da atividade econômica, melhorar as condições financeiras dos membros da comunidade, bem como elevar o nível de consumo de produtos ricos em proteínas*”³⁷. Pouco tempo depois, registrou-se ingerência política do governo e muitos membros tiveram que migrar ou fugir do país devido à perseguição política³⁸.

Todas essas estratégias de controle das iniciativas autônomas da sociedade civil pelo governo, nesse processo inicial de “**abertura**”, inserem-se na luta pela restrição de direitos sociais e políticos a diversos grupos da sociedade civil, como observa o Coordenador dos Franciscanos da Igreja Católica, João Dias Vicente: “*O PAIGC proibiu a prática do escotismo porque só podia sê-lo a Juventude Africana Amílcar Cabral*”.

Até os anos de 1986³⁹, período em que se iniciou efetivamente a ruptura com o autoritarismo, a posição da Igreja Católica parece mostrar-se contraditória em relação à fidelidade e respeito ao partido durante a institucionalização de regras de jogo da competição política, afirmando que

“O partido foi tolerante com a Igreja Católica e a Igreja também foi tolerante com o partido. O partido não lhe retirou os edifícios e as resistências, como aconteceu, por exemplo, em Moçambique, embora, em parte, a Igreja tinha participado com o regime colonial, mas o PAIGC se diz logo de princípio foi a Igreja que ajudou abrir um pouco os olhos dos jovens que depois serão combatentes na luta de libertação nacional”⁴⁰.

Levando em consideração esse depoimento, observa-se que a relação da Igreja Católica com o regime de partido único PAIGC, naquele momento, pode ser considerada dúbia por atrelar-se à lógica de não-contestação do regime autoritário em favor da justiça social, o que contribuiria para maior equilíbrio entre sociedade civil e o Estado no processo da liberalização para a democracia. A Igreja Católica temia, segundo Koudawo (2001), uma reação negativa contra ela, dada à política agressiva, repressiva e opressora do Estado.

A análise de documentos do governo mostra forte ligação histórica de relacionamento dos movimentos sociais de massa com o governo. Durante o regime autoritário, o Estado apoiou-se também nas organizações oficiais criadas

³⁷ Movimento Associativo Rural em Guiné-Bissau, AD, 1993.

³⁸ Relatório do Movimento Associativo Rural Ação para o Desenvolvimento (1993, p.08).

³⁹ Assumimos, neste trabalho, a data de 1986 como o início de abertura política para a democracia em Guiné-Bissau porque foi a partir daí que verificou-se intensas disputas e luta pelo poder no interior do PAIGC, o que culminou na apreensão e assassinatos de altos dirigentes do partido, entre eles Viriato Pã e Paulo Correia. Outro aspecto que merece destaque foi a crise de representatividade do governo junto aos movimentos populares, com a expansão de desequilíbrios regionais e falta de produtos básicos para a população. A política encontrada pelo governo do PAIGC, que mais aprofundou as desigualdades, foi o abandono da sua base social que lhe deu a sustentação durante a luta e também após a independência política em troca de recursos externos junto às instituições internacionais (Lopes 1987; Mendy, 1991 e 1996; Cardoso, 1996; Koudawo, 2001).

⁴⁰ Coordenador dos Franciscanos da Igreja Católica, João Dias Vicente, em entrevista para este trabalho, junho de 2007.

principalmente para coordenar e controlar as iniciativas particulares da sociedade financiadas pelo governo do PAIGC através dos recursos externos vindos dos parceiros internacionais da cooperação, por meio dos quais o partido ampliava o controle social e político sobre a sociedade civil, restringindo o seu espaço de atuação, e, portando, a sua autonomia. É nesse contexto que, em 1984 surgiu o Instituto Nacional de Ajuda Não-Governamental (denominado SOLIDAMI) e algumas fundações para o desenvolvimento, com sede em Bissau, cuja política e linha de ação ficou bem claro num dos seus documentos:

“Executamos as orientações do governo na isenção dos impostos alfandegários que o mesmo concede como contrapartida nacional. Apoiamos a criação de organizações Não-Governamentais de orientações diversas na adequação jurídica, na instalação e ações de formação e na capacitação dos seus quadros. Financiamos com o fundo de apoio à pequena iniciativa (FAPI) e colaboramos na mobilização de recursos”⁴¹.

Independentemente da natureza social ou institucional dessas organizações sociais de massa ou instituições ligadas ao regime, o acesso a determinados recursos (como foi dito) fazia-se através do partido, ou por meio de estruturas associativas controlados por ele, o que inibia a prática articulatória e a participação política-autônoma da sociedade civil em relação ao projeto homogenizador do regime do partido único PAIGC.

Esse relacionamento fiel e ambíguo de movimentos sociais de massa durante o processo da liberalização para democracia foi identificado no discurso da secretaria-geral da União Democrática das Mulheres (UDEMU), Francisca Pereira, na comemoração do III Congresso da organização, afirmando que,

“Considerando a aproximação de eleições, e a necessidade de garantir vitória do nosso partido PAIGC solicita o apoio das nossas companheiras de luta para engajarmos na vitória do nosso partido. O PAIGC dar-vos-á um apoio incondicional e tudo fará para a emancipação da mulher guineense. As mulheres da Guiné-Bissau estiveram sempre ao lado do partido durante a campanha eleitoral e muitas divorciaram dos seus maridos por causa do PAIGC”⁴².

Na mesma perspectiva, outra fala que mostra a fidelidade da sociedade civil e a sua ligação com a sociedade política, assim como a ausência de uma mobilização mais ampla para abertura política em Guiné-Bissau é dada pelo Vice-presidente do Movimento Nacional da sociedade civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, uma representação com forte engajamento político associativo no país. Conforme o vice-presidente

⁴¹ Diretor de SOLIDAMI, Domingos Semedo, Jornal Nô Pintcha (1996, p. 09). Outros documentos oficiais do governo reafirmaram a essência dessas instituições, a exemplo de Fundação Guineense para Desenvolvimento Industrial (FUNDEI), criado em 1996, dois anos após realizações de primeiras eleições legislativas e presidenciais.

⁴² Jornal Nô Pintcha (1994, p.13).

“Durante o regime do PAIGC, a existência da sociedade civil era inexpressiva, embora já existiam manifestações de indivíduos, grupos e instituições que desejavam organizar suas vidas de forma autônoma ao partido. Porém, o regime não admitia e nem facilitava a existência de outros espaços políticos. Existia a UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné), mas estava ligada ao PAIGC [...] PAIGC temia, nesse período, que o reconhecimento da sociedade civil pudesse colocar em risco o seu **status quo** e **hegemonia** herdada durante a luta de libertação em relação aos movimentos sociais populares. Essa resistência em aceitar grupos autônomos ao Estado demonstrava o despreparo do partido e dos seus membros que eram radicalmente contra a adoção do multipartidarismo, pessoas essas que não compreenderam que era praticamente difícil parar o vento da história. Ou seja, os velhos combatentes da luta armada de libertação temiam as dificuldades que as mudanças no sistema de governo pudessem implicar” (MNSCPDD).

Desta forma, as organizações sociais que podiam estabelecer limites contra a lógica usurpadora dos campos da sociedade civil pelo partido, em defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos foram sobrecarregados com a ideologia e a repressão do PAIGC, de maneira que, algumas práticas reivindicatórias de direitos por parte das organizações sociais de massa, mesmo atreladas ao regime do partido único, passaram a ser repudiadas, marginalizadas ou entendidas como “favor” dado o vínculo histórico e político que a sociedade mantinha com o governo do PAIGC que, no decorrer dos anos, foi portador da “**vontade estatal**” consentida⁴³ ou impostas às organizações sociais da sociedade civil.

Isto porque, conforme Duverger (1980, p. 291) o partido tende a tornar-se único porque a sua estrutura é totalitária e só assume essa estrutura porque busca a unidade nas massas. Duverger (1980, p. 229) mostra que o objetivo de qualquer partido é forjar elites novas, criar nova classe política e formar chefes políticos aptos para o governo. No caso do partido único, os chefes políticos e administrativos são nomeados pelo partido que busca controlar todos os órgãos do Estado. Huntington (1994, p. 120) conclui: a característica distintiva dos sistemas de partido único é interligação entre partido e Estado.

Em Guiné-Bissau, a ideologia do partido único PAIGC definiu tanto a natureza do Estado Novo, como tentou despolitizar a sociedade civil durante a liberalização. Nesta ordem de idéia, o espaço político que começou timidamente a abrir-se com o processo da “**liberalização controlada**”, em 1990, não representou para o PAIGC e para os movimentos sociais de massa, pelo menos num primeiro momento, como um meio de ligação e equilíbrio entre a sociedade civil e o Estado, mas, sim, um instrumento de monopolização de poder e controle da sociedade civil pelo regime do partido único.

⁴³ Essa perspectiva aproxima-se de Gramsci. Para Cabral, líder do PAIGC, a libertação nacional do país e do povo, condição necessária para o desenvolvimento da sociedade como um todo, deve ser dirigida pelos melhores filhos da Guiné e de Cabo Verde (Cabral, 1978, p. 147). Assim, tanto Cabral quanto Gramsci (1978) acreditava que o partido orgânico pode ser também uma organização social de homens de cultura, que têm a função de dirigir, de coordenar e levar o nível cultural do seu povo. Mas, por razão bem distinta do contexto político da Europa e da Itália, estudado por Gramsci, o PAIGC abandonou sua base social que lhe deu sustentação logo após a independência (Lopes, 1987).

Segundo Mendy (1996, p. 29) as organizações de massas mantidas em funcionamento durante a liberalização, para mobilização popular, foi um meio que o Estado encontrou, no período, para exercer o controle social sobre a juventude, os trabalhadores e as mulheres e enquadrava numa estratégia política do regime destinada a impor a unanimidade em nome da unidade nacional. De modo semelhante Cardoso (1996, p. 27) observou que, quando a liberalização começou em 1990, o PAIGC não reconheceu facilmente a idéia do pluralismo político (como acontece em todos os modelos de regimes autoritários), temendo dividir espaços com outros atores sociais que estivessem fora da estrutura monolítica autoritária.

Como já assinalado acima, no depoimento do vice-presidente do MNSCPDD, observa-se que, na realidade, quando se iniciou a liberalização do regime em Guiné-Bissau, não havia uma oposição efetiva de organizações de sociedade civil, que representasse diversos interesses de setores sociais para uma sociedade mais aberta e democrática, que pudesse introduzir mudanças profundas no Estado. A fala, abaixo citado, do líder do Promoconsult, recoloca essa questão e reforça o depoimento assinalado pelo vice-presidente do MNSCPDD, isto é, a relação entre sociedade civil e partido único PAIGC, na qual ainda é difícil falar, naquele momento, da autonomia de organizações sociais ou de divergências políticas e ideológicas em relação ao funcionamento do Estado:

“Sendo a sociedade civil embrionária, na época, não era um grupo de pressão. A sociedade civil que se falava na altura (associações civis e comunitários de base), tinham um caráter de luta contra a pobreza, com pequenos projetos junto das suas comunidades, tanto na área da educação quanto na agricultura” (Promoconsult).

São projetos essencialmente produtivos de organizações rurais e de bairros. Esses projetos são do governo ligado às questões de desenvolvimento econômico. E não constava, como foi dito na página 85, a questão da participação democrática e autonomia de organização de base nas mudanças sociais e políticas e no funcionamento do Estado. Se constasse tal influência, o núcleo-duro do governo do PAIGC não controlaria os movimentos sociais de massa e o peso da mobilização da sociedade civil teria sido maior como aconteceu, por exemplo, em alguns países da América Latina, entre eles o Brasil⁴⁴.

Concordando com a linha de investigação defendida por Touraine (1996), a democracia só existe dentro de um quadro de equilíbrio social e institucional. Assim, a separação entre a lógica da sociedade civil, a lógica da Sociedade Política e a do Estado passa a ser a condição central da democracia. Essa só existe se forem reconhecidas que estão inter-relacionadas, mas também muitas vezes opostas. Essa relação lembra que, historicamente, quase por toda parte

⁴⁴ No estudo sobre o processo da liberalização e transição no Brasil privilegiaram-se duas linhas de debates e da investigação. A primeira concentra-se no estudo da participação dos movimentos sociais, segundo a qual o regime perdeu o controle do processo da transição em consequência da mobilização popular e das greves de 1979-1980 (Carvalho e Laniado, 1989); já a segunda linha, com a qual discordamos, coloca-se o sucesso do governo militar na resistência as demandas da sociedade. Segundo essa perspectiva, o núcleo-duro do regime iniciou e controlou todo o processo de liberalização e transição por um longo período de tempo (Huntigton, 1994; Przekorski 1994; Lins e Stepan, 1987).

“Os partidos de massas constituíram ameaças à democracia, em vez de serem os seus defensores. Tal procedimento reforçou o poder dos “representantes do povo” diante da sociedade [...], mas a democracia não significa o poder do povo, expressão tão confusa que é possível interpretá-la em todos os sentidos; mas significa que a lógica do Estado e da sociedade civil é uma lógica que não tira autonomia da sociedade civil nem do Estado [...] Portanto, a democracia define-se como uma mediação entre a sociedade civil e o Estado” (TOURAINÉ, 1996, p.64-65).

Em Guiné-Bissau, o PAIGC temia a mediação de grupos autônomos da sociedade civil nos assuntos de interesse nacional. Isto é, temia dividir o poder ao debater questões mais diversas da vida nacional que permitiriam que a sociedade civil tivesse mais liberdade e autonomia na condução de suas atividades sem ingerência do Estado. Com isso o governo do PAIGC acreditava que o **status quo** herdado nos períodos da luta de libertação estaria assegurado. Desejava um autoritarismo mais ameno, mais seguro e estável, sem alterar a natureza do sistema político no qual o PAIGC, enquanto partido único, dirigiria (e acabou por dirigir) todo o processo inicial da abertura política (KOUDAWO, 2001, p. 135).

Essa análise aproxima-se do depoimento do líder do Movimento Nacional da sociedade civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento, que ilustra as disputas políticas travadas com o governo do PAIGC, afirmando que

...não tem sido fácil a relação da sociedade civil com o partido-Estado PAIGC durante a liberalização à democracia, dado o seu caráter reivindicativo e contestador. Embora a sociedade civil seja um parceiro do governo nas políticas do desenvolvimento social e econômica, o governo sempre tem procurado defender suas idéias esquecendo que a sociedade civil também tem voz e direito de participar na tomada de decisões. Isto faz com que a sociedade civil às vezes é vista como o parceiro do governo, mas quando se trata do poder a sociedade civil é vista como adversária (MNSCPDD).

Este paradoxo da exclusão dos movimentos sociais da política e a persistência do regime em controlar coercitivamente e persuasivamente as ações dos movimentos sociais populares, somados a crises socioeconômicas, à destruição de meios tradicionais de reivindicação e expressão da sociedade civil, criou as bases para a crise da legitimidade do regime e luta interna pelo poder em que o governo de partido único mergulhou por muitos anos. O Estado não conseguiu criar e nem gerir uma base social e econômica para a sua própria sobrevivência (HAVIK, 1999).

A crise da legitimidade do governo PAIGC, gerada pela inoperância do Estado em resolver os problemas básicos da população, abriu espaço para a luta pelo poder no interior do partido entre os velhos combatentes, que defendiam a manutenção da sua legitimidade conquistada na luta de libertação e os reformadores (grupo 121)⁴⁵, que defendiam a reforma e a democratização interna

⁴⁵ Grupo de 121 congrega os militantes do PAIGC que exigiam do partido uma maior abertura, de forma a permitir o protagonismo de jovens quadros que tinham acabados de retornar dos estudos em países como a

do partido, conforme o depoimento de Agnelo Regala, do partido União para a mudança (UM):

“Quando se aproximava o multipartidarismo houve um movimento interno dentro do partido, denominado o grupo da Carta dos 121, que surgiu a partir de uma carta assinada por 121 militantes, dirigentes e quadros do partido que reivindicavam maior abertura que permitisse a renovação interna do PAIGC. Mas, essa iniciativa foi entendida, na época, como uma tentativa de exclusão dos velhos combatentes do partido, não foi entendida como uma forma de juntar a experiência dos velhos com a dinâmica e os conhecimentos da juventude” (UM).

As contradições internas e externas ao governo do PAIGC ampliaram a luta democrática de sociedade civil pela substituição do sistema e a efetivação de direitos sociais e políticos durante o processo de transição política para a democracia. Se por um lado, a ação do PAIGC e seu poder exercido como prática de governo fomentou a organização de setores de sociedade civil para a sua legitimação, por outro lado também criou espaços onde as contradições internas e externas ao regime do partido único tomaram forma, ampliando o campo de disputa política e prática articulatória dos agentes sociais. Questão a ser discutida a seguir.

2.2. SOCIEDADE CIVIL E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Os conflitos que tiveram lugar no seio do PAIGC e entre Estado e a sociedade civil ganharam novos rumos com o surgimento de novas forças sociais que levaram a uma mudança de atitudes, de estratégia, de mobilização, de participação política e luta contra o autoritarismo. Se num primeiro momento da liberalização o PAIGC inibiu as manifestações sociais da sociedade civil, num segundo momento as lutas sociais intensificaram-se em diversos segmentos da sociedade contra o monopartidarismo a partir dos anos de 1990, o que está relacionado às mudanças na conjuntura, conforme analisado e colocado anteriormente.

A “terceira onda” de democratização trouxe uma nova dinâmica à sociedade civil. Começou-se a proclamar a necessidade de intensificar e expandir as lutas democráticas e redefinir a agenda de relacionamento entre a sociedade civil e a sociedade política. A primeira vitória dos movimentos sociais da sociedade civil foi à queda do artigo 4º da Constituição⁴⁶ de 1973. A revogação deste artigo contribuiu, em larga medida, para a elevação do nível participativo da sociedade. O aprofundamento do programa de liberalização do mercado iniciada em 1987 e com adesão da Guiné-Bissau a UEMOA (União Econômica Monetária Oeste

França, Portugal e Estados Unidos. O desempenho político desse grupo, conforme a fala de Agnelo Regala, foi favorável à transição do regime autoritário para a democracia em Guiné-Bissau.

⁴⁶ O artigo 4º da Constituição foi instituído no segundo Congresso do PAIGC em 1973, em Madina de Boé, que criou um regime monopartidário em que o PAIGC é reconhecido como sendo a expressão máxima da vontade coletiva da sociedade e força dirigente do Estado. Neste contexto que surgiu a Comissão Alargada de Transição (CAT) em 1988, a Lei Quadro de partidos políticos em 1991, aprovada pela Assembléia Nacional Popular (ANP) e despartização das Forças Armadas e de Segurança, no mesmo ano.

Africana), em 1997, aumentaram as possibilidades do protagonismo político e engajamento da sociedade civil e outros setores da sociedade.

A realização do II Congresso Extraordinário do PAIGC, em Bissalanca, nos dias 20 a 25 de maio de 1991, para discutir, entre outras coisas, as mudanças no interior do partido, sobretudo no que se refere o seu relacionamento político com a sociedade. Essas mudanças privilegiavam também a adoção de novos comportamentos e a necessidade de redefinição da política social do governo do PAIGC em relação à sociedade civil, adequando-os ao processo de transição à democracia. Como ilustra a fala, abaixo citado, de Desejado Lima, Secretário da UNTG, que confirma a mudança da identidade dos movimentos sociais da sociedade civil, e a capacidade de influenciar para mudanças profundas no interior do Estado:

...Durante a fase da transição, algumas medidas foram introduzidas pelo PAIGC, nomeadamente, a sua articulação com a sociedade. Foi necessário que o partido discutisse com a sociedade sobre as mudanças que deveriam ser introduzidas, o que mais tarde confirmaram-se [...] A sociedade política não estava preparada para isso, ela foi forçada à mudança pelos movimentos sociais da sociedade civil.

Assim, a UNTG (União Nacional dos Trabalhadores), a UDEMU (União Democrática das Mulheres) e a JACC (Juventude Africana Amílcar Cabral) tiveram que reformular as suas estruturas organizacionais e políticas para fazer face ao novo cenário sóciopolítico que acompanhou a expansão de outras organizações sindicais independentes, a exemplo do SINAPROV (Sindicato Nacional de Professores) que tem desenvolvido um papel significativo através de greves para a melhoria da qualidade do ensino; o SINAMAR (Sindicato Nacional dos Marinheiros) que, como as demais organizações sindicais que surgiram nesse período, desenvolvem protestos contra órgãos governamentais, superando pré-conceitos e constituindo um respeito mútuo entre a sociedade civil e o Estado.

O setor que conheceu uma maior expansão na luta pela efetivação de direitos de cidadania e descentralização do Estado para dar acesso a diversos setores da sociedade foi o de ONG's⁴⁷ (Organizações Não-Governamentais). Atualmente, existem no país cerca de cento e vinte quatro (124) organizações filiadas ao MNSCPDD (Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento) que lutam para afirmar-se diante do Estado, ajudando-o a resolver algum tipo de problema na condição de agentes sociais coletivos.

A reconstrução da sociedade guineense, que se inicia com a transformação da sociedade civil, traz para a Igreja Católica, nesse segundo momento, a redefinição do seu discurso, colocando-o contra o autoritarismo. A Igreja assumiu, no início dos anos de 1990, a construção de uma plataforma política na luta pela justiça social, pela redução da desigualdade e o aprofundamento da democracia, o que pode ser identificado com o que Huntington (1994, p. 82) denominou de

⁴⁷ É neste setor da sociedade civil que houve maior expansão nos anos de 1990. A nova conjuntura democrática e a luta pela obtenção de recursos externos (especialmente do BM e da EU), somada às políticas neoliberais de Estado mínimo no início dos anos 1970, defendida por essas instituições, foi uma das causas que explicam o **boom** de ONG's, em Guiné-Bissau, exatamente nesse período.

“terceira onda católica” da democracia. Afirma o Coordenador dos Franciscanos da Igreja Católica:

“A Igreja tem jogado um papel importante na consolidação do processo democrático na Guiné-Bissau. Todo ano, os Bispos têm provido uma espécie de encontro com os militares, líderes dos partidos políticos e diferentes personalidades onde a temática, em 2002, foi à reconciliação nacional, e, em 2005, foi o problema que dificultem a consolidação da democracia no país. Também participamos dos eventos organizados por outras instituições da sociedade civil que operam na Guiné-Bissau. Portanto, tudo isso é participação direta na vida social, religiosa e política dos cidadãos” (IC).

O Bispo de Bissau, de origem italiana, Septpttimio Arturo Ferrazzetta adotou uma posição anti-autoritarismo logo após a transição política para a democracia, sobretudo no campo da educação, mobilizando especialmente os jovens católicos em oposição a autoritarismo. Como resultado de tal desenvolvimento, a oposição global da Igreja Católica passou de acomodação para a ambivalência (HUNTINGTON, 1994).

No caso guineense, essa ambivalência resultou no rompimento nas relações Igreja-Estado e na ampliação da democracia participativa em todos os campos da vida social. Em nível econômico, o processo de liberalização da economia, que começou com a implementação de programas macroeconômicos e ajustes fiscais de 1986, somada as sucessivas crises econômicas e a perda de legitimidade do governo, facilitou, de alguma maneira, a expansão da influência da Igreja na luta pela satisfação das necessidades básicas da sobrevivência das populações, como a comida e o vestuário. A expansão do comércio “informal” nos finais dos anos de 1980 - sobretudo sob responsabilidade das mulheres “vendedeiras” do mercado de Bandin (**bideras**) - também está associada a esse fenômeno da liberalização do mercado nacional.

No campo da educação, a Igreja mobilizou recursos externos que permitiram a construção de várias instituições de ensino nas zonas urbanas e rurais para ajudar a população mais pobre do país. “São num total de cinquenta escolas existentes que a Igreja criou e administra fornecendo remédios e outros cuidados médicos” - observou o Coordenador dos Franciscanos da Igreja Católica (CFIC), João dias Vicente, que vive no país desde 1975.

Na vertente política, a Igreja abandonou o papel de legitimadora do regime autoritário, tornando-se, deste modo, a advogada da reforma política e social, da mobilização de base, dos direitos humanos e da democracia pluralista. A afirmação, a seguir, do CFIC reforça o compromisso social e político da Igreja na luta pela cidadania, no combate a pobreza e conquista de novos espaços no cenário político nacional e internacional, afirmando que

“Se o Estado não é capaz de resolver [as reivindicações sociais] nós [a Igreja] ajudamos a população com os recursos do exterior e de outras fontes. Também é bom que fique claro que a missão da Igreja não é pra fazer escolas e hospitais, mas viver o evangelho e ensinar a mensagem do Cristo nesta terra. Porém dada às dificuldades imensas que a gente tem visto do lado dos governos, então a Igreja tem uma

parte religiosa, mas tem uma parte indiscutivelmente também social. Isso é indiscutível. São ao todo cerca de cinqüenta escolas, nesse momento, que a Igreja tem na diocese de Bissau, desde o jardim infantil, ensino primário e secundário, além de três hospitais. A Igreja também tem uma dimensão política no sentido de chamar a responsabilidade” (CFIC).

Se até finais da década de 1980 a Igreja Católica guineense se acomodava à ditadura personalista de João Bernaldo Vieira, com a transição à democracia em 1994 pode-se afirmar que houve uma ruptura da Igreja com o regime inaugurado pelo PAIGC. Trata-se, portanto, de uma situação politicamente distinta daquela em que os trabalhadores, as mulheres e os jovens (sejam eles de zonas urbanas ou rurais) foram coagidos e submetidos pelo regime durante a liberalização. Aqui, os trabalhadores e a grande maioria da sociedade deixaram os princípios gerais do partido PAIGC e passaram a reivindicar os seus direitos sociais, políticos e econômicos, ou seja, passaram a ser sujeitos sociais coletivos que lutam pelo reconhecimento e afirmação no cenário político nacional, mas também no cenário internacional, conforme a fala, abaixo transcrita, do secretário da UNTG, Desejado Lima:

“Hoje em dia o BM [Banco Mundial], o FMI [Fundo Monetário Internacional] e EU [União Européia] antes de terem contato com a classe política ouvem a sociedade civil, debatem com a sociedade civil, fazem laboratórios com a presença da sociedade civil. Chegou-se, portanto, a conclusão que nessa era da globalização, a governabilidade não pode ser perspectivada a partir do monopólio da classe política ou de terminados grupos que acendeu o poder político. A idéia da governação está a flexibilizar-se para outros parâmetros cuja governação é distribuída para as Igrejas, Sindicatos e outras ONG's de base comunitária etc. O termo governação, hoje, é um conceito mais lato, não só daqueles que, efetivamente, ganharam as eleições. Nós estamos a evoluir para uma cultura da participação política no nosso país” (UNTG).

A sociedade civil passa a ter novos parceiros e fontes de financiamentos para desenvolvimento de suas ações fora da alçada do Estado. Essa independência em relação ao Estado (que pode também gerar outra dependência da sociedade civil com os parceiros internacionais) tem, portanto, uma influencia direta na organização, no funcionamento e na institucionalização de um novo tipo de relacionamento entre a sociedade e o Estado. Trata-se da autonomia financeira da sociedade civil em relação ao Estado, que tem implicação direta nas questões da governabilidade, da legitimidade do governo e da distribuição do poder, através do qual a sociedade civil passa repudiar qualquer ingerência política, exigindo do governo uma nova forma de fazer e conceber o Estado e a política, especialmente nas questões de interesse público. Segundo João Quintino, assessor de imprensa da Comissão Nacional de Eleição,

“As pessoas estão ficando cada vez mais conscientes das suas responsabilidades e direitos sociais e políticos. Penso que a democracia está avançando, apesar de instabilidades políticas e crises sociais motivadas por sucessivos golpes de Estado que a sociedade vem enfrentando nos últimos anos” (CNE).

As transformações políticas ocorridas na sociedade guineense com o processo da democratização levaram a reposição de poderes de chefes tradicionais, e que haviam sido regulados pelo governo do PAIGC e depois sua substituição por Comitês de Tabanca (tribunais populares), o que reforçou a autoridade dos anciões nas diversas regiões do país. Nesse novo contexto de ruptura com o passado autoritário, o exercício de poder político, como observamos nos depoimentos dos entrevistados, deixa de ser um privilégio do Estado, e passa a ser um instrumento da cidadania e de democracia participativa, negado à sociedade por vários anos pelo governo do PAIGC.

Ao longo dessa segunda fase da sociedade civil, assiste-se a um processo cada vez mais articulado e crescente da participação e da representação social e política, principalmente durante o golpe de Estado de 1998. Nesse conflito, a sociedade civil desempenhou um papel político de mediação importante entre as partes em conflito. As intensas negociações e busca de entendimento aumentou o protagonismo e reconhecimento da sociedade civil, conforme o depoimento de Mamadu Queita, líder do MNSCPDD:

“A sociedade civil tem posicionado na mediação de questões governativas e conflitivas ao proveito do bem comum. Por exemplo, luta contra a corrupção e outros males sociais que afetam o interesse da sociedade. Através de ações e canais próprios, o movimento denuncia essas situações nas rádios e nos jornais ou através de marchas”.

A divulgação, pela Igreja Católica, de uma carta com o título “*se os irmãos não se entenderem e se levantarem uns contra os outros os abutres tomarão conta do país*” redigida, em 2002, pelos Bispos das dioceses de Bissau e de Bafata, num contexto de grande agitação social e crise política, reforçou o compromisso social e religioso da Igreja perante a população.

Pode-se dizer, de maneira geral, que os movimentos sociais da sociedade civil mostram-se cada vez mais preparados e determinada a mediar os problemas da sociedade, mas também lutar⁴⁸ contra qualquer tentativa de totalização do espaço político ou a restrição da sua representatividade na política, ou outras formas de ingerência de interesses difusos, de acordo com a colocação abaixo, de um membro sindical da sociedade civil captada durante o trabalho de campo:

“Temos o dever de refletir sobre o nosso trabalho dentro das estruturas sindicais. Não podemos permitir a influencia de partidos políticos no interior do nosso movimento no sentido de contribuir para a sua democratização, e para que seja um componente positivo na defesa e consolidação da democracia [...] É tempo de romper com os pré-conceitos assumindo uma posição verdadeiramente crítica [...] A inclusão social e a emancipação dos trabalhadores há-se de ser a

⁴⁸ Sobre a tradição da resistência e mobilização popular em Guiné-Bissau, gostaríamos de destacar autores como Lopes (1984), Mendy (1994), Cardoso (1996) e Koudawo (2001), entre outros, e cujas obras são de amplo conhecimento no país. Para uma leitura mais dirigida ver: MENDY, Peter. Colonialismo Português em África: A tradição de Resistência em Guiné-Bissau entre 1879 a 1959. Guiné-Bissau, INEP, 1994.

obra dos próprios trabalhadores. Estamos preparados para isso, nenhuma chantagem nos fará afastar daquilo que nós acreditamos”⁴⁹.

O movimento sindical deixa de ser a expressão do regime do partido único PAIGC, impõe sua legitimidade como força social e política na luta para ampliação de direitos da cidadania, da inclusão social e política; assume ser a expressão dos trabalhadores na luta pela conquista de novos espaços da autonomia e da emancipação em relação ao Estado e aos partidos políticos que, para os trabalhadores, reconhecem como condições fundamentais para a consolidação da democracia. Esta visão de movimentos sociais dos trabalhadores sobre a luta democrática enquadra-se nos debates contemporâneos dentro da academia sobre os processos de inclusão e da exclusão de sujeitos sociais no capitalismo tardio, onde a luta democrática é uma luta política sempre em aberta e contingente,

“À medida que as dinâmicas se tornam mais globais, crescem a interconexões e fazem emergir novos focos de assimetria e espaços de resistências, onde novos protagonistas entrem em cena, seja em nível global ou local. Nesta perspectiva, concebe-se uma presença multiforme de atores sociais, ampliando as formas de identificação, de composição e de procedimentos políticos. Implica, assim, uma visão ampla da dinâmica social, a partir da qual se constroem identidades, articulando diferentes elementos e criando um pluralismo democrático” (MUTZENBERG, 2006, p.86).

O desenvolvimento da democracia passa a ser concebido, assim, como uma articulação contingente, sempre difícil e ameaçada (Touraine, 1996). Nesse sentido, Touraine argumenta, ainda, que, a contingência da democracia e do espaço político pode significar menos autoritarismo do Estado em relação à sociedade civil e maior limitação do poder estatal mediante reconhecimento da sociedade política e automatização da sua relação com a sociedade civil, mas também pode funcionar como um meio pelo qual um grupo social (ou étnico) organiza-se para defender seus interesses ou criando incentivos para a sua região, discriminando as demandas de grupos concorrentes. João Quintino (CNE) fez crítica essa forma de fazer política, afirmando que em Guiné-Bissau a luta pelo poder envolve afinidades étnicas, mas não com base nas regras do jogo democrático:

“Existem pessoas quando não conseguem o sucesso político nas eleições refugiam-se nas etnias, vão pedir o voto étnico dizendo que é Fula ou Balanta. Foi Cabral quem disse isso, já em 1968” (João Quintino – CNE).

É nesse quadro que a luta pelo reconhecimento das diferenças - que foi aprofundada com a crescente proliferação de demandas democráticas em Guiné-Bissau - trouxe à tona as clivagens étnicas e regionais anteriormente ocultados ou secularizados graças ao discurso da unidade nacional entre as étnicas, por meio do qual, o líder do PAIGC, Amílcar Cabral conseguiu, no decorrer da luta de libertação, articular as demandas étnicas em torno do projeto da unidade nacional.

⁴⁹ Sebastião Gomes Correia, *Jornal Nô Pintcha* (1998, p. 09).

É um contexto em que as etnias, além de estarem conscientes da necessidade de expulsar o colonialismo português, lutaram para o resgate da sua identidade étnica, que foi historicamente marginalizada pelo colonialismo e também durante o período de Estado Novo sob comando do partido único PAIGC.

Mas não foram apenas esses os únicos problemas enfrentados durante a transição política para a democracia. A crise de demarcação do campo entre sociedade civil (ONG's) e partidos políticos de oposição continua a ser um desafio cuja implicação reflete no desempenho e na autonomia de organizações de sociedade civil. A fala, abaixo transcrita, do assessor de imprensa da CNE (Comissão Nacional de Eleições), mostra o engajamento político de algumas organizações da sociedade civil no sistema partidário, de a forma garantir votos a determinados partidos e candidatos na disputa eleitoral:

“Dizem que as ONG's devem apoiar a CNE na educação cívica, tudo bem, mas não há imparcialidade. Na legislativa de 28 de novembro de 2000, no decorrer da campanha eleitoral, aceitamos o pedido feito pela ONG “ajuda do povo para povo” para apoiar o processo de sensibilização dos eleitores da região de Oio, Bissorã, mas depois constatou-se que a mesma estava fazendo nitidamente a campanha para o PRS. Isso acontece pelo fato de a referida ONG esta localizada na mesma região, que é o reduto étnico e eleitoral do PRS. E as pessoas que trabalham nessa organização são, em grande parte, militantes do partido. Há outras ONG's que também prestaram os mesmos serviços para outras forças políticas (João Quintino - CNE).

Decorridos as primeiras eleições multipartidárias de 1994, no país, vários membros de partidos políticos, derrotados nos processos eleitorais para cargos eletivos, refugiaram-se nas organizações de sociedade civil (ONG's) e tornaram-se abertamente principais autores políticos na disputa pelo poder. Esse é um dos fatores de desagregação e desconfiança da sociedade em relação as ONG's. E pelo fato de maioria dessas organizações operarem na zona rural, com forte presença de etnias disputando espaços, o envolvimento de ONG's na política partidária torna a questão mais complicada para ser combatida na vida cotidiana. Outro ponto que mereceu destaque, no entendimento dos entrevistados, é o uso de recursos econômicos na compra de votos:

“As últimas eleições trouxeram não apenas o fator étnico, mas também o econômico e financeiro. Ou seja, quem tinha mais dinheiro detinha mais voto. Essa tendência, no futuro, com as crises econômicas e baixo poder de compra da população (...), somada a interesses de grandes empresas e corporações, o voto étnico pode vir a mudar, uma vez que as pessoas precisam do dinheiro para satisfazer as suas necessidades básicas”.

A desigualdade social e crises econômicas é um problema que ameaça a consolidação de democracia em Guiné-Bissau. A lógica do sistema capitalista, das grandes empresas e seu mecanismo de dominação e de desigualdade, atrelado ao mercado dos votos, está muito presente na democracia guineense, o que pode

ser visto também como uma forma de exclusão de grupos étnicos, limitados de recursos econômicos e dos direitos de cidadania.

Se a democracia implica intensificação de lutas políticas entre grupos sociais e atores políticos pelo controle do poder, como garantir a participação e a autonomia das minorias na vida política sem que a regra majoritária da democracia representativa sirva de instrumento do controle do Estado por grupos étnicos majoritários? Essa questão adquire um cenário diferente daquela defendido pelo líder do PAIGC, Amílcar Cabral, ao mesmo tempo em que evidencia uma crise na sociedade e no Estado guineense com aprofundamento de antagonismos sociais misturados com questões étnicas. Questão a ser retomada no ponto seguinte.

Se por um lado, afirma-se a contingência do processo democrático por muitos cientistas sociais contemporâneos, o que implica na abertura do espaço social e político, por outro lado podemos afirmar também que essa contingência é condicionada pela capacidade dos diferentes setores e agentes sociais para garantir a diversidade e possibilidade de articulação hegemônica. Com essa compreensão do jogo político e da política, no próximo ponto será iniciada a discussão sobre o peso étnico nas disputas eleitorais em Guiné-Bissau.

2.1. SOCIEDADE CIVIL E CONFLITOS ÉTNICOS

Em Guiné-Bissau, de maneira geral, as discussões sobre os conflitos étnicos têm sido delicadas, complexas e preocupantes. Ainda muitos os vêem como um tabu nos debates públicos com risco de ser rotulado de “tribalista” ou inimigo da unidade nacional. Durante anos, a questão étnica foi abordada, na maioria dos estudos, sob a ótica de luta de classes. Cabral (1978) foi o teórico que muito contribuiu para esse tipo de análise. Nos seus escritos políticos, voltados para a transformação das estruturas sociais e melhoria das condições concretas da sociedade, não admitia de forma clara a existência dos conflitos étnicos, mas lutas históricas entre diferentes classes sociais (dirigentes, artesãos e camponeses).

Nesse sentido, dizia Cabral, a única contradição que existe, no campo, era de natureza prática da luta pela satisfação das necessidades concretas da sociedade (como roubo de gado e disputa de terra), e, na cidade, entre caboverdianos e guineenses, pelos cargos chave no governo e controle do Estado (CABRAL, 1978, p. 126).

Esse argumento defendido por Cabral (1978) é discutido mais detalhadamente por Lopes (1978). No entendimento desse autor, “o conflito que opõe o Estado à etnia é um conflito aparente, já que é luta de classes que justifica as disputas políticas no campo e não o fato de pertencer à etnia Balanta ou Bijagó”. Lopes entendia os conflitos étnicos como consequência da contradição de classes, o lugar onde se efetua a passagem de um modo de produção para outro. O privilégio dado por esses autores à classe se explica, em parte, pelo papel central que ela ocupou no processo da unidade nacional e do desenvolvimento. A classe dirigente seria o agente principal da transformação da realidade sóciopolítico, econômico e cultural da sociedade; um instrumento apaziguador de tendências regionais e dos conflitos étnicos. A exemplo de outras análises,

Cardoso (1996) discorda também da existência de conflitos étnicos. Isto porque, segundo o autor, “os contactos históricos entre etnias proporcionaram a miscigenação entre as culturas que não cessam de acontecer até aos dias de hoje”, mas Cardoso esqueceu-se que o processo da miscigenação tem a possibilidade de ser consensual quanto conflituoso (BHABHA, 1998).

Hoje com a transição à democracia, será esta leitura suficiente para a análise das lutas políticas que marcaram a transição política para a democracia em Guiné-Bissau? Consideramos tal leitura insuficiente, a disputa pela hegemonia na sociedade contemporânea, a noção de classe social, conforme Laclau e Mouffe (2004)⁵⁰ perdeu o seu significado preciso e tornou-se um **significante vazio**, tanto quanto a própria noção da democracia que também não é empiricamente dada de antemão, mas articulada a partir de uma multiplicação de significações em constante redefinição de sentido.

No caso guineense, havia, no seio da sociedade civil e da sociedade política um certo receio das implicações que as articulações culturais e identitárias pudessem trazer com a negação da “unidade nacional” e o aprofundamento das diferenciações e lutas políticas entre **sujeitos étnicos** que, no decorrer da transição à democracia, não foram suficientemente articulados. A fala do líder da UNTG, sobre essa questão, é clara:

“A questão da diversidade étnica é um ponto onde se percebia mais resistência durante a transição democrática. A questão era de saber se de fato essa diversidade se revia naquilo que se convencionou chamar da democracia. Os políticos tentaram explorar essa questão da etnicidade. Isso tem estado a refletir nas sucessivas campanhas. Portanto, há toda necessidade de adotar um conjunto de mediadas que permita que a questão étnica se mantenha em nível razoável e equilibrado, caso contrário nós podemos evoluir para uma situação mais complicada tal como aconteceu em **Ruanda e Borundi** e outros países africanos”.

Por outro lado, esse discurso que demonstra a dificuldade enfrentada pela sociedade em articular a unidade na diversidade e o aproveitamento do vínculo étnico pelos partidos políticos, como uma das formas para se chegar ao poder, mostrou-se contraditório ao negar a existência de conflitos étnicos.

“O conflito étnico [entendido como o tribalismo], no verdadeiro sentido, não existe, porque julgo que a luta de libertação nacional fragilizou todo o ambiente psicológico e moral que essa situação poderia acarretar para o país. A luta de libertação foi feita a partir da congregação de várias etnias, o que demonstra a capacidade política e prática de Amílcar Cabral”.

⁵⁰ Partindo de uma crítica da noção de política em Gramsci, esses autores desenvolveram um modelo analítico que acreditam mais coerente para a compreensão do papel político dos movimentos sociais no mundo contemporâneo. Para eles, não existe um princípio absoluto do qual as relações sociais e políticas se estabelecem, mas uma multiplicidade de significações e de sentidos cujas dimensões (**indecidível**) e fixações de diferenças não são dadas a priori, ou seja, nunca se completam, pelo contrário, elas vão sendo frequentemente redefinidas na própria relação que os indivíduos vão estabelecendo. Razão pela qual, “*la política não consiste simplesmente em registrar intereses preexistentes*” (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 18).

Na atual conjuntura da democratização, marcada pelo aprofundamento das diferenças, contestação e demandas de novos atores políticos, persiste, ainda, o discurso da unidade nacional, temendo-se o desequilíbrio de segmentos étnicos que, a nosso ver, já perdeu o seu princípio pleno articulado por Amílcar Cabral no decorrer da luta de libertação. Entre conversas, que mantivemos com diversos setores de sociedade civil, percebeu-se que mesmo com aceitação de que existe certa concentração de votos étnicos (como será mostrado através dos dados eleitorais), não aceitam a existência de conflitos inter-étnicos:

“Mesmo com as diversidades étnicas do país estamos conseguindo viver e conviver juntos, sem grandes problemas, graças a deus [...] Existe uma certa unidade. Portanto, penso que não podemos dizer que essa situação étnica pode constituir o aspecto negativo. Há um certo aproveitamento num determinado partido [PRS]. Esse partido tem um eleitorado fixo na base étnico [...] Existem determinados círculos eleitorais que os eleitores votam majoritariamente nesse partido. Num círculo com cinco deputados é esse partido que leva tudo. É preciso de fato trabalhar nesse sentido para não constituir um problema ainda mais sério no futuro, como aconteceu em **Ruanda** e outros Estados africanos, onde a questão étnica trouxe guerras e conflitos” (MSSPDD).

Essa é a visão que os líderes de organizações de sociedade civil entrevistados têm. Por um lado, pode ser interessante evitar o conflito, reforçando a integração étnica; por outro, ocorre que essa integração reforça a exclusão. Outro ponto é o aproveitamento do discurso étnico pelos partidos políticos, sobretudo, o PRS, mas não se aceita a existência do conflito, ou do seu peso, percebido, na maioria das vezes, como uma “**doença étnica**” que precisa ser curada com o discurso da “**unidade nacional**”, a única que seria capaz de integrar a sociedade guineense no processo do desenvolvimento.

Mas essa aparente “harmonia”, não tem sido um processo nada fácil. Foram vários golpes de Estados e tentativas de exclusão étnica, inclusive entre lideranças de partidos políticos concorrendo a cargos do Executivo, do Legislativo e do Presidente da República, apoiando-se abertamente nos discursos étnicos. O depoimento, abaixo citado, de um dirigente do partido União para a Mudança (UM) confirma os conflitos étnicos e os discursos utilizados pelos políticos na luta democrática para o controle do Estado:

“Normalmente as pessoas vão com um discurso de base étnico: votem em mim por que eu sou o vosso filho. Não vote no outro candidato por que nós temos que assumir o poder e só chegando ao poder que nós podemos ter os nossos orgulhos, fazer valerem os nossos interesses” (Agnelo Regala – UM).

Esse entrevistado pertence ao partido de oposição, possui larga experiência sobre a vida política do país, mas atribui esse tipo de comportamento ao PRS (Partido da Renovação Social). Ainda há um outro depoimento de um dirigente do

partido PRS que, em entrevista para este trabalho, reconhece esse tipo de aproveitamento no seio do seu partido, afirmando que

“Existe, sim, o voto étnico na Guiné-Bissau. Nós mesmos [PRS] o quê que nós fazemos. Não há que dizer que os outros que fazem isso porque eu mesmo estou num meio onde se faz o aproveitamento étnico, no seio do meu partido. Se não tiver a voz contrária significa também que sou cúmplice [...] Muitos não gostam de falar de etnia, mas deveríamos estar a falar sobre isso, e cada grupo se sentir orgulhoso do grupo que pertence de forma muito natural, e perceber de que pertencendo um grupo étnico é como nós os dois aqui, a falarmos o português e nos entendemos muito bem, se fosse um francês talvez o diálogo seria outro, o grau de confiança não seria o mesmo. Cada um se sente muito melhor com pessoa com quem tem ligação. Há que perceber, portanto, a coisa de uma forma natural. Mas, o que eu não aceito, é que essa aproximação se transforma em critério étnico para dar trabalho a alguém, só porque é do meu partido ou pertencemos o mesmo grupo étnico, sem levar em conta a competência e a capacidade de desempenhar determinadas tarefas”.

O depoimento dessa entrevistada, que já participou de sucessivos governos do PRS, não rejeita a existência do conflito étnico na sociedade e nem nega a acusação do seu adversário político de que seu partido estaria tirando proveitos étnicos e regionais para se reeleger ou manter no poder, mas divide essa responsabilidade com outras forças política que, segundo ela, tiveram o mesmo comportamento, mesmo que os resultados eleitorais nem sempre foram os esperados. Dois discursos se cruzam aqui, o dos interesses e pertencimento étnico e critério do exercício da atividade política pela competência.

As organizações de sociedade civil, como foram demonstradas em todos os depoimentos dos entrevistados, defendem a necessidade de democratizar a sociedade; criticam os partidos políticos, acusa-os de tentarem enfraquecer o vínculo da solidariedade entre as etnias e, portanto, maximizando as contradições étnicas vistas, pelos entrevistados, como entrave para a consolidação da democracia. Assumem que existe voto étnico, mas não aceitam a idéia de conflitos entre etnias. A crise gerada pelas correlações de forças se instala, e as demandas étnicas têm-se mostrada às vezes fora da esfera daquilo que se identifica como sociedade civil.

Parece que as organizações de sociedade civil “formal” nem sempre estão em alerta para perceber a existência do conflito étnico ou simplesmente nega-os, o que reflete, pelo menos do ponto de vista da articulação, a ausência de um **ponto nodal** de convergência de forças e da canalização das demandas étnicas junto ao Estado devido à visão negativa do conflito que os líderes das organizações da sociedade civil têm, como se as etnias não fizessem parte de sociedade civil. O temor do “**tribalismo**” reforça essa negação e amplia o distanciamento. Esse sentimento negativo em falar abertamente sobre o conflito étnico está muito presente entre líderes de organizações de sociedade civil entrevistados. E explica, em parte, porque muitas das vezes - ou quase sempre - as formas clássicas de lutas políticas e representações de sociedade civil (como a

greve, a passeata, o orçamento participativo) não se configuram nos mesmos moldes do que ocorre nas sociedades étnicas.

Em conseqüência dessa crise da representação política, os líderes de partidos políticos assumem serem porta-vozes dos anseios dos grupos étnicos, sobretudo, nas épocas de lutas eleitorais, refugiando-se no discurso do tipo “votem em mim porque sou vosso filho”. Esse discurso, que não surge num vácuo social, mas resultado do contexto no qual é produzido, teve repercussões no desempenho eleitoral dos partidos políticos e seus candidatos em diferentes regiões e círculos nas eleições legislativas e presidências de 1994 e 1999, acentuando-se na disputa de 2005.

No pleito de 1994, para presidente de república, o candidato Kumba Yalá do PRS, mesmo não merecendo atenção dos analistas nacionais e estrangeiros, teve um desempenho surpreendente na região de Oio da etnia Balanta, com 61,20%. Na segunda posição ficou o seu adversário da etnia Pepel, João Vieira, com 38,80% dos votos válidos.

Na região de Tombali, onde mais da metade da população (61%) se declara Balanta, o candidato Yalá continua liderando, com 56,93%. O candidato João Viera recebeu 43,07% dos votos. Esse desempenho do candidato Kumba Yalá teve repercussões na performance eleitoral do seu partido, o PRS, que conseguiu, nessa eleição, quatro (04) cadeiras na casa legislativa, ficando o PAIGC, em segundo lugar, com apenas uma (01) representação.

Em termos da representatividade política, significa uma maior concentração do poder pelo PRS, nessa região, onde os candidatos a cargos letivos de etnias minoritárias têm maior probabilidade de serem excluídos na competição eleitoral democrática, conforme a fala de um dos nossos entrevistados: *“Isso é voto étnico, num círculo eleitoral com cinco cadeiras para deputado, o PRS leva todas as representações”* (MNSSPDD).

Na região de Biombo, com maior concentração da etnia Pepel, o líder do PAIGC, João Bernaldo Viera, da mesma etnia, teve um desempenho satisfatório, com 74,93%, enquanto candidato Kumba Yalá, da etnia Balanta conseguiu a segunda posição, com 25,07% dos votos. Na região de Cacheu, com predomínio da etnia Manjaca, o candidato Kumba Yalá da etnia Balanta teve um desempenho de 59,58% dos votos; já o candidato João Vieira, da etnia Pepel, teve um desempenho de 40,42%. O que explica o fato de que, nessa região, não podemos afirmar que existe grande concentração de votos, porém o candidato Yalá leva vantagens pelo fato de que a etnia Balanta faz parte das etnias mais populosa da região.

Já na região de Gabu, com predomínio de fulas, de religião muçulmana, o candidato Papel João Viera teve um desempenho de 63,02% dos votos; na segunda posição ficou o candidato Kumba Yalá, com 36,98% das intenções de votos. Diante desse quadro, poder-se-ia rejeitar a existência de voto étnico, já que nenhum dos dois candidatos é fula, mas essa tendência não vai se manter no pleito seguinte, com a entrada em disputa de Malam Bacai Sanhá, um candidato da etnia Biafada, cuja religião é muçulmana.

A exemplo do que aconteceu em Gabu, na região de Bafatá, não houve concentração do voto étnico. O candidato João Viera conseguiu 59,88% dos votos; já o seu adversário teve um desempenho de 40,12%. Na região de Quínara,

o candidato João Viera liderou as intenções de votos, com 58,38%, contra 41,68% do candidato Kumba Yalá. O fato de nenhum candidato de etnia Biafada ou da religião muçulmana participar da disputa eleitoral, nessa região, pode ter contribuído na vitória de Vieira.

Na região de Bolama, onde a maioria do eleitorado é Bijagós, o candidato João Vieira, da etnia Pepel, teve o maior número de votos, com 91,87%. Isso se explica pelo fato de que, a primeira dama do país, esposa do presidente, é da mesma étnica e entrou na disputa eleitoral como forma de concentrar os votos da região e garantir a estabilidade eleitoral para o seu candidato. Vejamos o quadro a seguir:

Tabela 2
Dados regionais do 2º turno da eleição presidencial em Guiné-Bissau, 1994
(%)

Região	Kumba Yalá (Balanta)	João Viera (Papel)	Total/Regional	Total/Nacional	Etnia
Oio	31843 (61,20%)	19565 (38,80%)	(=51408)	309747 (16,60%)	Balanta
Tonbali	12570 (56,93%)	90510 (42,07%)	(=22080)	309747 (7,13%)	Biafada
Biombo	4771 (25,07%)	14261 (74,93%)	(=19032)	309747(6,140%)	Pepel
Cacheu	20207 (59,58)	13710 (40,42)	(=33917)	309747 (6,140%)	Manjaca
Gabu	4235 (36,98%)	24265 (63,02%)	(=38501)	309747 (12,43%)	Fula
Bafatá	16740 (40,12%)	24985 (59,88%)	(=41725)	309747 (13,47%)	Fula
Quínara	6067 (41,68%)	8490 (58,32%)	(=14557)	309747 (4,70%)	Balanta
Bolama	878 (8,13%)	9925 (91,87%)	(=10803)	309747 (3,49%)	Bijagó
Bissau	41352 (53,20%)	36372 (46,80%)	(=77724)	309747(25,09%)	Animista

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE)

Nas eleições de 1999, essa tendência não se altera. Na região de Oio, o candidato Kumba Yalá continua liderando, com 54,09% dos votos. Comparando os votos de 1994 (61,20%) manteve o seu desempenho, nessa região. Em Tombali, o candidato Kumba Yalá totalizou 50,58% dos votos, contra 27% do seu adversário. Em Biombo, cujo eleitorado é da etnia Pepel, o candidato João Tatis Sá, da mesma etnia, concentrou maior número de votos, 46%. Na região de Bafatá, o candidato Malam Bacai Sanhá, da religião muçulmana, concentrando 32% dos votos. Esse desempenho manteve na região de Gabu, onde o candidato concentrou 28% dos votos. Nota-se que, nas eleições de 1994, para a presidência da república, o candidato Papel, João Vieira, teve maior desempenho eleitoral nessas duas regiões. Com entrada de Malam B. Sanhá, na disputa, o comportamento dos eleitores de região de Bafatá e Gabu alterou-se em seu favor. Essa distribuição dos votos nas regiões não altera a tendência para concentração dos votos étnicos, uma vez que os candidatos conseguiram manter os seus desempenhos em suas regiões e grupos étnicos no pleito de 2005.

Pode-se concluir, com base nos dados eleitorais e nas entrevistas que, em todos os casos analisados, as regiões são as áreas onde se concentra maior número dos votos étnicos. O candidato do PRS, Kumba Yalá recebeu, em sua região, maior número de votos e cadeiras representativas em todos as três eleições analisadas, e concentrou maior número de cadeiras na casa legislativa. Esse fato nos faz concluir que a afinidade étnica é uma variável central na escolha e influencia política dos candidatos. Essa forma de exercer cidadania é contestada pelos líderes da sociedade civil entrevistados:

“Não se deve admitir que aproximação étnica se transforme em critério para dar trabalho alguém só porque é do meu partido ou pertencemos o mesmo grupo étnico sem levar em conta a competência e a capacidade de desempenhar determinadas tarefas” (MNSCPDD).

Ainda que, na maioria das vezes, as organizações da sociedade civil têm se posicionado na luta contra o discurso étnico dos partidos e candidatos políticos, os esforços não têm sido suficientes para reduzir esse fenômeno. Por isso, a crise da representação da sociedade civil em relação aos grupos étnicos está provocando grande preocupação entre os entrevistados que vêem o conflito étnico como desagregador da solidariedade étnica e da unidade nacional. Nesse sentido, como foi dito, os líderes partidários foram aceitos como o fio condutor da representação étnica. Esse tipo de representação, embora abalada pela participação da sociedade civil na institucionalização da democracia, precisa ser superada, entre outras razões, pelo fato de que

...A sociedade política pode se libertar dos elos com a sociedade civil aumentando o seu poder de **partitocrazia** que reduz a representatividade e destrói a democracia (...) Nessa circunstancia, é grande a tentação de contentarmo-nos com a concepção institucional minimalista da democracia, reduzindo-a as disputas eleitorais dos líderes no mercado do voto (TOURAINÉ, 1996, 83).

Essas interferências se refletem nas visões que as pessoas têm sobre a democracia, à defesa de direitos da cidadania e à conquista de diversos espaços pela sociedade civil. Trata-se, portanto, de demandas que não encontram ressonância no Estado limitado porque muitas das vezes são inegociáveis com os movimentos sociais populares com medo de derrubar a ordem institucional (Touraine, 1996). Essa visão insere-se na preocupação atual dos líderes da sociedade civil sobre a consolidação de espaços democráticos já conquistados:

“A sociedade civil ainda não conseguiu garantir o seu espaço próprio, fundamentalmente porque não há interface entre os problemas sociais com as questões da governação [...]. Essa interface, que foi conseguida durante a democratização onde a sociedade civil teve uma participação nas questões de interesse nacional, não foi mantida pelos sucessivos governos que em diferentes momentos assumiram a responsabilidade de ter a sociedade civil como um parceiro de desenvolvimento social e político, mas acontece que, culturalmente, a classe política não está preparada para isso. Há momentos, como eu disse, em que a sociedade civil conseguiu algumas ações práticas de lutas, e momentos em que

essas ações se desapareçam. Isso tem a ver com a herança do sistema de partido único do governo do PAIGC com uma larga tradição autoritária, reprimiu de forma violenta as idéias e a voluntariedade das organizações autônomas de base que acabou por refletir no desempenho da sociedade civil” (UNTG).

Hoje, na representação dos líderes da sociedade civil sobre a democracia, a luta pela institucionalização e manutenção de direitos democráticos da cidadania anteriormente conquistados depende, sobretudo, da participação política da sociedade em condições de igualdade com a sociedade política. Isto porque o Estado, enquanto homogeneizador das demandas da sociedade civil, parece não dá mais conta da proliferação de posições de sujeitos (Laclau e Mouffe, 2004) por ser portador das relações sociais capitalistas (O'DONNELL, 1990, p.26).

Atualmente, cada vez mais os líderes da sociedade civil colocam a questão da limitação do poder do Estado, ou da sua descentralização com a participação da sociedade. Como enfatiza Nogueira (2005), o Estado precisa ser reformado de forma possibilitar a sua articulação com a sociedade civil. A democracia, enquanto instrumento político do exercício eqüitativo do poder entre Estado-sociedade é vista, pelos entrevistados, com certo otimismo, mesmo com problemas ainda por resolver:

“A democracia é como a existência de um ser humano. Tem várias fases. A nossa democracia está na fase ainda embrionária, ela é muito jovem [...] Ainda não conseguimos cumprir com as exigências de um Estado de direito e uma sociedade democrática de fato” (MNSCPDD).

Para os entrevistados, é preciso ir além do Estado mínimo e da democracia eleitoral. Não admitem a idéia que os partidos políticos devem assumir a representação das demandas da sociedade civil (a exemplo da concentração de votos étnicos). Reclama-se a descentralização do poder e a democratização do espaço público em todos os níveis da vida nacional que, durante vinte anos (1974-1994) foi concentrado e consolidado pelo regime único do PAIGC. Acreditam que os sujeitos sociais coletivos da sociedade civil assumem, a cada dia, serem agentes que participam de decisões, fazem propostas políticas de interesse da sociedade e lutam para a diminuição da desigualdade socioeconômica, como ilustra Mamadu Queita:

“Em termos de posição pública, a sociedade civil tem posicionado nas questões governativas [...] Através de canais próprios, o movimento denuncia essas situações adversas através de marchas, denúncia nas rádios e jornais e junto à comunidade nacional internacional. Mas o movimento não reivindica apenas ações por parte do governo. Também aconselha, apresenta propostas concretas para o país. Esse é o nosso papel e acreditamos que é nobre” (MNSCPDD).

Também em nível do Estado, a visão dos governantes sobre a democracia parece começar a mudar de que só pode haver a consolidação da democrática com a participação ativa e autônoma da sociedade na condição de atores sociais e políticos:

“A sociedade civil deve exercer uma influência construtiva em todos os setores da vida nacional, incluindo o Estado. Isso vai contribuir para o esforço da unidade na diversidade e a coesão na diferença. Devemos ser capazes de ultrapassar as conturbações do passado e desenvolver parcerias com a sociedade civil no processo de desenvolvimento nacional. Impõe-se, portanto, a mobilização de toda sociedade” (Nô Pintcha, 2007, p. 02).

Este discurso pertence o atual Presidente da República, João Bernaldo Vieira, que demonstra a necessidade de trazer a sociedade civil para participar nos assuntos que, historicamente, tem sido tratado no âmbito reservado do governo. Mas a participação de fato da sociedade civil não tem sido facilitado pelos sucessivos governos e muitas das vezes não fica claro que tipo de influencia a sociedade civil deve exercer, ou seja, o Estado defende a incorporação da sociedade civil no desenvolvimento do país, porém, quando se trata do equilíbrio do poder esquecem que o papel da sociedade civil é importante, nesse processo, conforme a fala do líder do MNSCPDD, já citado. Como lembra Touraine (1996), aqui a democracia aparece como um sistema de gestão racional da sociedade e não como mediações entre o Estado e a sociedade civil.

De todas as formas, em termos de lutas políticas para a consolidação da democracia, em Guiné-Bissau, a sociedade civil procura uma nova relação para defender os interesses da sociedade e um melhor relacionamento com o Estado. Começa impor a sua autonomia, mesmo ainda não tendo conseguido uma articulação substancial com os grupos étnicos e com a sociedade como um todo. Enfrenta, ainda, os resíduos do colonialismo e da ditadura do PAIGC que já teve resultados significativos de melhoria com fortes indícios de mudanças, mas ainda não conseguiu consolidar os espaços anteriormente conquistados em relação aos partidos políticos e ao Estado, como afirma a fala do secretário-geral da UNTG, já citada.

Hoje, a cada dia que passa, as experiências têm demonstrado que a limitação do poder do Estado e a sua descentralização de forma a permitir a autonomização de sociedade civil continua sendo um desafio. Para o líder da UNTG, Desejado Lima da Costa, *“atualmente está sendo discutida questões nacionais com auscultação de sociedade civil, embora tem havido momentos de tensões”*. Assim, para todos os entrevistados, a questão que mais se repete nos depoimentos é a necessidade de mudança na prática do governo para uma sociedade mais inclusiva, fazendo com que o poder seja repartido de forma mais eqüitativa, participativa, compartilhado e aberto. Mas a concentração do poder pelo Estado, por si só, não explica o desempenho ou não das organizações de sociedade civil na institucionalização e consolidação democrática em Guiné-Bissau. O grande desafio de líderes de organizações da sociedade civil é a sua articulação com os grupos étnicos. Parece que as etnias não são percebidas enquanto membros da organização, existindo por isso a negação do conflito pelos entrevistados.

Se a sociedade civil não conseguir essa articulação, os partidos políticos provavelmente assumirão essas demandas, mesmo que para fins meramente eleitorais.

Em síntese, nas visões sobre a democracia em Guiné-Bissau torna-se imprescindível a mudança de estratégia de organizações de sociedade civil sobre os conflitos étnicos, entendidos como “anomalia” que precisa ser superada com o discurso da “totalização do social e do político”, como defendem os entrevistados. Essa desarticulação dificulta aproximação de organizações sociais da sociedade civil com determinados grupos, trazendo-os para interior da sociedade civil e abre espaço para interesses difusos de “coalizões partidários” cuja base, na maioria dos casos, é exclusivamente étnica e sempre procuram representar, pelo menos simbolicamente, os interesses das suas regiões e das suas étnicas como forma de chegar ao poder ou garantir a reeleição.

Paralela a essa tendência, nos últimos anos vêm crescendo, em torno de “Mandjundade”, uma cultura nacional que existe em crioulo, junção do português com o dialeto da Guiné-Bissau e que expressa a herança de tradições do passado. Como movimento cultural, que insurgiu contra o autoritarismo do Estado português, Mandjuandade retoma as tradições e passa a ser incorporada também pelo movimento de jovens em que reflete a solidariedade da vida cotidiana. Conforme o depoimento do seu porta-voz, Conceição Ramos Lopes,

“As canções [ditos] de Mandjundade portam sempre conteúdos que, de alguma forma, demonstra a insatisfação e resistência da sociedade contra qualquer ato que vai contra os seus direitos [...]. Nas festas com os nossos colegas cantamos as canções de ditos, que pode parecer despercebido, mas demonstra a nossa indignação com a opressão, uma vez que não podemos manifestar essa indignação de forma explícita para não sermos reprimidos. Foi assim na luta contra o colonialismo português. Mas não é só isso, a Mandjundade também tem uma dimensão pedagógica; é um lugar que educa, que gera solidariedade, troca de experiências e aprendizagem contínua”.

Tomando por base essa observação, percebe-se na constituição desses grupos três aspectos fundamentais. O primeiro é o fato de que Mandjuandade teve, desde seus primórdios, a preocupação de lutar contra o autoritarismo do governo português através do uso do crioulo, expressão da resistência contra menosprezo da cultura local.

O segundo aspecto é fato de Mandjuandade configurar-se como um movimento nacional de convergência de vários grupos étnicos que expressa o vínculo de solidariedade e da identidade da comunidade. A complexidade lingüística de Guiné-Bissau é tão grande entre as etnias de maneira que não existe, além do crioulo, uma outra língua comum nas cidades e tabancas (aldeias) que tornasse viável a comunicação inter-étnica.

O último é o fato desse movimento cultural de expressão nacional, além de servir de vínculo identitário também possui uma dimensão pedagógica de troca de experiências e do aprendizado mútuo, na medida em que portam conteúdos que retratam a insatisfação da sociedade com a prática de opressão, da exclusão étnica e da perseguição política.

Outro ponto importante é que o português é língua oficial de comunicação, como em Angola, Brasil e Moçambique e demais países africanos; país onde a língua do colonizador, em nome do processo civilizador perpetuado pelos

missionários em África, foi imposta às etnias sem levar em consideração suas peculiaridades ao mesmo tempo em que é falada por uma pequena elite. O que torna os grupos de mandjuandade uma alternativa viável de vivência e relação social no nível local, regional e nacional no processo da construção democrática. Isto porque, dada a sua expansão e difusão,

“Hoje em dia é cada vez mais a incidência de falantes do crioulo como a primeira língua, especialmente entre os mais jovens dos grandes centros urbanos do país. E, como segunda língua falada depois da língua étnica, a percentagem dos falantes eleva-se aos 90%” (AUGEL, 2007).

Em todas as instituições sociais do país, mesmo no Parlamento e nos ministérios utiliza-se o crioulo como a primeira língua de comunicação entre os grupos étnicos. Nos rádios e nos jornais impresso, nas notícias e obras literárias como também nos contos, nas adivinhas e nos provérbios, o crioulo é língua de solidariedade, de conflito e da equivalência a todas as regiões e religiões existentes no país. Não é por acaso que Bull (1989, p. 118) destaca o fato de que *“quando se expressa em crioulo, o guineense sente mais a sua personalidade e identidade”*.

A presença e a prática associativa decorrente de grupos de Mandjuandade deixa em aberto o seu desdobramento futuro, isto é, sobre a possibilidade de constituir-se num movimento nacional de articulação de diferenças étnicas em torno de demandas comuns, podendo constituir uma rede governável na diversidade, respeitando e preservando as especificidades identitárias e respeitando suas autonomias em que ao mesmo tempo cria as condições e possibilidades para o desenvolvimento integral da sociedade civil na luta pela construção de um novo discurso emancipatório.

Considerações Finais

Considerando o problema central desta dissertação, o de investigar como lideranças da sociedade civil, marcadas pela herança autoritária do Estado colonial português e a ditadura do PAIGC, concebem a sua constituição e sua autonomia em relação ao Estado autoritário com a transição para a democracia entre 1994 a 2006. Iniciou-se a análise com a retrospectiva dos acontecimentos que marcaram os conflitos políticos e as clivagens étnicas durante e após a transição à democracia. Lembrou-se que a origem do PAIGC ocorreu com a luta armada contra o colonialismo português, que durou mais de uma década.

Após a independência, em 1974, o PAIGC lança bases para a construção de uma nova estrutura social que garantisse a melhoria da qualidade de vida digna para a população, mas enfrentou sérias dificuldades na implementação do seu programa menor de governo, que era o desenvolvimento econômico e melhorias das condições de vida dos cidadãos, mostrando-se incapaz para enfrentar a nova realidade em todos os espaços da vida social.

Em nível econômico, a solução encontrada pelo regime foi a de nacionalizar as unidades produtivas que se encontravam sob controle dos comerciantes portugueses, mas devido à falta de mão-de-obra qualificada e matéria-prima, as indústrias mostraram-se ineficientes e muitos desapareceram no governo do PAIGC.

No âmbito social, o programa do governo, adotado para reduzir as desigualdades e as contradições geradas pelo Estado colonial, não minimizou a pobreza na cidade e muito menos nas regiões rurais. No campo político, o partido criou as instituições sociais de massa e estabeleceu relações com algumas instituições religiosas (como a Igreja Católica) que, num primeiro momento, serviram de canais entre Estado-sociedade. Assim, o partido aumentou a sua representação política e passa a ser interlocutor da sociedade consolidado no artigo 4º da Constituição de 1973, dificultando o acesso a sociedade civil de participar nos espaços até então restritos ao Estado autoritário. Como consequência dessa estratégia, desenvolveu-se um modelo da sociedade civil que, ignorando as contradições e visões adversárias, estabeleceu um relacionamento ambíguo com o regime do qual recebia desde ordens até recursos para a sua operacionalização e funcionamento.

Após a “terceira onda” da democratização, a sociedade civil sofreu profundas modificações, num contexto de expansão dos valores democráticos pelo mundo, no início dos anos de 1990. Essas mudanças redefiniram a relação de organizações da sociedade civil com governo do PAIGC e partidos políticos. Em consequência disso cresceu o nível da participação política da sociedade nos assuntos públicos e na democratização do poder, não apenas pelas questões relacionadas à pobreza, às injustiças, às carências de bens para a satisfação das necessidades básicas, mas também nas novas parcerias com instituições nacionais e internacionais, graças à mudança de comportamento e atitude que vem colaborando na autonomização dos movimentos sociais em relação ao Estado.

Nas concepções de líderes das organizações da sociedade civil sobre a democracia é importante sair do comodismo que marcou sua relação com Estado

durante período autoritário, posicionando-se em favor da cidadania e igualdade de condições. Mas ainda enfrenta dificuldades em articular-se com as demandas étnicas, vista pelos líderes de organizações de sociedade civil entrevistados como uma ameaça ao discurso da “unidade nacional” e da solidariedade inter-étnica. O que demonstra a reprodução linear do modelo da sociedade civil nos moldes da modernidade ocidental sem levar em consideração o contexto e especificidades das sociedades multiculturais e multi-étnicas; como é o caso de Guiné-Bissau.

O desafio, em termos de compreensão dessa desarticulação e a necessidade de superá-la, é grande. Se a sociedade civil continuar entender os grupos étnicos como exteriores ao movimento, e os conflitos simplesmente como algo que compromete a “unidade nacional” tornar-se-á difícil articular um ponto de convergências de demandas das forças políticas que lutam pela hegemonia. Essas conclusões abrem espaço para busca de novas formas de articulação da sociedade civil. A presença de grupos de Mandjuandade deixa em aberto o seu desdobramento futuro na possibilidade de constituir-se um movimento nacional democrático de articulação das etnias em torno de objetivos equivalentes em que, ao mesmo tempo, cria uma rede governável mais ampla que possibilite uma maior ampliação de direitos democráticos em todas as dimensões das relações sociais e políticas, sem distinção de etnia, religião, ou região dos sujeitos sociais coletivos.

Referências Bibliográficas

- AKE, Claude. Rethinking African Democracy. **Jornal of democracy**, vol. 2, nº 1, 1991.
- AGUITON, Christophe e AMIN, Samir. **Os mecanismos de exclusão**: In: HOUTARD, François e POLET, François (coords). **O outro davos**: Mundialização das resistências e de lutas. São Paulo: Cortes, 2002.
- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura (org) **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- AMIN, Samir. A África subsaariana. In: AMIN, Samir e HOUTART, François (ogs.) **Mundialização das resistências**: o estado das lutas 2003. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. État, nation, ethnie et minorités dans la crise. Quelques aspects de la critique de l'idéologie de la nation et de L'ethnie. In: **Construção da Nação em África**: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau: **INEP**, 1989.
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (coord.) **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- AUGEL, Johannes. Guinea-Bissau: Expects its first democratic elections. In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios. **Kacu Martel**, vol. 10. Guiné-Bissau: **INEP**, 1996.
- _____. **O crioulo da Guiné-Bissau**. 25/02/2008. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/site/img/upload/795156>
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil: além da dicotomia Estado-mercado. In: AVRITZER, Leonardo (coord.) **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- _____. AVRITZER, Leonardo. Orçamento participativo: As experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: ALVAREZ; Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americano**: Novas leituras, 2000.
- AZEVEDO, Licínio, RODRIGUES, Maria. **Diário da libertação**: A Guiné Bissau da Nova África. São Paulo, Versus Editora, 1977.
- BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, P. 20-69.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998.
- _____. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **A Era dos diretos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- _____. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: CAMPOS, 2000, P. 371-398.
- BOGDAN e BIKLEN. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOTTOMORE, Tom. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.
- BRATTON, Michel e WALLE, Nicolas Van. **Democratic experiments in Africa**: regime transitions in compative perspective. New York: Camdridge University Press, 1997.
- _____. BRATTON, Michel e WALLE, Nicolas Van. **Democratic experiments in Africa**: Regime transtitions in compative perspective.
- BRUMBERG, Daniel. Islam, Elections and Reform in Algeria. **Journal of Democracy**, vol.2 nº1, p.58-71, 1991.

- BUHLUNGU, Sakhela. Reinventar da democracia participativa na África do Sul. In: Santos Boaventura (org). **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BUHLUNGU, Sakhela. O reinventar da democracia participativa na África do Sul. In: SANTOS, Boaventura (org) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BULL, Benjamim. **O crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria**. Lisboa: ICLP, 1989.
- BURITY, Joanildo. Cultura e identidade nas políticas de inclusão social. In: Amaral Aécio e Burity Joanildo (Orgs). **Inclusão Social, Identidade e Diferença: Perspectiva Pós-modernista de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006, p 39-59.
- CABRAL, Amílcar. **A ação armada e os métodos militares**. Portugal: Avante-SARL, 1988.
- _____ A arma da teoria e unidade nacional. In: ANDRADE, Mário. **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**. Portugal: Seabra Nova, 1978.
- _____ **A política revolucionária: Unidade e luta II**. Guiné-Bissau, Seara Nova, 1988.
- CARDOSO, Carlos e INBALI, Faustino. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau: INEP**, 1996.
- CARDOSO, Carlos. A problemática da construção nacional na fase pós-independência na Guiné-Bissau: Dificuldades e perspectivas. In: **Construção da Nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe**. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau: **INEP**, 1989.
- _____ Dissolução e reconstrução de unidade política nos rios da Guiné e de Cabo Verde, 1840-1899. In: **Revista de Estudos Guineenses**, nº 7, Soronda. Guiné-Bissau: **INEP**, 1989.
- _____ Ki-Yang-Yang: Uma nova religião dos Balantas? In: **Revista de Estudos Guineenses**, nº 10, Soronda. Guiné-Bissau: **INEP**, 1990.
- _____ A educação e endogeneidade: O caso da Guiné-Bissau. In: **Revista de Estudos Guineenses**, nº 12. Guiné-Bissau: **INEP**, 1991.
- _____ Classe política e transição democrática na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter (coords) **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau: **INEP**, Nova Gráfica, 1996.
- _____ A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Kacu Martel, vol. 10. Guiné-Bissau: **INEP**, 1996.
- _____ As surpresas das primeiras eleições multipartidárias. In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Kacu Martel, vol. 10. Guiné-Bissau: **INEP**, 1996.
- _____ Guiné-Bissau: Um país de tribalistas? In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Kacu Martel, vol. 10. Guiné-Bissau: **INEP**, 1996.
- _____ Guineenses contra guineenses: Para um debate sobre a(s) identidade(s) na Guiné-Bissau. In: CARDOSO, Carlos e AUGEL, Johannes (orgs). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Kacu Martel, vol. 10. Guiné-Bissau: **INEP**, 1996.
- _____ Da abertura 1 a abertura 2: Os desafios da transição política na Guiné-Bissau. Disponível em: http://www.Codesria.org/Archives/ga10/pepers-ga10_12/Urban_Cardoso.htm Acesso em: 22 de agosto 2007
- _____ Formação da elite política na Guiné-Bissau. **Centro de Estudos Africanos**. Portugal: CEA, sd.

- CARVALHO, Inaiá e LANIANO, Ruthy. Transição democrática, política públicas e movimentos sociais. In: MOURA, Alexandrinha (org). **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice, 1989, p. 108-133.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Luís e SILVA, Vasco. Despesas orçamentais correntes. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996.
- _____. **A Transição histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1987.
- CHABAL, Patrick. O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. In: **Revista de estudos guineenses**, INEP, Soronda, 1992, p. 37-55.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990.
- CHOSSUDOVSKI, Michel. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial: São Paulo, Moderna, 1999.
- COHEN, Jean L. ARATO, Andrew. **Sociedade civil y teoría política**. México: Fondo de cultura econômica, 2000.
- CHUMPETER, Josph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Parte IV – “Socialismo e Democracia”, caps. 20,21,22 e 23 p.285-366.
- COMISSÃO NACIONAL de ELEIÇÕES: **Lei eleitoral**, sd.
- DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 2005.
- DJALÓ, Tchernó. Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau. In: **Revista de Estudos Guineenses**. Número especial 7 de Junho. Guiné-Bissau: INEP, Soronda, 2000.
- DOWOR, Ladislau. **Guiné Bissau: a busca da independência econômica**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DUARTE, Aquino e GOMES, Aristides. Setor Informa. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996.
- FERNANDES, Raul. Partido único e poderes tradicionais. In: **Revista de Estudos Guineenses**. **Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, Soronda, 1993.
- _____. Efeitos sociais do programa de ajustamento estrutural no setor das pescas. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996.
- FORTES, Olívio. Pesca Industrial. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: O futuro da política radical**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GOMES, Paulo. Investimento Público na província Sul. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996.
- GONÇALVES, Adelto. Casamansa, um grito de liberdade sufocado. **Revista Fórum**, de São Paulo, ano 4, nº 39, junho 2006, pp. 42-43. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/casamansa_um_grito.doc
Acesso em 27 de agosto 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v.2. p. 91-106.
- HALL, Stuart. Da diáspora: **Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFGB, 2003.
- _____. **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HAVIK, Philip. Mundasson e Kambansa: Espaço social e movimentos políticos na Guiné-Bissau (1910-1994). In: **Revista Internacional de Estudos Africanos**, 1999.

- HIRST, Paul. **Democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo, Ática, 1994.
- _____. Samuel **Uma perspectiva para a reforma do Estado**. Lua Nova. Revista de cultura e política. São Paulo, nº 45, 1998.
- IHONVBERE, Julius. **Democracy in África: Challenges and prospects**. New York: Peter Lang, 1997.
- IMBALI, Faustino. O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento. In: **Revista de Estudos Guineenses**. Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, Soronda, 1989, p. 63-89.
- INSTITUTO PORTUGUESA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: <http://www.ipad.gov.pt> Acesso em: 27 de agosto 2007
- JAO, Mamadú. Estrutura política e relações de poder entre os Brames ou Mancanhas. In: **Revista de Estudos Guineenses**. Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, Soronda, 1989, p.47-61.
- _____. JAO, Mamadú. **Intervenção Rural Integrada: A experiência do Norte da Guiné-Bissau**. Kacu martel, INEP, 1999.
- KÁ, Fernando. In: **Jornal Nô Pintcha**, 3/7/2004.
- KOUDAWO, Fafali. **O que é sociedade civil?** Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, 1993.
- _____. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. Guiné-Bissau: **INEP**, Novagráfica, 2001.
- _____. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali e MENDY, Peter (coord) **Pluralismo político na Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau: Novagráfica, 1996.
- _____. La guerre dès mandjuas: Crise de gouvernance et implosion d'un modele de réorption de crises. In: **Revista de Estudos Guineenses**. Número especial 7 de Junho. Guiné-Bissau: **INEP**, Soronda, 2000.
- _____. A guerra desenhada. In: **Revista de Estudos Guineenses**. Número especial 7 de Junho. Guiné-Bissau, **INEP**, 2000.
- _____. Educação e sociedade na África pós-colonial. In: **Revista de Estudos Guineenses**, nº 12 Soronda. Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, 1991.
- _____. **Parceiros em tempos de guerra: A experiência de SWISSAID durante o conflito político-militar de 1998-1999**. Guiné-Bissau: Novagráfica, 2003.
- LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2005 pp.199-215.
- LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades In: Amaral Aécio e Burity Joanildo (Orgs). **Inclusão Social, Identidade e Diferença: Perspectiva Pós-modernista de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista**. Argentina: Fondo de Cultura Econômica, 2004.
- LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEFORT, Claude **A Invenção democrática: os limites do totalitarismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEI ELEITORAL, sd.
- LIJPHART, Arend. **Modelos de democracias: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LINS, Juan e STEPAN, Alfred. **Presidencialismo ou Parlamentarismo: faz alguma diferença?** São Paulo: Textos Edusp, nº20, 1987.

- LINS, Juan e STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LIPSON, Leslie. **A Civilização democrática.** Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1966.
- LISZT, Vieira. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1998.
- LOPES, Carlos. Aumentando o conhecimento sobre a história de Cabo Verde. Dacar: **CORDESIA**, 2005, p. 03-04.
- _____. **A transição histórica na Guiné-Bissau.** Lisboa: Ates Gráficas, 1987.
- _____. A questão nacional e a Guiné dita “portuguesa”. In: **Colóquio INEP/CODERSIA/UNITAR.** Guiné-Bissau: Gráfica Maiadouro, 1989. p. 283-297.
- _____. Resistências africanas ao controle do território: Alguns casos da Costa da Guiné no Séc. XIX. In: **Revista de Estudos Guineenses.** Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, Soranda, 1989, p. 05-15.
- _____. Crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau. In: **Revista de Estudos Guineenses.** Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, Soranda, 1988, p. 21-38.
- _____. Relações de poder numa sociedade malinké: O Kaabu do séc. XIII ao séc. XVIII. In: **Revista de Estudos Guineenses.** Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, Soranda, 1990, p. 17-26.
- _____. Amílcar Cabral, 20 anos depois. In: **Revista de Estudos Guineenses.** Guiné-Bissau. Bissau: **INEP**, Soranda, 1993, p. 151-153.
- _____. **A dimensão africana.** 29/03/2008. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.sapo.pt/antologia/lopes.html>
- LOWENTHAL, Abram F. Lowenthal. Transição do regime autoritário. In: O’donnell, Schmitter e Whitehead (orgs). **Transição do regime autoritário:** Sul da Europa. São Paulo, Vertice, 1988.
- MAANEM, Bert Van. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau.** Bissau: **INEP**, 1996.
- MACUANE, Jaime. **Liberalização política e democratização em África:** uma análise quantitativa. **Dados:** nº 2, vol. 22, 2000.
- MARTIN, Charles. A estratégia de descolonização de Nkrumah: originalidade e classicismo. In: SANTIAGO, Theo. **Descolonização.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação e cultura. In: MELUCCI, Alberto (org). **Por uma sociologia reflexiva.** Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 23-42.
- MENDY, Peter. A herança colonial e o desafio da integração. Guiné-Bissau. In: **Soranda. Revistas de Estudos Guineenses,** 1993.
- _____. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOU Dawo, Fafali e MENDY, Peter (coord) **Pluralismo político na Guiné-Bissau.** Guiné-Bissau: **INEP**, Novagráfica, 1996.
- _____. **Colonialismo português em África:** A tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1915 (Tese de doutorado). Guiné-Bissau, **INEP**, 1991.
- _____. A perturbação da Pax Lusitana: Resistência passiva na Guiné “Portuguesa” durante os primeiros anos do Estado Novo. Comunicação apresentada ao II Colóquio Internacional em Ciências Sociais. In: **Revista Internacional de Estudos Africanos do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos.** INEP, 1991.
- MOISÉS, José; ALBUGUERQUE, J. A Guilhon. Apresentação. In: MOISÉS, José; ALBUGUERQUE, J. A Guilhon (orgs). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 07-10.
- _____. MUNCK, Geraldo. Teoria dos Jogos e Política comparada: novas perspectivas, velhos interesses. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, vol. 43, nº3, 2000.
- MONTEIRO, Isaac (coord.). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau.** Bissau: **INEP**, 1996.

- MONTEIRO, Huco. In: **Jornal Kansaré**, 8/3/2004.
- MONTEIRO, Huco e MARTINS, Geraldo. Os efeitos do programa de ajustamento estrutural no setor da educação. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996.
- MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000.
- MUNCK, Geraldo. Teoria dos jogos e política comparada: Novas perspectivas, velhos interesses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 43, nº3, 2000.
- MUTZENBERG, Remo. Sociedade, uma totalidade precária que inclui e exclui. In: AMARAL Aécio e BURITY, Joanildo (Orgs). **Inclusão Social, Identidade e Diferença: Perspectiva Pós-modernista de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 85-91.
- _____. Identidades e movimentos sociais numa sociedade indomável. **Política & Trabalho**. João Pessoa: ano 19, nº 19, p. 39-58.
- _____. Afirmção da política em Arendt e Gramsci. **Estudos de Sociologia**: Recife: v. 7, nº1/2, jan./dez. 2001. p. 13-36.
- NOGUEIRA, Marco. **Um Estado para a sociedade civil**: Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Vortex, 2005, p. 54-166.
- NUNES, João e SERRA, Nuno. "Casas decentes para o povo": movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura (org) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- O'DONNELL, Guilherme. Poliarquias e (in) efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial. In: MÉNDES, Juan; O'DONNELL, Guilherme; PINHEIRO Paulo (orgs). **Democracia, violência e injustiça: o não-Estado de direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, (2000).
- _____. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19-68.
- O'DONNELL, Guilherme, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (orgs). **Transição do regime autoritário**: Sul da Europa. São Paulo, Vertice, 1988.
- PAGÉS, Max; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vincent; e DESCENDRE, Daniel. **O Poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 1993, p. 188-220.
- PATEMAN, Caroline. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PAULO, Augusto e JAO, Adulai. Saúde. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1996.
- PINHEIRO, Sergio. Sociedade civil: A mágica e a sedução do conceito. In: AVRITZER, Leonardo (coord) **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- PINTO, Céli. O discurso democrático deslocado. In: AMARAL Aécio e BURITY, Joanildo (Orgs). **Inclusão Social, Identidade e Diferença: Perspectiva Pós-modernista de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 193-191.
- PINTO, Jorge; PAULO, Manuel; DUARTE, Paula (orgs). **Guiné Nô Pintcha: Uma análise socioeconômica da Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições Universitária Lusófona, 1999.
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado: no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia? In: MOISÉS, José e ALBUQUERQUE. **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 19-20.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José; LIMONGI, Fernando (orgs). **O que mantém as democracias?** São Paulo, Lua Nova, nº 40-41, 1997.

- PRZEWORSKI, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia. In: MOSEIS, Józse; ALBUQUERQUE, J. Guilhon (orgs). **Dilemas de consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objectos complexos e os efeitos da reflexibilidade. In: MELUCCI, Alebreto (org) **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 237-261
- REYNOLDS, Andrew. Constitutional engineering in Southern Africa. **Jornal of democracy**, vol. 6, nº2, 1997.
- RUDEBECK, Lars. “**Busacar a felicidade**”: Democratização na Guiné-Bissau. Guiné-Bissau: Novragráfica, INEP, Lala Kema, 1997.
- SANTOS, Manuel. Guiné-Bissau: A formação da Nação. In: **Colóquio INEP/CODERSIA/UNITAR**. Guiné-Bissau: Gráfica Maiadouro, 1989. p. 191-218.
- SANTOS, Boaventura. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Anofre. **Um sorriso para a democracia na Guiné-Bissau**. Lisboa, Artes Gráficas, 1994.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistema partidário**. Brasília: Editora UnB, 1982.
- SILVA, Filipe. **Espaço público em Habermas**. Lisboa: Estudos e Investigações, 2002.
- SILVA, D. António. **Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Coleção Textos/30, 1997.
- SAWADOGO, Raogo. **L' État africain face à la décentralisation**. Paris: Karthala, 2001, p. 24-30.
- SCHMITTER, Philippe. **Transição do regime autoritário: Sul da Europa**. Vertice, São Paulo, 1988.
- TEIXEIRA, Ricardino. Guiné-Bissau: **Transição política para a democracia**. Trabalho monográfico em ciências sociais. Roraima, UFRR, 2005.
- _____. **Militares e civis na Guiné-Bissau: amigos ou inimigos**. (2007), 12/01/2008. Disponível em: <http://www.didinho.org> Acesso em: 22 de agosto 2007.
- _____. **Tiro na democracia: uma análise sobre o processo de transição política para a democracia na Guiné-Bissau** (2007), 12/01/2007. Disponível em: <http://www.didinho.org> Acesso em: 22 de agosto 2007.
- TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- WEFFORT, Francisco. **Qual democracia**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia: Color, Itamar FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ANEXO 1
Líderes da Sociedade Civil Entrevistados

01. Conceição Ramos Lopes	Mandjuandades
02. Desejado Lima da Costa	Sindicato Nacional dos Trabalhadores
03. João Quintino Teixeira	Comissão Nacional de Eleição
04. João Dias Vicente	Vigário da Igreja Católica
05. Mamadú Queita	Movimento Nacional da Sociedade Civil
06. Laudolino Costa Medina	Associação dos Amigos da Criança
07. João Vaz Mané	Liga Guineense de Direitos Humanos
08. Filomena Mascarenhas Tipote	Promoconsult e membro do PRS.
09. Mama Samba Sabali	Associação dos Comerciantes do Bandim
10. Joaquim Mango	Associação para o Bem-Estar Familiar

ANEXO 2

Documentos Consultados

Ano.	Documentos
1991	Relatório do 1º Congresso da UNTG
1993	O Movimento Associativo Rural da Guiné-Bissau (Relatório)
1997	Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano da Guiné -
1997	Estatuto da Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar
1998	Relatório do 2º Congresso da Liga de Direitos Humanos
1999	Relatório de Eleições Gerais e Legislativas - CNE
2004	Boletim Oficial sobre Eleições Legislativas - CNE
2005	Processo da Reconciliação na Guiné-Bissau - ?
2007 ⁵¹	Reconstrução do Estado e Luta pela Cidadania
2007	Vitalidade da Sociedade Civil em Situações de Conflitos
2007	Constrire l'Etat, libérer le citoyen et mettre fin aux conflits
2007	Reformar o Estado para uma Sociedade Inclusiva
2007	Desafios da Construção do Estado em África
2007	Cidadania e Desenvolvimento
2007	Democracy and Development
2007	Relação entre Cívicos e Militares
2007	Reformas económicas, Cidadania e Construção do Estado
2007	Papel da Sociedade Civil na Reconstrução Pós-Conflito
2007	Espaço Político em Angola: que lições para a Guiné-Bissau

Fonte: Trabalho de Campo

⁵¹ Os documentos de 2007 foram apresentados no simpósio internacional organizado em Bissau pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisa) cujo propósito é debater o conflito, a cidadania e a reconstrução do Estado em África.

ANEXO 3

Líderes de Partidos Políticos Entrevistados
e Periódicos Consultados.

Partidos	Periódicos
01. Agnelo Regala (UM)	02. Diário de Bissau (DB)
03. Teodora Inácia Gomes (PAIGC)	04. Jornal Nô Pintcha (JN)
05. Filomena Tipote (PRS)	06. Jornal Kansaré (JK)